FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.339 | DOMINGO, 9 DE ABRIL DE 2023 | R$ 9,00

Cresce apoio às privatizações

Em %

	29 e 30.nov.17	29 e 30.mar.23
Contra	70	45
A favor	20	38
Não sabe	7	14
Indiferente	2	3

A avaliação positiva sobre o resultado das privatizações é maior entre os mais jovens

63% **dos que têm de 16 a 34 anos** consideram os serviços prestados privados melhores do que os estatais

42% **entre os de mais de 60 anos** têm essa avaliação

Opinião sobre venda de estatais

Em %

	A favor	Contra
Empresas de saneamento	49	44
Rodovias	48	44
Empresas de energia	48	45
Aeroportos	47	42
Correios	45	46
Portos	42	46
Petrobras	37	53
Bancos públicos	36	55

Legenda: A favor; Contra; Indiferente; Não sabe

Fonte: Datafolha

Apoio à privatização salta e chega a 38% da população

Maioria, especialmente entre mais jovens, considera serviços privados melhores, aponta Datafolha

O apoio dos brasileiros à privatização de empresas e serviços públicos deu um salto nos últimos seis meses, e a maioria avalia positivamente a qualidade do atendimento e dos produtos entregues pela iniciativa privada na comparação com os do Estado.

Segundo o Datafolha, 38% são defensores das privatizações, ante 45% contrários. A taxa de aprovação é a maior da série ao menos desde 2017, quando apenas 20% eram favoráveis. No geral, homens apoiam mais (46%) do que as mulheres (30%).

O instituto ouviu 2.028 pessoas com 16 anos ou mais em 126 municípios, em 29 e 30 de março, com margem de erro de dois pontos, para mais ou para menos.

Para 54%, serviços privados são melhores que públicos; 25% os acham piores.

Entre os que têm de 16 a 34 anos, a avaliação positiva sobe para 63%. Entre os de mais de 60 anos cai para 42%.

Em setores em que já houve uma série de desestatizações, o aval tende a ser maior. Para rodovias, 48% são a favor; para aeroportos, 47%.

A adesão é menor quando se trata da Petrobras (37% a favor, 53% contra) e de bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa (36% a favor, 55% contra). No caso dos Correios há um virtual empate entre favoráveis (45%) e contrários (46%). Mercado A14

Pés do presidente Lula em marcação para cerimônia de apresentação de oficiais-generais no Palácio do Planalto na última terça-feira (4) Gabriela Biló/Folhapress

Karime Xavier/Folhapress

'JARDINAGEM DE GUERRILHA' REVITALIZA LOCAIS PÚBLICOS EM SP

A educadora ambiental Mariana Marchesi cuida de um canteiro no largo da Batata, na região oeste de São Paulo; praças e espaços próximos a avenidas se tornam hortas pelas mãos dos moradores, por meio do cultivo independente Cotidiano B2

Crises em série são marcas de 100 dias de presidentes

Morte do eleito, confisco de contas bancárias e ataques golpistas estão entre as crises enfrentadas nos primeiros cem dias de governo desde o fim da ditadura. Contas públicas e inflação também são desafios frequentes. Política A4

Tarcísio começa gestão com sinais à direita e à esquerda

Política A8

Novo ensino médio e violência marcam trimestre no MEC

Cotidiano B1

TENDÊNCIAS / DEBATES A3

O ASSUNTO É
COMISSÕES MISTAS NO CONGRESSO

Arthur Lira

Aprimorar o modelo vigente

A pandemia mostrou que a comissão mista, nos moldes atuais, é disfuncional, ineficiente e desproporcional. Repensar e aprimorar o modelo vigente há mais de 20 anos não é afronta à Constituição nem uma busca de poder pessoal.

Rodrigo Pacheco

Respeite-se a Constituição

No caso das medidas provisórias, já se constatou que a análise prévia pelas comissões mistas garante maior qualidade deliberativa. Qualquer interpretação fora do texto constitucional comprometerá a segurança jurídica.

EDITORIAIS A2

Haddad e o gasto

Sobre objetivos fixados pelo ministro da Fazenda.

Quantidade e qualidade

Acerca de liberação de novos cursos de medicina.

Forró de milhões

Fortaleza se consolida como polo da indústria do forró, que movimenta um mercado milionário. Com expoentes como Wesley Safadão e Xand Avião, o gênero é o único capaz de competir com o sertanejo nas listas de músicas mais ouvidas no Brasil. C4

esporte B7

Bruno Mezenga tenta ofuscar a revelação Endrick na final do Paulistão

MÔNICA BERGAMO

Brasil precisa de 'soft power', diz Rafael Lazarini, criador do evento Rio2C C2

Fentanil já é visto no país misturado a outras drogas

Cotidiano B3

Naufrágio deixa 1 morto em Bertioga e 2 desaparecidos

Cotidiano B3

Países adotam leis para big techs remunerarem empresas de mídia

Mercado A18

ISSN 1414-5723
9 771414 572018 34339

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Haddad e o gasto

Ministro acerta ao mirar despesas do governo, dado que meta de superávit continua incerta

Em entrevista à **Folha**, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mostrou compreensão de sua principal missão no cargo —atuar como zagueiro, em suas palavras, protegendo o Tesouro Nacional para que o governo tenha condições de realizar políticas sustentáveis.

Para tanto, será preciso atuar ao mesmo tempo na recomposição de receitas e no controle das despesas.

No primeiro quesito, o ministro acerta ao apontar para benefícios injustificáveis a setores específicos, que minam a capacidade fiscal —tradição do patrimonialismo.

Eliminá-los é tão desejável quanto difícil, mas cabe o esforço. Cumpre escolher as batalhas, sob pena de resistência geral que no passado inviabilizou progressos. É notória a permeabilidade do Congresso a grupos de interesse.

Do lado do gasto, faltam esclarecimentos. Foi positiva a apresentação dos termos gerais do que se pretende como nova regra fiscal. Descartaram-se, ao menos para o momento, teses mais exóticas de que não há restrições para os dispêndios. Agora, o debate se afunila em torno da velocidade e da dimensão do ajuste necessário.

Os parâmetros apresentados indicam aumento da despesa entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da inflação e, ao mesmo tempo, explicitam uma meta de melhoria do saldo primário —que passaria de um déficit de 0,5% neste ano para uma sobra de 1% do PIB em 2026.

Permanece duvidoso, contudo, como tal trajetória será obtida, na medida em que um conjunto grande de gastos obrigatórios tem crescimento contratado acima da inflação (caso da Previdência) ou regras vinculadas à receita que serão restauradas (educação e saúde).

Sem tratar desses mecanismos, a nova regra poderá cair no risco de sempre, o de comprimir despesas não obrigatórias, sobretudo investimentos. É positivo, nesse contexto, que Haddad se mostre disposto a propor alterações nos parâmetros que guiam os desembolsos obrigatórios, o que depende de reformas constitucionais.

Quanto ao resultado primário, também não está claro como se retornará ao terreno positivo. No regramento atual, baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal, a meta do ano é referência crucial.

Desvios de receitas e gastos são avaliados bimestralmente e, se for necessário, há contingenciamento, além de impedimentos à criação de compromissos permanentes sem contrapartida.

A credibilidade da política econômica depende mais do que das boas intenções do ministro. É preciso que o projeto de lei complementar em elaboração pela Fazenda não enfraqueça as restrições e, além da busca por novas receitas, também demonstre que haverá controle das despesas públicas.

Quantidade e qualidade

Liberar abertura de cursos de medicina é correto, mas insuficiente para resolver disparidades

O Ministério da Educação autorizou a abertura de novos cursos de medicina em instituições privadas de ensino superior, que havia sido barrada por portaria de Michel Temer (MDB) em 2018, sob o argumento de que a proliferação de escolas diminuíra a qualidade.

O problema maior da educação médica no país, porém, não está no número de cursos, mas na formação deficiente e na distribuição desigual entre as regiões.

No ano da portaria de Temer, o Brasil era o segundo país com maior número de faculdades de medicina no mundo: 322 para cerca de 210 milhões de pessoas. A Índia, primeira colocada, tinha 400, mas com o sêxtuplo da população. Nos EUA, eram 131 para cerca de 320 milhões de habitantes.

A quantidade não é acompanhada de qualidade. No exame realizado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, que não é obrigatório para o exercício da profissão, mais da metade dos prestantes acaba reprovada.

A formação poderia melhorar se avaliações como a do Cremesp se tornassem obrigatórias para a atuação profissional —assim como ocorre com os formados nos cursos de Direito, que precisam passar na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em relação ao número de médicos por habitantes, não temos excesso de profissionais. Há 502.475 médicos no país, com média de 2,4 profissionais para cada mil habitantes, enquanto a média da OCDE é 3,2, e 4 em Portugal.

Há distorções, repita-se, na distribuição: 55% dos médicos estão no Sudeste, que tem 42% da população, enquanto o Nordeste tem 18% dos profissionais e concentra 27% dos brasileiros. No Rio de Janeiro, há 3,7 médicos por mil habitantes, mas no Maranhão há 0,8.

Para minar essas discrepâncias, a nova regra condiciona a criação de vagas e cursos ao chamamento público —quando o governo federal indica em quais municípios as faculdades poderão ser abertas, considerando as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

A volta do programa Mais Médicos, reformulado com incentivos para fixação dos profissionais, é outro recurso para tentar sanar disparidades regionais.

Mas problemas complexos exigem mais do que medidas paliativas. É preciso oferecer condições de trabalho atrativas para médicos e úteis à população, como infraestrutura e novas tecnologias capazes de gerar resultados duradouros.

Os colaboradores

Hélio Schwartsman

Vivemos em tempos de internet e redes sociais, que favorecem enormemente os julgamentos morais sumários e os correspondentes cancelamentos. E o problema com julgamentos morais sumários é que eles podem ser, se não imorais, pelo menos bastante complicados. Quem mostra isso com riqueza de detalhes é o historiador holandês Ian Buruma em "The Collaborators".

O livro é essencialmente o perfil de três indivíduos que colaboraram com nazistas e japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. São eles Felix Kersten, o massagista de Heinrich Himmler, Yoshiko Kawashima, a princesa chinesa que se converteu na "Mata Hari do Oriente", e Friedrich Weinreb, o judeu que fingia ajudar judeus mas os entregava para os nazistas. Eles não durariam segundos nas redes sociais de hoje, mas Buruma se propõe a analisar com cuidado seus atos e a situação em que se encontravam. E a conclusão que emerge é que, embora tenham feito coisas abomináveis, estão ainda longe do topo no ranking dos monstros.

Eles agiram como agiram devido a uma combinação de características psicológicas (eram fabulistas capazes de levar qualquer um, inclusive eles mesmos, na conversa) com a dura realidade daquele período, que impunha escolhas extremamente difíceis. Sim, fizeram opções que lhes trouxeram ganhos pessoais, mas é preciso lembrar que, dadas as circunstâncias, elas eram também as que asseguravam sua sobrevivência. E o fato de terem feito coisas imorais não os impediu de, em determinadas situações, ajudar quem precisava. Seres humanos são complicados.

Confesso que não conhecia nenhum dos três perfilados, embora não fossem figuras anônimas. Suas histórias impressionam. Kawashima, por exemplo, foi dada pelo pai a uma família japonesa, sofreu abusos psicológicos e sexuais, tornou-se espiã, era transgênero e entregou-se ao ópio. Também impressiona a densidade psicológica com a qual Buruma os retrata.

helio@uol.com.br

Nem Lula nem Bolsonaro

Bruno Boghossian

A disputa de poder mais feroz do país não se dá entre lulistas e bolsonaristas. Ela ocorre no Congresso e tem o presidente da República como espectador. A briga de parlamentares por influência, acesso aos cofres públicos e cacife eleitoral é o primeiro item da agenda política atual.

Os cardeais do Congresso têm dedicado muita energia a seu esporte favorito: acumular força para extrair benefícios de seus cargos e relações.

Na Câmara, a batalha se dá na formação de blocos partidários, que podem determinar quem dará as cartas nos próximos anos. De um lado, há um consórcio mais próximo do governo —liderado por MDB e PSD, com a adesão de bolsonaristas do Republicanos. Do outro, PP e União Brasil discutem uma aliança, sob a batuta de Arthur Lira.

O jogo se dá menos em torno dos interesses do governo e mais de olho na formação de maiorias para negociar verbas, relatorias de projetos, vagas em comissões e a eleição do novo presidente da Câmara em 2025.

A queda de braço entre deputados e senadores por poder na votação de medidas provisórias tem um pano de fundo semelhante. Os grupos que saírem vitoriosos esperam ter mais vigor para apitar nas nomeações importantes e dizer para onde deve fluir a verba dos ministérios.

A equipe de Lula parece ter poucas ferramentas para mediar a briga. Apesar de manter aberto o balcão de negócios das emendas parlamentares, o governo não demonstra fôlego para influenciar o jogo de forças no Congresso e se vê sob risco. O arcabouço fiscal e as mudanças no marco do saneamento são alvo das ameaças de deputados e senadores.

Parlamentares têm algum conforto —e muitos incentivos— para trabalhar, em primeiro lugar, pelos próprios interesses. Se o país vai mal, é quase certo que o presidente da República será punido pelo eleitor nas urnas ou pelo próprio Congresso com um processo de impeachment. A sobrevivência de deputados e senadores, por outro lado, depende mais da propaganda e do dinheiro que eles levam para suas bases.

O passado que hoje é presente

Ruy Castro

Às vezes, herdo ou sou agraciado com um objeto a que me referi em algum livro. Em "Chega de Saudade", sobre a bossa nova, falei da caixa de fósforos Beija-Flor que, em 1956, Vinicius de Moraes botava de pé ao lado do copo, no bar Villarino, como generosa medida para sua dose de uísque. Pouco depois, o jornalista Edmilson Siqueira, de Campinas, surpreendeu-me com uma igualzinha. Até hoje, sempre que a vejo, imagino Vinicius pondo sua Beija-Flor junto ao copo para que o garçom o servisse à altura da caixa.

Numa entrevista sobre "O Anjo Pornográfico", minha biografia de Nelson Rodrigues, contei como custei a descobrir a marca de um objeto onipresente nas Redações de jornal em 1929: a escarradeira. Até que descobri: Hygéa. Pois não é que o produtor cultural Marcio Debelian me presenteou com um anúncio de uma linda Hygéa que encontrou numa revista antiga?

E, há dias, contei sobre um regalo inestimável que recebi: um lápis e uma pena que pertenceram a J. Carlos, o gênio do desenho no Rio moderno dos anos 20 e personagem de "Metrópole à Beira-Mar". Tal gentileza só podia partir de seu neto José Carlos de Britto e Cunha.

Agora, outro presente vem me desmontar: um ingresso do jogo Flamengo x Botafogo, no dia 9 de novembro de 1958, de que falei em "Estrela Solitária", sobre Garrincha. Chegou-me de Lages (SC), enviado pelo diretor de arte Mauricio Neves, colecionador de raridades referentes ao Flamengo.

Foi um jogo importante para Garrincha e falo dele no livro. Mas a razão de minha emoção diante desse ingresso é outra. Naquela tarde de 1958, eu estava lá, com meu pai, na arquibancada, em meio à torcida do Flamengo. Foi a minha primeira vez no Maracanã. Ao manuseá-lo, volto a ter 10 anos e, aterrorizado, vejo Garrincha driblar de novo toda a nossa defesa e cruzar mais uma bola que resultará em gol. Incrível, esse passado existiu e hoje é presente.

Nomeando o inominável

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Pensar Nagô" e "Fascismo da Cor". Escreve aos domingos

Retornando ao país com o fardo escandaloso das muambas sauditas, o inominável vem ao encontro de um nome insólito, mas que lhe cai como uma luva: cambalacho. A história de fundo é musical. Pouco antes da Segunda Guerra, "Cambalache", um tango de Enrique Discépolo na voz de Carlos Gardel, proclamava (em lunfardo, claro, a pitoresca gíria portenha) "que o mundo foi e será uma porcaria, eu já sei".

Cambalacho é o mesmo que embuste, trapaça. Nesse tango, a modernidade liberal é cantada como história da credulidade dos incautos, um "mesmo lodo em que todos metem a mão". Daí "hoje em dia dá no mesmo ser direito que traidor / Ignorante, sábio, besta, pretensioso, afanador / Tudo é igual / Nada é melhor".

Esse faiscante deboche composto para divertir dá muito a pensar sobre fenômenos como a crise da democracia liberal e seus reflexos nada divertidos em países como o Brasil. Para o sul-africano Achile Mbembe, em seu livro "Brutalisme", a grande ameaça está no fato de que "um número crescente de homens e de mulheres não querem mais pensar e julgar por si mesmos. Muitos preferem, como ontem, delegar essas faculdades a outras entidades, até mesmo a máquinas". Daí o paradoxo: quanto menor fica o mundo físico pela tecnologia, mais distante é o horizonte do mundo comum.

Nessa linha, o cerne da crise está na ausência do discurso vivo, isto é, compartilhado no diálogo, centrado no direito, na moralidade e nas ideias de autonomia. A falência da razão crítica abre caminho para o deboche. Junto com a fragmentação acelerada do corpo social, fenecem os poderes de autolimitação e diferenciação das palavras. Como no tango, "tudo é igual".

Paradoxalmente, a morte do vigor da fala é a força da vida digital ativa. O que se compartilha não é mais o substrato do diálogo, e sim a atenção dispensada por homens ou máquinas aos efeitos digitais. O falatório mistificador é tanto efeito de falsificação da língua quanto meio de se embair a boa-fé do interlocutor. É o cambalacho operativo.

Sem o lastro do sentido e das palavras, as ações decorrem de ímpetos sem razão, respeito ou limites. Mas entre fala delirante e atos destrutivos há um fio lógico: a delegação de pensar a Outro, um monstro de milhões de cabeças, que também não pensa: as redes sociais. Este, o espaço tecnológico para o embuste, capaz de eleger dirigentes, como no tango, "problemáticos e febris". É que "na vitrine desrespeitosa dos cambalachos / se misturou a vida", diz a profecia cantada. E assim o inominável, vazio de sentido e pleno de fraudes, se faz nome pelo beato útil do Evangelistão ou pelo freguês iludido. Em lunfardo ou português, há uma palavra para ambos: otário.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O ASSUNTO É **COMISSÕES MISTAS NO CONGRESSO**

Aprimorar o modelo vigente

Não se trata de afronta à Carta nem busca por poder pessoal

Arthur Lira
Deputado federal (PP-AL), é presidente da Câmara dos Deputados

O rito atual de tramitação das medidas provisórias é oriundo da emenda constitucional 32/2001, em resposta ao uso exagerado desse instrumento pelo Poder Executivo. Repensar e aprimorar esse modelo vigente há mais de 20 anos não representa uma afronta à Constituição. Muito menos deve ser visto como uma busca de poder pessoal. Narrativas desse tipo visam unicamente turvar o debate saudável que deve nortear essa questão, com potencial para afetar a vida de todos os brasileiros.

Essa emenda determina a existência de uma comissão mista para emitir parecer sobre os pressupostos constitucionais e o mérito das MPs antes de elas serem deliberadas pelos plenários. Nota-se que a Constituição não determina quantitativos nem muito menos proporcionalidade entre parlamentares da Câmara e do Senado.

Historicamente, as comissões mistas não eram efetivamente instaladas. Até 2012, apenas três comissões foram formadas, e nenhuma delas chegou a votar o parecer constitucionalmente previsto. Somente a partir de 2012, após gestão do Supremo Tribunal Federal, as comissões mistas passaram a ser, de fato, postas em operação.

Na pandemia, Câmara e Senado adotaram o ato conjunto nº 1/2020, que previu a retomada das votações diretamente pelos plenários das Casas, sem essas comissões. Projetos de interesse do país foram apreciados de forma célere, resultando em maior participação parlamentar e no reconhecimento positivo por parte da sociedade. Em 2022, as MPs permaneceram, em média, 72,5 dias na Câmara, tempo inferior aos 90 dias acordados com o Senado, fato reconhecido por aquela Casa Legislativa.

A pandemia mostrou que a comissão mista, nos moldes atuais, é disfuncional, ineficiente e desproporcional.

É disfuncional e ineficiente porque não tem prazo para apreciar as MPs. Elas consomem tempo, em detrimento do debate ampliado na Câmara. Além disso, favorecem a eventual oferta de carona a dispositivos estranhos ao texto original, os famosos "jabutis". Assim, privilegia-se o órgão fracionário em desprestígio do plenário.

E é desproporcional porque o povo está sub-representado. A igualdade numérica entre deputados e senadores é um desequilíbrio que deprecia a vontade do povo, justamente na análise dos atos que têm eficácia imediata na sociedade. Basta observar, como baliza, o exemplo eloquente da Comissão Mista de Orçamentos, composta por 30 deputados e 10 senadores.

> **[...]**
>
> A pandemia mostrou que a comissão mista, nos moldes atuais, é disfuncional, ineficiente e desproporcional. (...) A igualdade numérica entre deputados e senadores é um desequilíbrio que deprecia a vontade do povo, justamente na análise dos atos que têm eficácia imediata na sociedade

Segundo Ulysses Guimarães, "a Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma". Portanto, nada mais democrático que debater a mudança de um modelo ultrapassado por outro que provou ser mais célere, eficiente e certamente mais participativo.

O Congresso precisa questionar e debater esse modelo antiquado com responsabilidade e, assim, contribuir para o avanço do nosso país. Durante esse debate, os parlamentares podem adotar um meio-termo e estabelecer, de imediato, um prazo para atuação das comissões mistas e constituir uma proporcionalidade justa de participantes entre Senado e Câmara. Importante ressaltar que essas ações não ferem em nada o que está previsto em nossa Constituição.

A discussão sobre a mudança no rito das MPs não virá sem resistência, mas, nesse imenso cenário de desarranjos, é um desafio democrático que não podemos ignorar. Repensar o modelo de tramitação das medidas provisórias é um dever de todos os que prometeram manter, defender e cumprir a Constituição, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal. O país tem pressa, e não podemos nos perder em contendas intermináveis. Este é o propósito da Câmara dos Deputados.

Respeite-se o texto constitucional

Interpretações podem comprometer a segurança jurídica

Rodrigo Pacheco
Senador da República (PSD-MG), é presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

As comissões parlamentares são órgãos técnicos de apoio ao processo legislativo. As comissões mistas, formadas por parlamentares das duas Casas Legislativas, destinam-se a qualificar tecnicamente o trabalho da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No caso das medidas provisórias, a partir de estudos empíricos sobre produção legislativa, já se constatou que a análise prévia pelas comissões garante maior qualidade deliberativa às normas, tendo o Supremo Tribunal Federal considerado a comissão mista parte obrigatória do processo de sua análise pelo Congresso.

O imperativo constitucional foi afastado durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da pandemia de Covid-19.

O Supremo reconheceu o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, que estabeleceu rito excepcional de tramitação das medidas provisórias na pandemia para permitir os trabalhos no isolamento social.

De volta à normalidade, considerando que as MPs têm prazo exíguo e eficácia imediata, é imprescindível e inegociável que as comissões mistas sejam instaladas. A análise prévia pela comissão mista é a melhor forma de fazer uma instrução célere e segura, além de afastar a visão exclusiva de um relator nomeado diretamente em plenário sem o debate de um colegiado de ambas as Casas.

A paridade da comissão mista justifica-se pelo arranjo do sistema bicameral. As críticas relativas ao tamanho de cada Casa como um fator de desequilíbrio não merecem prosperar. É incorreta a afirmação de que "votos de deputados" valem mais ou menos do que "votos de senador". De maneira muito lúcida, a emenda constitucional 32/2001, ao determinar a votação em separado, permitiu igual valor e peso às votações ocorridas em cada Casa.

De fato, no sistema de votação que garante a autonomia da Câmara e do Senado, não importa o peso do voto de cada parlamentar individualmente considerado. O que importa é a vontade de cada Casa.

> **[...]**
>
> A paridade da comissão mista justifica-se pelo arranjo do sistema bicameral. As críticas relativas ao tamanho de cada Casa como um fator de desequilíbrio não merecem prosperar. É incorreta a afirmação de que "votos de deputados" valem mais ou menos do que "votos de senador"

Além disso, a paridade dos membros permite votação célere e única, já que as Casas estão numérica e igualmente representadas, permitindo que os membros se manifestem num só momento —essencial quando se instrui uma medida provisória que está gerando efeitos para a sociedade.

Em outros países que adotam o bicameralismo, não há superioridade da Casa iniciadora, como existe no Brasil. Na Alemanha, nos Estados Unidos, na Austrália e na Inglaterra, em caso de divergência, instala-se uma comissão de conciliação —e não simplesmente se faz valer a vontade da Casa iniciadora.

As comissões mistas brasileiras têm que ser paritárias para compensar esse desenho institucional que tende a limitar o tempo de tramitação no Senado, na medida em que garante a participação efetiva da Casa Alta, desde o início, na elaboração do parecer da comissão.

Assim, conclui-se que as comissões mistas das medidas provisórias com formação paritária funcionam como fator equalizador das forças das Casas legislativas no sistema bicameral.

Nota-se que o atual rito do processo legislativo das medidas provisórias é o resultado de uma evolução do instituto, que se aperfeiçoou para garantir o maior e melhor debate possível da proposição enviada pelo Poder Executivo.

Qualquer interpretação que venha a fugir do texto constitucional comprometerá a segurança jurídica, tendo em vista a possibilidade de violação ao devido processo legislativo e a consequente declaração de inconstitucionalidade da norma.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Entrevista com Haddad

Está corretíssimo o ministro ("Haddad vai propor nova regra para gastos obrigatórios", Mercado, 7/4). De que adiantou subsidiar as montadoras? Abandonaram o país, deixaram uma massa de desempregados que não sabem fazer outra coisa, enviaram divisas para as matrizes e fim.
Raul Mascarenhas (São Carlos, SP)

Missão em Moscou

Desde o início vi muitos baseando-se na lógica de que "o inimigo do meu inimigo é meu amigo" para apoiar a invasão de Putin. Dito isso, embora no geral concorde com a visão de Demétrio Magnoli, prefiro acreditar que esta sua leitura dos movimentos do governo Lula ("Missão em Moscou", 6/7) esteja precipitada.
José Bernardo (Belo Horizonte, MG)

*

O TPI sempre julgou de acordo com os interesses da Otan. Claro que sempre condenará o inimigo dela.
Fauzi Salmen (Rio de Janeiro, RJ)

Insultos ao BC

("PT já insultou BC de ao menos 14 formas diferentes por causa de juros", Painel, 8/4). Todos os países desenvolvidos em alto nível têm um BC ou autônomo ou independente. Não vamos inventar a roda.
Peter Janos Wechsler (São Paulo, SP)

Não monogamia

Sensata e coerente ("Não monogamia é bom para quem? Para os homens", Mariliz Pereira Jorge, 7/4). Esse mundo que impõe ideologias tá chato demais. Monogamia para quem quiser!
Maria Fernanda Schneider
(Porto Alegre, RS)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PAINEL DO LEITOR (8.ABR) A carta do leitor Matheus Teodoro Silva Filho comentando críticas ao governo Lula foi enviada de Curitiba, Paraná, e não de São Paulo, como publicado.

Temas mais comentados pelos leitores no site

De 1º a 8.abr - Total de comentários: **13.695**

- **387** Homem mata quatro crianças em creche de Santa Catarina (Cotidiano) **5.abr**
- **308** Lula sofre críticas de eleitores ilustres e vê pressão sobre governo crescer (Política) **6.abr**
- **304** Missão em Moscou (Demétrio Magnoli) **7.abr**

ASSUNTO **QUE MUDANÇAS DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO ENSINO MÉDIO?**

Ampliar a estrutura das escolas e contratar profissionais para que, de fato, os itinerários sejam optativos.
Tereza Alice de Medeiros Silva, 43, professora (Florânia, RN)

*

Mais aulas das disciplinas tradicionais, sem itinerários. A grade deve acompanhar os principais vestibulares. Para os alunos, período integral com bolsa de permanência.
Minisa Nogueira Napolitano, 45, coordenadora pedagógica (Barretos, SP)

*

Como afetado, posso dizer que diminuiu nossa aprendizagem das matérias para o Enem. Nem todas as escolas têm estrutura. Muitos que estão incluídos nesse sistema foram impedidos de trabalhar. Nem todas as famílias têm provisão de uma única pessoa, mas sim de várias, incluindo os adolescentes.
Guilherme da Rosa José, 17, estudante (Laguna, SC)

*

Retirar os itinerários, que podem ser trabalhados nas áreas de humanas, linguagens e natureza. Não precisa de mais de 20 conteúdos. Se fosse uma grade de ponta, como querem fazer a sociedade acreditar, por que nos institutos federais e nas privadas ela não é usada?
Cristina Batista Cordeiro, 54, professora (Leme do Prado, MG)

Remunerar os professores por preparação de aulas, fidelizá-los às escolas em que lecionam com aumento da carga horária, facilitar seu acesso a cursos de mestrado e doutorado, colocá-los no centro das discussões sobre melhorias no ensino médio. Os responsáveis pela elaboração de políticas ou nunca entraram numa sala de aula ou não entram faz muito tempo.
Vinicius Cesar Coelho da Silva, 44, professor (Rio de Janeiro, RJ)

*

Colocar matérias mais úteis e não matérias que não fazem sentido algum, implantar mais horários de química, física, matemática... Isso irá ajudar para nós estudantes.
Erieli Laís Paula da Silva, 16, estudante (Várzea da Palma, MG)

*

Estudar melhor essas grades curriculares. Principalmente o período integral, que em muitas escolas não está dando certo. A escola do meu filho mesmo é uma delas.
Graziele Alves Soares, 38, auxiliar de escritório (São Paulo, SP)

*

Diminuir a carga horária da parte diversificada. Ela tem seu valor, mas pode e deve diminuir. Na base geral comum, houve grandes perdas.
Alex Pereira Sales, 36, professor (Tauá, CE)

Está na hora de romper a lógica utilitarista do ensino. Chega de colocar o Enem como objetivo final do ensino médio. É reduzir demais as aspirações dos nossos adolescentes.
Stéfano Araújo Novais, 31, professor de química (Rio de Janeiro, RJ)

*

Voltar como era antes, os períodos manhã, tarde e noite. Pássaro o dia inteiro na escola cansa!
Ryan Carlos de Oliveira Custódio, 15, estudante (Potengi, CE)

*

Não haverá reforma decente sem medição séria de conhecimento. Reformar algo ruim para quê, se hoje o aluno é aprovado até sem comparecer às aulas?
Hugo Valdez, 50, professor (São Paulo, SP)

*

Achei que o novo ensino médio seria inovador e os alunos iriam gostar, mas novamente uma ideia boa conseguiu ser um desastre na escola. Colocaram muitas aulas dos itinerários formativos e tiraram da formação básica. É preciso ensinar coisas que agreguem, educação financeira, impostos, a poupar para não depender do INSS, a acabar com o eterno endividamento por não entender o básico de juros.
Nayra Sabrina de Moraes, 33, professora (Osasco, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Luz do sol

Apesar de ainda deixar pedidos sem resposta ou negá-los, o governo Lula (PT) tem sido mais transparente que o de Jair Bolsonaro (PL) no atendimento à Lei de Acesso à Informação. Segundo painel da Controladoria-Geral da União, a gestão anterior recebeu 507.337 pedidos, concedeu acesso a 66,79%, negou a 7,48% e descartou 12,14% por supostas falhas. Na atual gestão, o índice de acesso subiu para 73,95%. As negativas foram 7,68% e em 4,29% dos casos os pedidos foram desqualificados.

OPACOS A Codevasf lidera o ranking de omissões. Demandada 60 vezes em 2023, não respondeu em oito ocasiões. Transformada em centro de suspeitas de corrupção, a estatal segue sob comando do centrão. Na sequência aparecem o Ministério da Saúde, com cinco omissões, e a Companhia das Docas da Bahia, com quatro.

ESTRANHO... A nomeação do ex-deputado estadual tucano Michele Caputo para uma vaga de conselheiro em Itaipu deve consolidar a aproximação entre PT e PSDB no Paraná. Ex-secretário estadual da Saúde, Caputo não conseguiu se reeleger no ano passado. Nesta semana, foi nomeado por Lula para o conselho da usina, ao lado de cinco ministros.

...NO NINHO Caputo contou com respaldo da presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e do ex-prefeito de Curitiba Luciano Ducci (PSB). No mês passado, ele participou do lançamento de uma frente liderada pelo PT contra o atual governador, Ratinho Jr. (PSD).

TRINCHEIRA 1 O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) vai lançar em 16 de abril um movimento para difundir ideias conservadoras e combater um suposto predomínio da esquerda em universidades, imprensa e meios culturais. "Embora os conservadores sejam a maioria, o Brasil continua sendo dominado por uma minoria que não tem escrúpulos, mas mais de 100 anos de organização", diz o texto de apresentação da Formação Conservadora.

TRINCHEIRA 2 Não é a primeira vez que o filho do ex-presidente cria iniciativas para a formação de novas lideranças conservadoras. Ele é presidente do ICL (Instituto Conservador-Liberal), que surgiu em 2021. Também trouxe ao Brasil uma versão do Cpac, principal conferência da direita dos EUA.

REPERTÓRIO 1 O PT criticou de ao menos 14 formas diferentes o Banco Central nos últimos 30 dias por causa das taxas de juros, segundo levantamento do Painel. No site do partido ou em declarações de dirigentes, o órgão foi chamado de "bolsonarista", "arrogante", "chantagista" e acusado de "sabotar" o governo Lula. Os juros foram classificados como "abusivos", "extorsivos" e "escorchantes".

REPERTÓRIO 2 A instituição ainda foi acusada de empreender uma "política arrasa-quarteirão", que "perpetua o rastro de destruição" e "atua para saquear recursos da economia", além de "avançar no ataque ao povo". Com a taxa Selic em 13,75% ao ano e sem sinais de que será reduzida em breve, os ataques tendem a continuar e crescer em volume.

LARANJAS COM BANANAS O Ministério das Mulheres afirma que a comparação com o número de seguidores de outros ministros no Twitter, feita pela agência FSB, é injustificada, porque os líderes do ranking, como Fernando Haddad, Marina Silva, Simone Tebet e Geraldo Alckmin já foram candidatos a presidente. A pasta diz ainda que tem investido em outras ferramentas de comunicação, como o Instagram.

MANHA O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse que a diplomacia durante o governo Bolsonaro tinha "retórica agressiva e atitudes infantis" nas relações com países com os quais o presidente tinha divergências ideológicas. A declaração foi dada em entrevista à revista do Cebri de março.

PÁRIAS Segundo Vieira, o sectarismo do governo Bolsonaro representava a negação da diplomacia. "A antidiplomacia nada tem a ver com a tradição brasileira", afirmou.

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O prefeito de SP, **Ricardo Nunes (MDB)**, após ter caído veto à remoção de barracas de moradores de rua; ainda viu Guilherme Boulos (PSOL) desgastar-se por conversa com José Datena (PDT)

PERDEDOR DA SEMANA
O ministro de Minas e Energia, **Alexandre Silveira**, desautorizado pelo presidente Lula (PT) em público sobre a mudança da composição do preço dos combustíveis

FIQUE DE OLHO
Lula (PT) e **Tarcísio de Freitas (Republicanos)** fazem eventos de 100 dias de governo; presidente finalmente irá à China

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

De Sarney a Lula, crises em série são marcas dos 100 dias de presidentes

Inícios de mandatos tiveram morte de eleito, confisco de poupança, queda de ministros, ataque golpista e turbulências no Congresso

Ranier Bragon

BRASÍLIA Os cem primeiros dias de governo dos presidentes da República que tomaram posse após o fim da ditadura militar (1964-1985) reúnem episódios dramáticos como a morte do eleito, o confisco dos recursos bancários dos brasileiros e um ataque golpista aos prédios dos três Poderes.

A largada também envolveu uma situação bastante comum: a ênfase em propostas de equilíbrio das contas públicas e de controle da inflação, nem sempre com sucesso.

Em janeiro de 1985, o Congresso Nacional elegeu de forma indireta o primeiro civil para ocupar a Presidência da República desde o golpe de 1964, o mineiro Tancredo Neves.

A tradicional raposa política não teria seus cem primeiros dias de governo. Não teria nem mesmo um. Internado na véspera da posse, em 15 de março, morreu cinco semanas depois, em 21 de abril, vítima de uma infecção generalizada.

Em seu lugar, assumiu José Sarney, ex-integrante da Arena e do PDS —respectivamente o partido de sustentação da ditadura e o seu sucessor— e cristão-novo no PMDB (hoje MDB).

O período foi marcado pelas dúvidas sobre a capacidade de sustentação do novo presidente. Para se manter no poder, Sarney se ancorou na política de "uma transição com as Forças Armadas e não contra elas" e no apoio de boa parte dos políticos egressos da ditadura.

No Congresso, o presidente era ofuscado por Ulysses Guimarães (1916-1992), presidente da Câmara, estrela maior do MDB e um dos principais políticos da redemocratização.

Neste período, iniciava-se a consolidação da transição ditadura-democracia, com medidas de substituição do arcabouço legal autoritário por normativas democráticas. Boa parte dessas medidas, porém, foram creditadas ao esforço do Congresso, de Ulysses em particular, e não do governo.

Sarney também lançou o plano nacional de reforma agrária, que sofreu forte oposição dos setores rurais e conservadores.

A transição para a democracia só se consolidaria com a aprovação da Constituição de 1988 e as eleições presidenciais diretas de 1989.

Na área econômica, optava-se por medidas de contenção artificial dos preços e de redução de gastos com o objetivo de combater a inflação e o déficit das contas, em um cenário ainda de dívida externa e de forte pressão comandada pelo Fundo Monetário Internacional.

A equipe, comandada por Francisco Dornelles, cairia com cinco meses de governo, em agosto de 1985. A principal medida na área só seria implantada no segundo ano de governo, com Dilson Funaro na Fazenda: o fracassado Plano Cruzado, de 1986.

Cinco dias após os cem dias, Sarney enviaria ao Congresso a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que resultaria na Constituição de 1988.

O sucessor de Sarney, Fernando Collor de Mello, elegeu-se pelo nanico PRN e assumiu em março de 1990 anunciando o espetaculoso Plano Collor, o choque anti-inflacionário que incluiu confisco de depósitos e aplicações bancárias da população por 18 meses, congelamento de preços e prefixação de aumentos salariais.

José Sarney U. Dettmar - 15.mar.1985/Folhapress

Fernando Collor Roberto Jayme - 15.mar.1990/Folhapress

Itamar Franco Roberto Jayme - 05.abr.1993/Folhapress

FHC Ormuzd Alves - 01.jan.1995/Folhapress

Lula Alan Marques - 21.jan.2003/Folhapress

Dilma Rousseff Ueslei Marcelino - 19.mar.2011/Reuters

Michel Temer Pedro Ladeira - 25.mai.2016/Folhapress

Jair Bolsonaro Pedro Ladeira - 15.jan.2019/Folhapress

A esperada queda a zero da inflação dos patamares de 80% não se confirmou, sendo que na marca dos cem dias já estava em torno de 10%, erodindo o apoio inicial ao plano.

A promessa de reforma administrativa, que visava demitir cerca de 360 mil funcionários públicos —na esteira da fama de "caçador de marajás" que o catapultou nacionalmente—, também se mostrou inviável, atingindo menos de 10% da meta estabelecida para os cem dias.

Collor sofreu impeachment em 1992, ocasião em que seu vice, Itamar Franco (1930-2011), assumiu o cargo.

Em seus primeiros cem dias, Itamar propôs a aprovação de um plano de ajuste fiscal emergencial, o que levou o Congresso Nacional a ser convocado extraordinariamente no início de 1993.

Nessa ocasião, foi aprovado o IPMF (antecessor da CPMF), imposto sobre transações financeiras que vigorou em 1994. Ele também buscou aumentar sua base de apoio e estabelecer um pacto de governabilidade após o impeachment, o que incluiu reunião com presidentes de partidos, em janeiro de 1993.

Os cem primeiros dias do sucessor de Itamar, o seu então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foram embalados pelo sucesso do Plano Real, que o elegeu.

O tucano priorizou medidas de contenção de gastos e de manutenção da estabilização da moeda.

Nos cem primeiros dias, houve a sanção da Lei das Concessões, que permitia que a iniciativa privada atuasse em áreas como energia elétrica, saneamento e telecomunicações.

Apesar de boa base no Congresso, FHC sofreu uma derrota importante, sendo obrigado a elevar o salário mínimo de R$ 70 para R$ 100, e não R$ 80, como queria.

Em sua largada, em 2003, Lula priorizou ações no sentido de mostrar austeridade na economia, diante da grande desconfiança do mercado, além de preocupação social, diante das pressões de sua base de apoio.

Nesse período foi lançado o Fome Zero, que depois viraria o Bolsa Família, hoje o maior programa social federal.

Na economia, Antonio Palocci conduzia uma política pró-arrocho fiscal, que incluía a fixação de meta de superávit fiscal de 4,25% do PIB, a maior da história.

Estavam na ordem do dia, também, as discussões da Reforma da Previdência, que seria encaminhada pelo governo e aprovada no final do ano pelo Congresso.

Dilma Rousseff (PT) iniciou sua gestão, em 2011, com a marca do continuísmo em relação ao padrinho político, com adaptações no seu estilo, menos "palanqueiro" e de gosto pela gerência mesmo dos assuntos mais laterais da administração federal.

Uma mudança de Dilma em relação a Lula, nos cem primeiros dias, foi uma posição direta em defesa dos direitos humanos na política externa, diferentemente da ambiguidade da gestão Lula em relação a ditaduras de esquerda.

Continua na pág. A6

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Entrevista com vampiros

Jornalismo tenta expor extremistas, que expõem dificuldades do jornalismo

José Henrique Mariante

"60 Minutes" é uma instituição do jornalismo americano, há mais de meio século no ar. No último fim de semana, porém, o programa da CBS foi imolado nas redes sociais antes mesmo de começar. Uma chamada de divulgação da emissora no Twitter apresentava a atração do episódio, Marjorie Taylor Greene, deputada republicana de extrema direita do estado da Geórgia, apoiadora do ex-presidente Donald Trump e que promove teorias conspiratórias absurdas do QAnon.

Ao tuíte faltava exatamente essa descrição. O programa abriria espaço para alguém que generaliza políticos democratas como pedófilos e explica incêndios na Califórnia como obra de lasers espaciais judeus. O anúncio da CBS mostrava a deputada de forma neutra, como alguém "que não tem medo de dividir suas opiniões, não importa o quão intensa elas sejam". Intensa, no caso, é eufemismo para opiniões racistas, antissemitas e homofóbicas, entre outros adjetivos. Segundo os críticos, figura tão divisiva não deveria ganhar espaço na imprensa e, se inevitável, deveria ser tratada como o que é, uma extremista.

*Algo parecido ocorreu com a **Folha** na semana anterior. Na continuação de sua série sobre o bolsonarismo, o jornal entrevistou Steve Bannon, o "estrategista da ultradireita global", como é classificado na reportagem. Bannon mente com veemência por toda a entrevista, dizendo que Trump foi roubado em 2020, assim como Jair Bolsonaro, em 2022, e que os invasores do 8 de Janeiro eram "guerreiros da liberdade". Quem quebrou a lei, diz, deve ser punido, isso se não ficar provado que "foram instigados por agentes federais". A única verdade no discurso extremista é a conveniência.*

*Como no caso da CBS, leitores da **Folha** se queixaram do espaço dado a alguém que pouco acrescenta ao debate público. Bannon, Greene e outros não defendem pontos de vista, não querem explicar nada; pelo contrário, se esforçam para manter uma aura que vai da certeza cega à conspiração, o que melhor encaixar na frase, não importa o que foi dito antes ou será defendido depois.*

*"Steve Bannon vê Bolsonaro fortalecido com acusações na Justiça e aposta em Eduardo", diz o título da **Folha**, que não reflete o caráter aleatório e oportunista do entrevistado. É um jogo ruim: o jornal segue o manual, o extremista resta como sério, legitimado pela seriedade que toma do entrevistador. O resultado nunca é equilibrado, mas o jornalismo não é capaz de contorná-lo.*

Ouvir e expor o contraditório é uma obrigação da imprensa profissional. A luz do dia, dizia o publisher deste jornal, é o melhor desinfetante. A questão que se impõe agora é o que fazer quando germens e outras criaturas da noite, no lugar de serem eliminados, como sempre se deu, passam a se alimentar da luz também.

O primeiro passo talvez seja entender que, confrontada com o extremismo, a sensibilidade dos leitores também se modificou. A linha do intolerável está mais próxima.

Teoria e prática

Um novo ataque em escola renovou a necessária discussão sobre o tratamento concedido pela mídia a agressores. É preciso dar limites à exposição de crimes e criminosos e evitar o estímulo a novos eventos, recomendam vários estudos.

*No advento do noticiário em Blumenau, veículos vieram a público para explicar que omitiriam informações e imagens do homem que invadiu a creche para inibir sua glorificação e o efeito contágio. O Estado de S. Paulo anexou nota em sua cobertura; o Grupo Globo se posicionou por meio de reportagem; a CNN Brasil explicou seguir orientação do Ministério Público. Na contramão, entre outros, a **Folha** publicou nome e foto do agressor, e o site Metrópoles deu até um vídeo.*

Por coincidência, no mesmo dia do ataque, Guilherme Derrite, secretário de Segurança Pública de São Paulo, em artigo no Tendências / Debates, pedia "responsabilidade ao informar". Horas depois, Thiago Amparo, citando o Estadão como exemplo, escrevia que "não entenderemos o horror se o naturalizarmos". Quando opiniões díspares convergem, é preciso prestar mais atenção.

*Em reportagem sobre o assunto, a **Folha** explicou que publicou as informações sobre o assassino "por entender que há relevância jornalística". Diferentemente dos concorrentes, o jornal acredita que o debate precisa ser feito caso a caso.*

*Faz falta o quesito emergência na equação racional da **Folha**. São Paulo registrou 279 ameaças a escolas logo após o assassinato da professora Elisabeth, na Vila Sônia. O tempo para debates está esgotado.*

De Sarney a Lula, crises em série são marcas dos 100 dias de presidentes

Continuação da pág. A4

Com folgada maioria no Congresso, de cerca de 380 das 513 cadeiras da Câmara, ela conseguiu resistir inicialmente ao loteamento de cargos entre aliados.

Na economia, promoveu corte de R$ 50 bilhões no Orçamento e injetou recursos no BNDES. O Banco Central indicava que deixaria a inflação superar a meta com o objetivo de não afetar o crescimento do país.

Após o impeachment da petista, em 2016, Michel Temer (MDB) teve como principal medida o envio ao Congresso da proposta de teto de gastos por até 20 anos, medida depois aprovada, mas que acabou sendo desfigurada de modo mais intenso na pandemia e que será revogada pelo novo arcabouço fiscal

Três ministros caíram nos primeiros cem dias, entre eles Romero Jucá (Planejamento) após a **Folha** revelar gravação de conversa entre ele o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. No áudio, Jucá propunha um "pacto" para deter a "sangria" da Operação Lava Jato.

Eleito pelo então nanico PSL na onda conservadora de 2018, Jair Bolsonaro (hoje no PL), também iniciou seu governo com troca de ministros — Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral) caiu após atritos com a família presidencial e em meio ao escândalo das candidaturas de laranjas. Ricardo Vélez Rodríguez (Educação) foi demitido às vésperas da data de cem dias.

Bolsonaro tentou emplacar modelo de relação com o Congresso negociando com frentes parlamentares, não partidos, o que depois se mostrou um fracasso e foi abandonado.

Ele enviou no período inicial de cem dias a proposta de Reforma da Previdência, que acabou sendo conduzida em grande parte pelo Congresso e resultou na maior reforma do sistema na história.

Começou também o processo de afrouxamento das regras de compra de armas e munições, do desmonte do aparato de fiscalização ambiental e enviou ao Congresso o chamado "pacote anticrime", elaborado por Sergio Moro, que acabou sendo desfigurado em relação à proposta original por meio da base governista e dos próprios vetos e sanções de Bolsonaro.

Lula 3 assistiu ao ataque golpista de bolsonaristas às cúpulas dos Três Poderes no oitavo dia do seu governo.

Nessa largada, ele trocou o comandante do Exército, na linha de despolitização das Forças Armadas, manteve o pagamento de R$ 600 no Bolsa Família, com adicional de R$ 150 por filho menor de seis anos, além de coordenar ações em prol do povo yanomami e de adotar uma série de ações de revogações de normativas e ações da gestão Bolsonaro.

Em comum com vários antecessores, a questão das contas públicas, inflação e crescimento da economia. Ao mesmo tempo em que anunciou a proposta do novo arcabouço fiscal, atacou publicamente o presidente do Banco Central em uma pressão para a queda dos juros.

Por não ter ainda segurança em sua base de apoio no Congresso, montada por meio de oferecimento de ministérios, cargos e emendas orçamentárias, Lula não teve votações de relevo nesses primeiros cem dias de sua gestão.

Fotos Gabriela Biló/Folhapress

1 Lula em cerimônia de apresentação de oficiais generais no Planalto **2** e seu reflexo da parede do terceiro andar do palácio **3** Lula e Janja passam em frente a obra de arte no terceiro andar do Palácio do Planalto

Governo expõe bate-cabeça com ministros

Broncas antes dos 100 dias já envolveram política de preços da Petrobras, passagem aérea, juros do INSS e Previdência

Julia Chaib e Marianna Holanda

BRASÍLIA Ao longo dos cem primeiros dias, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) protagonizou ao menos quatro episódios públicos de bate-cabeça, em que ministros foram desautorizados pelo próprio presidente ou por integrantes do Palácio do Planalto.

No caso mais recente, Lula desautorizou o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia). Na quinta-feira (6), durante café com jornalistas, o presidente afirmou ter "sido pego de surpresa" pelas declarações do auxiliar de que a Petrobras adotaria uma nova política de preços.

Segundo anúncio feito por Silveira, no dia anterior, quarta-feira (5), a estatal passaria a usar o modelo de PCI (preço de competitividade interna), o que levaria à redução do preço do diesel.

A declaração irritou investidores e a direção da Petrobras, que chegou a divulgar uma nota para dizer que "não recebeu nenhuma proposta do Ministério das Minas e Energia". Informou ainda que eventuais mudanças na política de preços "serão comunicadas oportunamente ao mercado, e conduzidas pelos mecanismos habituais de governança interna da companhia".

Lula disse a jornalistas no Palácio do Planalto que haverá mudança no cálculo dos preços, mas que caberá ao presidente pautar a discussão.

"A política de preços da Petrobras será discutida pelo governo no momento em que o presidente da República convocar o governo para discutir a política de preços", disse. "Enquanto o presidente da República não convocar o governo para discutir política de preços, a gente não vai mudar o que está funcionando hoje."

Integrantes do governo dizem que ruídos são naturais no início de gestão e atribuem parte deles ao fato de que alguns ministros estão afastados da administração pública há muito tempo.

Outra hipótese é a de que esses ruídos estariam ocorrendo justamente pelo oposto: excesso de nomes experientes na equipe.

Dos 37 ministros de Lula, 9 são ex-governadores. Ministros palacianos ponderam que este grupo estava acostumado a dar a palavra final nas medidas que implantavam nos respectivos estados e agora precisam se acostumar a aguardar o aval de Lula para tocarem projetos.

Antes da autorização do presidente, a equipe precisa subordinar as ideias de políticas públicas ao ministro Rui Costa (Casa Civil), o que também já causou desconfortos.

Desde a campanha, Lula tem dito em reuniões que entende que todos são "craques" e têm o próprio brilho, mas que no governo é preciso jogar em equipe.

A forma de minimizar os choques públicos que o presidente encontrou é centralizar as decisões e a divulgação de medidas no Palácio do Planalto.

O receio é que anúncios feitos sem estarem em acordo com o núcleo político da gestão gerem desgastes com o mercado e com o Congresso Nacional e passem a impressão de que Lula não tem as rédeas da própria equipe.

Por isso, a ideia é que nenhum ministro anuncie uma proposta antes que ela tenha tido consentimento expresso da Casa Civil e do presidente.

Também a estratégia de comunicação de cada pasta precisa ser ao menos informada à Secretaria de Comunicação Social, chefiada pelo ministro Paulo Pimenta.

A orientação é que os projetos sejam divulgados como sendo de autoria do governo e de Lula e não de um ministro específico. Em um esforço para evitar novos episódios de bate-cabeça, Lula tem enfatizado essa orientação.

Antes de desautorizar publicamente Alexandre Silveira, em 14 de março, o presidente fez uma cobrança a todos os seus ministros em declaração transmitida publicamente durante reunião.

Sem citar nomes, pediu que ministros autores de alguma "genialidade" a apresentasse para que receba o trâmite adequado.

A bronca foi um recado velado aos ministros Márcio França (Portos e Aeroportos) e Carlos Lupi (Previdência).

Dois dias antes da reunião, França havia anunciado um programa que funcionaria a partir de acordo com companhias aéreas, para vender passagens a R$ 200 o trecho a aposentados, estudantes e servidores públicos.

Já Lupi havia determinado, em 13 de março, a redução do teto dos juros do empréstimo consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A medida contrariou o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e ainda estava em discussão com o Planalto.

Na Previdência, o entendimento era de que Rui Costa e o próprio Lula já haviam autorizado a medida, quando, na verdade, o presidente tinha dado aval para que a pasta pudesse ir adiante nos estudos para então ser apresentada posteriormente, no caso de ser viável.

No dia 21 de março, após dar um pito nos ministros, Lula afirmou ser favorável à medida, mas ponderou que ela foi feita de forma equivocada. Esta foi a segunda reprimenda feita a Lupi. Logo no início do governo, o ministro anunciou que mudaria a reforma da Previdência.

No dia seguinte, ele foi desautorizado pelo ministro Rui Costa. "Não há nenhuma proposta sendo analisada e pensada neste momento para revisão de reforma, seja previdenciária ou outra", disse na ocasião.

Juliana Freire

Isabel e Luiz Gama são parte da História

A canelada na princesa foi coisa de bolsonarista

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

O Ministério dos Direitos Humanos extinguiu a Ordem do Mérito Princesa Isabel e, no mesmo dia, criou o prêmio Luiz Gama. À primeira vista, acabou com um crachá criado por Bolsonaro e exaltou a figura de um abolicionista negro. Com a simultaneidade, o governo praticou um ato mesquinho e inútil. Bolsonaro gostaria de ver um Brasil sem Luiz Gama. O comissariado quer um Brasil sem o crachá de Isabel. Os dois fazem parte da mesma História. Mutilando-a ninguém ganha.

Uma coisa é criar um prêmio para exaltar a memória de Gama, um negro vendido em 1840 pelo próprio pai branco. Ele fugiu, formou-se em direito, lutou pela abolição, conseguiu a libertação de centenas de negros e morreu em 1882, sem vê-la. Bem outra é cassar a Ordem do Mérito de Isabel. Nenhum poder da República poderá apagar o fato de que foi ela, como regente durante viagens do pai, quem assinou as leis do Ventre Livre, em 1871, e da abolição, em 1888. As duas iniciativas haviam sido aprovadas pela Câmara e pelo Senado.

Isabel foi uma princesa carola, apagada pela figura de D. Pedro 2º. Salvo um acidente ocorrido na sua juventude, quando furou um olho de uma amiga, nunca fez mal a ninguém. Para horror de alguns cortesãos, era amiga do engenheiro negro e abolicionista André Rebouças. Ele registrou em seu diário que no dia 4 de maio de 1888 a princesa mandou construir um abrigo para 14 negros fugidos. (Em maio de 88 a abolição era favas contada. Vale lembrar que, em março, fazendeiros paulistas espancaram e mataram o promotor Joaquim Firmino de Araújo Cunha diante de sua família, por proteger negros fugidos.)

Se o comissariado petista não gostou da criação da Ordem do Mérito Princesa Isabel, bastava que a esquecesse, não concedendo o crachá.

A simultaneidade da cassação da Ordem com a instituição do prêmio Luiz Gama foi uma mesquinharia. Eles pertencem a mundos diferentes, a princesa viveu no andar de cima. Gama batalhou no de baixo. Defendia escravizados, denunciava os crimes de fazendeiros. Foi um radical.

No abolicionismo branco de figuras ilustres como Joaquim Nabuco há o combate à escravidão. No de Luiz Gama estão negros de carne e osso, como Brandina, Antonio e Raimundo.

Seus radicalismos estavam todos certos. Não só na abolição, mas também na República. Foi profético quando lembrou a D. Pedro 2º que o povo, num "cântico à liberdade", poderia repetir o 7 de abril de 1831, repetindo o "sinistro banimento" de seu pai. (Oito anos depois, sem que o povo entrasse na cena, Pedro e Isabel foram banidos. Eles morreriam na França.)

Em 1881, um grupo de admiradores de Luiz Gama formou uma comissão para custear o pagamento de um quadro retratando-o. Eis a sua resposta:

"[Empreguem] o dinheiro colhido, com algum auxílio, se precisão houver, na libertação de um escravo, que indicarei. Assim prestaremos todos à humanidade um relevantíssimo serviço, merecedor de melhor apreço do que a tela, na qual pretendem imortalizar-me a óleo."

Nos dias de hoje, o advogado Luiz Gama incomodaria as autoridades denunciando as sortidas policiais que matam "suspeitos", quase sempre negros, nos bairros pobres das cidades.

Serviço: A obra completa de Luiz Gama, com 11 volumes, foi organizada e anotada pelo historiador Bruno Rodrigues de Lima. Publicada pela editora Hedra e está à venda na rede.

Boghossian disse tudo
O repórter Bruno Boghossian disse tudo: "O governo quer enfrentar o fantasma da naftalina".

Encrencando com a lembrança do então juiz Sergio Moro e com a princesa Isabel, não haverá naftalina que chegue quando a briga chegar a D. João 6º.

Executivo previdente
Ainda não se conhecem os nomes dos diretores da rede varejista Americanas que venderam cerca de R$ 240 milhões de ações da empresa no ano passado, quando já sabiam que o negócio estava emborcado com um rombo bilionário.

Sabe-se, contudo, que pelo menos um deles transferiu o ervanário para as contas de familiares no exterior.

Pax Americanas
O anúncio de que os três grandes acionistas da rede Americanas colocarão até R$ 12 bilhões no poço da empresa esfriou o fervor de pelo menos um banqueiro contra o trio.

Aviso amigo
De um parlamentar que já viu de tudo:

O melhor que o Senado ou a Câmara poderiam fazer por Lula seria derrubar logo uma de suas indicações ou projetos. O resultado serviria para mostrar a fragilidade de sua base parlamentar.

Soprando a inflação
Durante quatro anos, Bolsonaro sonhou com cataclismas que nunca vieram.

Com menos de cem dias de governo, Lula está soprando as brasas da inflação ao brigar com o Banco Central e ao dizer que "se não pode cumprir [o teto de 4,75%], é melhor mudar".

Com esse tipo de declaração ele estimula as expectativas inflacionárias e aí fica uma questão: o que ele pretende com isso.

Bolsonaro sonhava com um caos que lhe permitisse tentar um golpe. Esse sonho não está no acervo de Lula.

Gentileza esquecida
Lula vai à China levando uma arca de Noé de empresários, ministros e parlamentares. Perdeu a oportunidade de incluir o ex-senador Tasso Jereissati.

Noves fora o fato de o tucano ter ajudado sua eleição, Tasso conheceu o presidente Xi Jinping em 1996, quando ele era vice-governador de sua província e visitou o Ceará à frente de uma delegação. Xi tinha muitos quilos a menos.

Campos e sua comunicação
Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, admitiu que "às vezes eu me vejo com alguma deficiência na comunicação" e prometeu melhorar.

Basta não agredir a inteligência de quem o ouve. Na sua entrevista ao programa Roda Viva, quando lhe perguntaram sobre a camiseta da seleção brasileira de futebol que vestiu ao ir votar, o doutor respondeu: "Voto é um ato privado".

A pergunta tratava de sua camisa.

Bolsonaro inelegível
O julgamento da inelegibilidade de Bolsonaro será um teste de qualidade para o ministro Kassio Nunes Marques.

Ele poderá votar contra, até porque ninguém espera que vote a favor. Nesse caso, ficará com a minoria, mas jogará o jogo pelas boas regras.

Noutra possibilidade, poderá pedir vista, engavetando o processo por até dois meses.

Nunes Marques sabe o tamanho de seu prestígio no Supremo Tribunal. Se decidir jogar pelas regras dos Bolsonaro, terá feito a pior escolha.

Thomas teve um mestre
O juiz Clarence Thomas, da Corte Suprema americana, foi apanhado beneficiando-se com presentes e mordomias oferecidas por um ricaço. O doutor disputa com folga o título de pior juiz da corte em várias gerações. Ficou famoso pelo seu silêncio durante as sessões.

Por pior juiz que seja Clarence Thomas, ele herdou o gosto pelas boquinhas de Antonin Scalia, o brilhante conservador do tribunal. Ele gostava de caçar e pescar. Morreu durante a noite numa pousada de luxo. Fez pelo menos 85 viagens nas quais quase sempre o jatinho era patrocinado.

Lula lança campanha de 100 dias com 'O Brasil voltou', slogan usado por Temer

BRASÍLIA A equipe do presidente Lula (PT) lançou uma campanha para celebrar os 100 dias de governo com o slogan "O Brasil voltou". A frase já foi usada em 2018 pelo governo Michel Temer (MDB).

Lula divulgou neste sábado (8) em suas redes vídeo que ressalta o que seria a volta do valor da cultura, do meio ambiente e do respeito internacional, entre outros temas defendidos pelo novo governo, em contraste ao mandato de Jair Bolsonaro (PL).

Na publicação, um texto diz: "voltamos para cuidar do povo brasileiro, e é isso que estamos fazendo. Seguiremos trabalhando juntos por um Brasil de mais direitos e oportunidades. #OBrasilVoltou".

O vídeo termina com o slogan oficial do governo Lula, "Brasil, união e reconstrução".

A frase "O Brasil voltou" foi usada por Temer quando ele quando completou dois anos na Presidência. Temer era vice de Dilma Rousseff (PT) e chegou ao cargo após o impeachment dela, processo que petistas chamam de golpe.

Inicialmente, o slogan de Temer era "O Brasil voltou, 20 anos em 2", mas a ambiguidade que causava quando a frase era lida fez com que esse complemento fosse retirado.

Temer também havia usado a frase em uma publicação nas redes sociais em 2017, após leilões de campos de petróleo de pré-sal.

O enunciado, na época do Temer, tinha relação com a saída do PT do poder. Agora, a mesma frase refere-se exatamente ao contrário: a volta do partido ao governo.

Lula e sua equipe têm investido em tentar divulgar resultados do governo nesses primeiros cem dias. A marca ganhou mais importância após os ataques golpistas de 8 de janeiro, com a invasão das sedes dos três Poderes por grupos bolsonaristas.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) em sua posse no cargo, no Palácio dos Bandeirantes Zanone Fraissat - 1º.jan.2023/Folhapress

Tarcísio equilibra papéis e persegue marcas em 100 dias de governo

Governador de SP acenou a bolsonaristas e opositores sem passar ileso por críticas à sua gestão

Joelmir Tavares

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) completará cem dias no cargo se equilibrando entre gestos à base bolsonarista e acenos à esquerda, enquanto consolida a base de apoio na Assembleia Legislativa e lida com os percalços inerentes à função de administrar o estado de São Paulo.

O governo teve desgastes em áreas como educação e transporte, mas viu arrefecer a má vontade da oposição por dois motivos: Tarcísio buscou se distanciar de radicalismos associados ao padrinho de sua candidatura, Jair Bolsonaro (PL), e abriu diálogo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Figura que quebrou o ciclo de quase 30 anos do PSDB na máquina estadual, o atual governador evitou rupturas drásticas com o modelo tucano, diferenciando-se por aspectos como o apetite maior por privatizações e a nomeação preferencial de técnicos em detrimento de políticos.

O governo programou para a manhã desta segunda-feira (10) um evento no Palácio dos Bandeirantes para um balanço dos cem primeiros dias.

No mesmo horário, a bancada de deputados estaduais do bloco PT/PV fará um ato explorando o mote de que a gestão chega à data "sem nada para apresentar".

O desempenho de Tarcísio é acompanhado com atenção tanto por políticos do entorno de Bolsonaro quanto por atores da direita que buscam uma alternativa para a eleição presidencial de 2026. Embora despiste em público sobre ser presidenciável, o governador se fortalece na bolsa de apostas.

Sucessor do governo tucano de João Doria e Rodrigo Garcia, o novo chefe do Executivo paulista passou por provas de fogo já em sua estreia que o colocaram na encruzilhada entre Bolsonaro e Lula, mas serviram de teste para a imagem de político conciliador que vendeu na campanha.

O ano começou com a pressão pela desmobilização dos acampamentos golpistas que germinaram os ataques em Brasília. O governo paulista agiu pela retirada dos radicais bolsonaristas após o quebra-quebra de 8 de janeiro, contrariando setores que tinham apoiado a eleição de Tarcísio.

A reação à depredação das sedes dos três Poderes colocou o governador na rota de Lula, a quem havia prometido, já na posse, manter uma relação profissional, deixando de lado diferenças ideológicas.

Convidado para ir à capital federal com os demais governadores do país para reafirmar o respeito às instituições e à democracia, Tarcísio vacilou a princípio sobre o comparecimento, mas decidiu ir após ser procurado pela presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber.

"Agora, eu e o presidente Lula somos sócios", discursou no início de fevereiro, repisando o discurso de que São Paulo precisa do Brasil para ir bem, e vice-versa.

Uma nova aproximação com o petista se deu após o estrago das chuvas no litoral norte do estado, com ações emergenciais envolvendo as esferas nacional e local no atendimento às vítimas do temporal que deixou 65 mortos. Bolsonaristas chiaram, mas prevaleceu o discurso da convivência republicana.

A afinação vista na tragédia não é a mesma quando se trata da concessão do porto de Santos, uma obsessão de Tarcísio que enfrenta resistência da gestão federal, responsável pelo complexo. As divergências foram colocadas à mesa em reuniões e estão, por ora, no campo das negociações.

Base de Tarcísio na Alesp

Relação com a Assembleia de SP

* No caso do projeto legislativo comum, é necessária maioria simples dos presentes na Assembleia - 48 deputados é o número caso todos estejam no plenário. Em caso de votação de projeto de lei complementar, é obrigatório

Ficou consolidada a imagem de um governador que é realizador e muito responsável e tem espírito público

Gilberto Kassab
secretário estadual de Governo e Relações Institucionais

Os que votaram nele têm todos os motivos para se orgulharem do seu voto e aqueles que não votaram nele têm todos os motivos para respeitá-lo

idem

Vejo uma continuidade [do PSDB], nem pior nem melhor. Faltam medidas concretas para saber o que será o governo, que não mandou nenhum projeto estruturante para Assembleia

Paulo Fiorilo
deputado estadual e líder do bloco PT/PV na Assembleia

O momento é também de trégua relativa da oposição, após medidas como a decisão de sancionar a lei que permite a distribuição de Cannabis medicinal pelo SUS no estado.

Antes disso, a preferência por nomes distantes do extremismo na montagem do secretariado tinha sido bem recebida, embora Guilherme Derrite (Segurança Pública), Sonaira Fernandes (Políticas para a Mulher) e Renato Feder (Educação) sejam criticados com pechas como bolsonarista e privatista.

Por outro lado, Tarcísio contemplou a base conservadora ligada ao ex-presidente quando derrubou a exigência de comprovante de vacinação contra a Covid-19 no estado.

Articulador da candidatura e hoje braço direito dele, Gilberto Kassab diz à **Folha** que o governador está sendo o moderado que prometeu ser. "Ficou consolidada a imagem de um governador que é realizador e muito responsável e tem espírito público", diz o secretário de Governo e Relações Institucionais.

Para Kassab, Tarcísio ganhou respeito inclusive da oposição. "Os que votaram nele têm todos os motivos para se orgulharem do seu voto e aqueles que não votaram nele têm todos os motivos para respeitá-lo", diz, acrescentando que a ordem é cumprir o slogan de campanha, de que "São Paulo pode mais".

Líder do bloco PT/PV, o deputado estadual Paulo Fiorilo afirma que não viu mudança na comparação com os anos de PSDB. "Vejo uma continuidade, nem pior nem melhor. Faltam medidas concretas para saber o que será o governo, que não mandou nenhum projeto estruturante para Assembleia."

Segundo o petista, Tarcísio está carente de uma base sólida no Legislativo —onde conta, em tese, com 53 dos 94 parlamentares. O desafio é neutralizar as queixas com a falta de espaço no governo e a escolha dos postos-chave na Casa. A margem para a aprovação de projetos, porém, está confortável.

Pela Assembleia passarão alguns dos temas cruciais para o governo, como a privatização da Sabesp, combatida pela esquerda. Também há críticas à suspensão do programa de psicólogos em escolas, agravada pela onda de violência, e à sequência de acidentes em linhas de trem e metrô.

A greve de metroviários, há duas semanas, arranhou a imagem do chefe do Executivo. O bate-boca envolveu a promessa de Tarcísio de liberar catracas, o pedido judicial para a volta do serviço, o sindicato acusando o governador de mentir e o estado falando em acordo descumprido.

Nesta segunda, o ato-protesto da oposição cobrará também investimentos em assistência social para os mais vulneráveis, soluções para a cracolândia e contratação de professores pelo estado.

O material a ser divulgado pelo Bandeirantes diz que o trabalho nos primeiros dias conciliou o atendimento a necessidades básicas da população com a busca de investimentos na economia. As missões do governador à Suíça, a Londres e a Paris foram parte do esforço. Na capital britânica, ele passou mal com uma crise renal e precisou ser internado para retirar um cálculo no último dia 27.

Outras crises se desenham, mas na esfera política, com o retorno de Bolsonaro ao Brasil e a disputa pelo apoio de Tarcísio na eleição para a Prefeitura de São Paulo —desejado pelo candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e pelo campo conservador, que poderá ser representado por Ricardo Salles (PL).

As pressões por um mergulho no universo bolsonarista serão um teste para quem, até aqui, administrou contradições e tentou fazer do equilíbrio sua marca à frente do estado.

100 dias de Lula

Governo foi bem ao consertar o que Bolsonaro quebrou

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

O governo Lula começou derrotando o golpe dos terroristas de Bolsonaro, os mesmos que tentaram explodir o aeroporto de Brasília na véspera de Natal. Interrompeu o genocídio dos yanomamis, para quem Damares Alves, em cujo ministério trabalhava um dos terroristas do aeroporto, propôs negar água.

Expulsou garimpeiros de áreas proibidas e revogou decretos que armavam a bandidagem bolsonarista. Começou a consertar as dezenas de coisas que Jair Bolsonaro quebrou, do combate ao desmatamento ao programa de vacinas, do Bolsa Família ao Mais Médicos.

Nesse primeiro aspecto, consertar coisa que Jair quebrou, Lula começou muito bem. E eram tarefas difíceis: o grande insight do conservadorismo, que nunca chegou ao ouvido dos Olavos deste mundo, é que quebrar é fácil, consertar é difícil.

Na área econômica, o governo teve momentos ruins, como a bagunça que Carlos Lupi fez com os juros do consignado para aposentados. E houve muito ruído, como na briga de Lula com o presidente do Banco Central.

Em parte, isso refletiu um processo de aprendizado nacional: Lula é o primeiro presidente a conviver com um Bacen cujo comando ele não indicou.

A opinião pública ficou do lado do presidente, mostrando que debates sobre as causas dos juros altos deveriam ser mais comuns na esfera pública brasileira. Mas o tom de Lula, personalizando a crítica, foi um erro: se Campos Neto fosse um infiltrado da extrema direita, teria deixado o juro baixo em 2022 e proporcionado o voo de galinha que certamente teria reeleito Bolsonaro e preservado o cargo do terrorista do aeroporto.

Apesar do ruído, Lula não tomou nenhuma decisão que prejudicasse a gestão macroeconômica brasileira, e as propostas econômicas que está apresentando ao Congresso são muito boas.

Na coluna anterior, falei do arcabouço fiscal, um compromisso razoável que deve estabilizar a relação dívida/PIB nos próximos anos. O próximo passo de Lula na área econômica é a reforma tributária, bastante elogiada pelos economistas, inclusive os que nunca votaram no PT. Se passar uma boa reforma tributária, Lula sem alta das commodities terá feito pelo crescimento brasileiro de longo prazo mais do que Lula com alta das commodities.

Lula também abriu discussões sobre o novo ensino médio, uma ideia que não sabemos exatamente se era mesmo ruim ou se deu o azar de ter Jair Bolsonaro como presidente na data prevista para sua implementação. Afinal, se o Plano Marshall tivesse sido implementado por Vélez e Weintraub, em 15 dias o nazismo teria virado o resultado da guerra.

De qualquer forma, Lula decidiu não revogar o novo ensino médio, mas sim tentar consertá-lo: se der certo, isso mostrará competência do PT para dar o passo seguinte das políticas sociais, depois de seus bem-sucedidos programas de transferência de renda.

Enfim, foram cem dias de um governo ideologicamente heterogêneo, que teve uma ameaça de golpe em sua primeira semana. Lula tem que equilibrar sua base popular, constantemente assediada pelos grupos de WhatsApp da direita radical, e seus novos aliados de centro.

Felizmente, além de uma infinidade de crises, acabou herdando um repertório de boas ideias sobre políticas públicas que circularam pela área do centro até a esquerda nos quatro anos que passamos ouvindo o Jair falar de golden shower.

|DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros |SEG. Camila Rocha, **Angela Alonso** |TER. Joel Pinheiro da Fonseca |QUA. Elio Gaspari |QUI. Conrado H. Mendes |SEX. Reinaldo Azevedo |SAB. Demétrio Magnoli

Ações de professora e dona de casa podem mudar regras da internet

Processos foram base de audiências públicas sobre a responsabilidade das plataformas no Brasil

Angela Pinho

SÃO PAULO Jair Bolsonaro era apenas um deputado do baixo clero, e hordas de golpistas na capital federal só poderiam estar numa cena de ficção distópica quando a dona de casa Lourdes Paviotto Correa, de Capivari (SP), descobriu que alguém havia criado um perfil falso com seu nome no Facebook.

Quatro anos antes, em 2010, o WhatsApp engatinhava, e nem existia o termo fake news, quando a professora de português Aliandra Vieira, de Belo Horizonte, foi alvo de uma comunidade no Orkut com comentários de desafetos seus no ensino médio.

As duas, agora, estão no centro de um debate que pode mudar os rumos da internet no Brasil e criar balizas para a liberdade de expressão na rede.

Na última semana, o STF (Supremo Tribunal Federal) promoveu dois dias de audiência pública sobre os dois temas por trás dos processos movidos tanto por Lourdes como por Aliandra contra o Facebook e o Google, respectivamente.

Trata-se da responsabilidade de ferramentas de internet pelo conteúdo gerado pelos usuários e da possibilidade de remoção a partir de notificação extrajudicial de conteúdos que possam ofender direitos de personalidade, incitar o ódio ou difundir notícias falsas.

Os dois temas estão relacionados ao Marco Civil da Internet, mais especificamente do seu artigo 19, que isenta as plataformas de responsabilidade civil por danos causados por conteúdo postado por terceiros —a não ser que elas tenham descumprido decisão judicial.

Após a emergência da extrema direita e do uso das redes sociais como ferramenta política, o artigo entrou na mira do debate sobre a regulamentação das plataformas, que alguns setores têm visto como tímida —e o caso de Lourdes e Aliandra foi o pretexto para a discussão.

Convocada pelos ministros Luiz Fux e Dias Toffoli, a audiência pública habilitou mais de 40 pessoas para debater o tema ao longo de dois dias no STF.

Advogado de Lourdes, Bruno Forti, 36, era um dos convidados, mas optou por falar por videoconferência.

"Financeiramente não valia a pena ir até Brasília", explica.

Com escritório em uma casa em Capivari, cidade de 56 mil habitantes no interior de São Paulo, ele calcula que irá ganhar R$ 400 ao final do processo, se ganhar.

Isso porque hoje Forti trabalha com questões empresariais, mas, em 2014, chegou à história de Lourdes por causa do convênio de assistência judiciária gratuita da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

A dona de casa tinha descoberto que alguém havia criado um perfil em seu nome no Facebook. E o farsante usava a página para ofender familiares e conhecidos dela na cidade.

"Um monte de gente foi na casa dela cobrar", lembra o defensor.

Em nome da cliente, Forti pediu à Justiça a exclusão do perfil, o que ocorreu, e fez uma outra solicitação que foi basicamente o que arrastou o processo até agora, quase dez anos depois: um pedido de indenização por danos morais, negado em primeira instância e aceito na segunda.

Pedido semelhante fez a professora Aliandra Cleide Vieira, que leciona a disciplina de português.

Em 2010, ela soube por alunos que havia uma comunidade na rede Orkut com o nome "Eu odeio a Aliandra".

Ela conta que o fato chegou ao conhecimento de colegas, da direção e de outros alunos —até mesmo os de outra escola na qual ela lecionava.

Estudantes que gostavam da professora criaram uma outra comunidade para defendê-la, "Eu odeio quem odeia a Aliandra".

A situação, diz ela, "gerava conflito entre os próprios alunos e desconforto na convivência cotidiana dentro da sala de aula, a qual, por outro lado, deveria ser um local de respeito e empatia".

Aliandra enviou uma notificação ao Google, responsável pelo Orkut, para que a página fosse retirada, mas isso não aconteceu.

A professora então entrou com uma ação pedindo a remoção da comunidade e também uma indenização.

As plataformas de internet argumentam que, se forem responsáveis pelo conteúdo postado por terceiros, podem acabar sendo obrigadas a adotar uma visão restritiva da moderação, banindo mais conteúdos por receio de ter que pagar multa depois.

Audiência sobre Marco Civil Carlos Moura - 28.mar.2023/Divulgação STF

O Google cita o exemplo do site Reclame Aqui, que publica queixas de consumidores sobre empresas. Se toda firma que se considerar prejudicada por um comentário postado ali pedir a remoção do comentário, o site deixaria de existir.

Em relação ao caso de Aliandra, aponta que em instâncias diferentes do Judiciário houve decisões também distintas, o que mostraria que havia uma zona cinzenta ali que cabia à Justiça definir.

O Facebook foi procurado, mas não se pronunciou.

A preocupação com uma possível autocensura das plataformas caso seja modificado ou revogado o artigo 19 do Marco Civil é compartilhada por organizações em defesa da liberdade de expressão, como a Artigo 19.

A advogada especialista em direito digital Patricia Peck discorda.

Ela cita que hoje cada plataforma tem um prazo para remover conteúdo, uma política diferente e que, muitas vezes, demandas do Judiciário não são atendidas sob a justificativa de impossibilidade técnica.

"Há um grande risco de se ferir a dignidade humana da forma como está hoje", diz.

Já para Aliandra, a professora de português no centro da discussão, a questão é de ordem prática.

"Essa repercussão [do caso] seria muito válida para que os usuários pensassem duas vezes antes de promoverem o ódio nas redes sociais, que pode provocar dores as quais, talvez, jamais serão curadas", declara.

Entenda debate

Qual o debate sobre a regulação das redes sociais? O governo Lula elaborou proposta que obriga as redes a removerem conteúdo que viole a Lei do Estado Democrático, com incitação a golpe, e multa caso haja o descumprimento generalizado das obrigações. O Executivo encaminhou a proposta para o deputado Orlando Silva (PC do B-SP), relator do PL 2630, o chamado PL das Fake News

O que é o Marco Civil da Internet? É uma lei com direitos e deveres para o uso da internet no país. O artigo 19 do marco isenta as plataformas de responsabilidade por danos gerados pelo conteúdo de terceiros, ou seja, elas só estão sujeitas a pagar uma indenização, por exemplo, se não atenderem uma ordem judicial de remoção. A constitucionalidade do artigo 19 é questionada no STF

Qual a discussão sobre esse artigo? A regra foi aprovada com a preocupação de assegurar a liberdade de expressão. Uma das justificativas é que as redes seriam estimuladas a remover conteúdos legítimos com o receio de serem responsabilizadas. Por outro lado, críticos dizem que a regra desincentiva as empresas a combater conteúdo nocivo

A proposta do governo impacta o Marco Civil? O entendimento é que o projeto a ser incluído do PL das fake news abra mais uma exceção no Marco Civil. Hoje, as empresas são obrigadas a remover imagens de nudez não consentidas mesmo antes de ordem judicial e violações de direitos autorais. O governo quer que conteúdo golpista também se torne uma exceção à imunidade dada pela lei

Sanseverino, ministro do STJ e do TSE, morre aos 63

Lucas Borges Teixeira e Lucas Marchesini

BRASÍLIA | UOL O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), morreu neste sábado (8), aos 63 anos, em Porto Alegre, em decorrência de um câncer em estágio avançado. Ele estava internado em um hospital na capital gaúcha.

O ministro integrava o STJ desde 2010, indicado pelo presidente Lula (PT) no último ano do segundo mandato do petista. Sanseverino também era ministro substituto do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) desde setembro de 2021 e atuou nas eleições de 2022.

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, lamentou em nota a morte. "A Justiça brasileira é testemunha da competência e grandiosidade do nosso colega Paulo de Tarso Sanseverino."

"O querido colega, que há mais de 12 anos atuou de forma brilhante no Superior Tribunal de Justiça, compartilhou conosco muitas de suas virtudes, como a retidão, empatia e extremo zelo pelo país", escreveu Moraes.

A ministra Rosa Weber, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), manifestou em nota "imenso pesar" e disse que Sanseverino "prestou grande serviço ao Brasil durante as eleições de 2022 como juiz da propaganda".

"Foi um magistrado com postura exemplar por todas as instâncias e por todos os tribunais nos quais exerceu a jurisdição", declarou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que Sanseverino foi um "brilhante magistrado" e "exímio estudioso do arcabouço jurídico".

Com a morte de Sanseverino, Lula terá mais um ministro para indicar ao STJ.

O presidente já indicaria os substitutos de Felix Fischer, que se aposentou no ano passado, e de Jorge Mussi, que deixou a corte de forma antecipada em janeiro. Outros quatro atingirão a idade limite para aposentadoria nos próximos quatro anos —um deles, só em novembro de 2026, o que pode acabar levando a indicação para o próximo presidente.

Nascido em Porto Alegre em 1959, Sanseverino era magistrado desde 1986 e doutor em direito civil pela UFGRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Compunha a 2ª Seção e 3ª Turma do STJ.

Além do TSE, compunha o Grupo Decisório do Centro de Inteligência do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).

Paulo de Tarso Sanseverino Sylvio Sirangelo/TRF-4

O uruguaio Luis Almagro, secretário-geral da OEA, durante evento em Los Angeles, nos EUA Lucy Nicholson - 8.jun.22/Reuters

Com chefe da OEA sob fritura, México quer que Brasil se junte à pressão

Luis Almagro é acusado de violar código de ética, mas Estados-membros querem ampliar inquérito

Thiago Amâncio e Mayara Paixão

WASHINGTON E SÃO PAULO O processo de fritura do secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), Luis Almagro, tem ganhado musculatura, e países mais críticos ao uruguaio, como o México, buscam no Brasil o apoio para forçar sua renúncia.

Chanceler do Uruguai de 2010 a 2015, durante o governo de José Mujica, Almagro é secretário-geral da OEA, organização que congrega 35 países das Américas, desde 2015 e foi reeleito em 2020.

Ele é acusado de cometer arbitrariedades contra desafetos políticos e sofre pressão, sobretudo de países liderados pela esquerda, que o acusam de defender a agenda de líderes da direita predominante até há alguns anos atrás, como Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Na segunda-feira (10), a fritura pode escalar com a conclusão do relatório de uma investigação independente que apura se ele violou o código de ética da OEA ao se relacionar com uma assessora.

A pressão ganhou novo capítulo na última quarta-feira (5), quando oito deputados americanos pediram ao secretário de Estado americano, Antony Blinken, apoio a outras investigações contra o uruguaio. Procurada pela **Folha**, a OEA afirmou que não iria se manifestar.

Críticos de Almagro reprovam pontos específicos em sua gestão. Um deles, a desmobilização em 2018 de uma missão anticorrupção em Honduras que era considerada um dos poucos órgãos de controle no país dominado pelo crime organizado. O então presidente Juan Orlando Hernández está preso nos EUA acusado de tráfico de drogas e armas.

A ação mais questionada de sua gestão é o resultado da missão de observação eleitoral na Bolívia em 2019, que apontou fraude na tentativa de Evo Morales de conquistar seu quarto mandato.

A conclusão da OEA foi considerada um dos gatilhos para a mobilização que levou à renúncia de Evo e à chegada de Jeanine Áñez ao poder, no que a Justiça boliviana considerou depois um golpe de Estado. Diversos estudos posteriores à missão eleitoral questionaram as conclusões da OEA sobre fraude naquele pleito.

Outra acusação é a de perseguição ao brasileiro Paulo Abrão, até 2020 secretário-executivo da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), um braço da OEA. Secretário Nacional de Justiça no governo Dilma Rousseff, Abrão era alvo de pressão do governo Bolsonaro por denúncias de violações de direitos humanos no país.

Após quatro anos no cargo, Abrão não teve o contrato renovado por Almagro mesmo após manifestação unânime da comissão. Em 2022, uma corte administrativa da OEA decidiu que o órgão causou danos morais, pessoais e profissionais ao brasileiro por declarações feitas por Almagro e que a entidade deveria indenizá-lo.

Procurado pela **Folha**, Abrão diz que perdeu "um cargo internacional conquistado por concurso público por motivos reconhecidamente arbitrários e políticos". "Agradeço que congressistas americanos e governos de outros países importantes tenham essa clareza e defendam essa consistência institucional da OEA."

Durante a gestão bolsonarista, Almagro também abrigou Arthur Weintraub, irmão do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, em uma secretaria na instituição.

Tudo isso engrossou o caldo contra o secretário-geral, que tem mandato até 2025. A iniciativa contra Almagro é liderada pelo México de Andrés Manuel López Obrador.

"A OEA necessita ser refundada, e isso tem de começar com a renúncia do secretário-geral", diz Efraín Guadarrama, diretor geral de Organismos Regionais na chancelaria mexicana. A demanda é defendida por AMLO abertamente.

Guadarrama afirma que a insatisfação começou com o apoio de Almagro à autoproclamada Presidência de Juan Guaidó na Venezuela em 2019. "O México se retirou do agora extinto Grupo de Lima [países que se uniram para pressionar Nicolás Maduro] e foi isolado. Ficou claro que a posição do grupo e da OEA era completamente inviável, sem nenhum tipo de resultado ou utilidade, e hoje as negociações entre Maduro e oposição acontecem no México."

Depois, veio a missão eleitoral da OEA na Bolívia. Após renunciar, Evo se refugiou na embaixada mexicana na Bolívia e depois se exilou no México, o que abriu uma crise diplomática. "Tivemos até 500 militares ao redor da embaixada do México em La Paz com uma ameaça permanente. E o secretário-geral nunca fez nada, apesar dos nossos pedidos", alega Guadarrama.

Em março, o mexicano esteve no Brasil e se reuniu com Celso Amorim, assessor especial de Lula para política externa. Guadarrama disse à **Folha** que tratou do assunto e que Amorim "não está de acordo" com a gestão de Almagro.

> “A OEA necessita ser refundada, e isso tem de começar com a renúncia do secretário-geral
>
> **Efraín Guadarrama**
> diretor geral de Organismos Regionais na chancelaria do México

Procurado, o ex-chanceler disse que o encontro com o mexicano foi informal e que, durante a conversa, não apresentou nenhuma posição oficial dele ou do governo brasileiro sobre o caso.

Outros países questionam o comando de Luis Almagro, como Bolívia e Argentina. Há queixas ainda sobre uma suposta falta de transparência de salários no gabinete do secretário-geral, endossada recentemente pela Colômbia.

A posição do Brasil, no entanto, é indefinida. Em partes porque o governo Lula 3 designou um novo embaixador para a OEA no fim de março —o diplomata Benoni Belli— que ainda não foi confirmado pelo Senado. O Itamaraty não respondeu a questionamentos da reportagem.

Uma posição importante para a sustentação política de Almagro são os EUA. Desde o início do governo de Joe Biden, porém, há insatisfações com o uruguaio, segundo interlocutores de Washington.

À **Folha** um porta-voz do Departamento de Estado americano afirmou que o país apoia a investigação em curso, mas não respondeu sobre outras apurações ou sobre o pedido dos deputados americanos.

A investigação em curso na OEA apura a relação de Almagro com uma assessora, com quem, segundo a Associated Press, ele teria realizado 34 viagens a trabalho. Mesmo críticos do uruguaio reconhecem, porém, que, por mais que as alegações tenham validade e que ele tenha rompido o código de ética da instituição, tirá-lo do cargo é tarefa difícil.

A situação tem sido comparada à da remoção de Maurício Claver-Carone da presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no ano passado. O americano ex-membro do governo Trump foi acusado de cometer uma série de arbitrariedades e acabou removido do cargo após investigação por envolvimento com uma funcionária.

Um empecilho para o pleito dos adversários do uruguaio é que não há no regimento da OEA um roteiro para a remoção do secretário-geral. Há quem defenda que o caminho seria por votação com maioria simples da Assembleia-Geral, como ocorre para eleger um secretário. Ou, para dar mais segurança jurídica, uma votação com maioria qualificada de dois terços dos votos.

Também não há previsão sobre quem assumiria caso Almagro seja deposto. Nos bastidores, argumenta-se que o desgaste da figura de Almagro contribuiu para o alargamento da crise de legitimidade da OEA. Foi durante a gestão do uruguaio que Nicarágua e Venezuela, governados por regimes autoritários, abandonaram a organização, fechando, na prática, canais de diálogo.

Chance de alternância no Paraguai

Tropeços do hegemônico Partido Colorado podem dar vitória à oposição

Sylvia Colombo

Colunista, historiadora e jornalista especializada em América Latina

Pesquisas de opinião podem não ser o modo mais acertado de projetar o resultado de uma eleição no Paraguai. A maioria delas está vinculada a grupos empresariais ou ao poderoso Partido Colorado —que governou o país por mais de 70 anos e atualmente está no poder.

Um estranho fenômeno, porém, vem sendo registrado entre as principais sondagens realizadas no país vizinho. Duas das mais importantes dão resultados dissonantes às vontades do partido hegemônico. A da Atlas aponta para um empate técnico, com ligeira vantagem (3 pontos) para o candidato opositor, Efraín Alegre sobre o postulante colorado, Santiago Peña. Em outra, da Multitarget, Peña nem sequer está em segundo lugar —não há segundo turno na eleição paraguaia. Tudo se resolverá já no próximo dia 30.

Usualmente, vislumbra-se o vencedor de uma eleição no país com ao menos um mês de antecedência. Desta vez, reina a incerteza e a sensação de que o poderoso Colorado pode estar com a hegemonia em risco.

Quais as principais explicações para um possível fracasso do partido do ditador Alfredo Stroessner, que governou o país de 1954 a 1989? Uma delas, o ocaso do ex-presidente Horacio Cartes, alvo de sanções por contrabando e narcotráfico pelos EUA. Isso desgastou o Colorado nacionalmente e foi o motivo, por exemplo, das fortes manifestações antigoverno que cobri para esta Folha *em 2021.*

Há ainda embate frontal entre o atual presidente, Mario Abdo Benítez, da ala antiga e tradicional do Colorado, com Peña, da ala cartista, mais recente. Esse confronto quase significou, mais de uma vez, o impeachment de "Marito", como é conhecido.

Não que Efraín Alegre seja a melhor opção para os eleitores paraguaios, e eles sabem disso, já que ele foi derrotado em duas outras ocasiões em corridas eleitorais, além de ser conhecido por desrespeitar certas alianças. Mas, trata-se de um fato que, para este pleito, Alegre conseguiu unificar centro e esquerda como quase nunca ocorreu na democracia paraguaia —exceção feita à vitória de Fernando Lugo, em 2008.

O que conta a favor de Alegre agora é a exposição de um Estado débil em atender a população em seus pontos frágeis, como a saúde, como ficou exposto na pandemia. Há uma informalidade de 65% no mercado de trabalho, e a pobreza atinge quase 30% dos paraguaios.

Os números da macroeconomia paraguaia mostram um país estável, com um crescimento de 4% previsto para 2023 e uma economia em dinâmica transformação —de mero produtor de matérias-primas a um exportador de produtos de maior valor agregado—, e mais pujante devido às chamadas "maquilas", muitas de capital brasileiro.

O caso é que os benefícios desse melhor desempenho econômico nunca chegaram à população mais pobre. E talvez por isso uma pesquisa como a do Latinobarómetro aponte que quase 90% dos paraguaios afirmam acreditar que seus governantes trabalham apenas para os mais ricos.

É possível que o Partido Colorado tenha de pagar a conta desses erros nesta eleição, numa derrota que seria histórica para sua hegemonia. Não se pode descartar, porém, que a corrupção histórica do país atue na compra ou manipulação de votos.

Para atender o clamor das ruas em 2021 e uma população que nunca teve acesso a boa saúde e educação apesar do bom desempenho macroeconômico, seria saudável, neste momento, uma alternância de poder.

| DOM. Sylvia Colombo | **SEG. David Wiswell** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Forças da China simulam 'cerco total' a Taiwan

Nove navios e 71 aviões de Pequim participam de exercícios militares após visita histórica da líder de Taipé aos EUA

SÃO PAULO O Ministério da Defesa de Taiwan identificou neste sábado (8) nove navios e 71 aviões de guerra da China ao redor de seu território. Segundo Taipé, as aeronaves chegaram a cruzar a linha mediana, que separa extraoficialmente os espaços territoriais no mar e no ar entre as partes.

A movimentação foi detectada após Pequim iniciar três dias de exercícios militares próximos da ilha, o que inclui o treinamento de cerco total à região. O regime chinês informou que as manobras têm o objetivo de dissuadir os esforços separatistas de Taiwan.

"Eles são uma advertência severa contra o conluio entre as forças separatistas que querem a independência de Taiwan e as forças externas", disse o porta-voz chinês, Shi Yin.

Contratorpedeiros, navios com lança-mísseis, caças e navios-tanque foram mobilizados durante a atividade deste sábado, segundo a emissora estatal chinesa CCTV. "O exercício de hoje se concentra na capacidade de tomar o controle do mar e do espaço aéreo para criar um cerco total a Taiwan", informou.

O exercício é uma reação ao encontro do presidente da Câmara de Representantes dos EUA, o republicano Kevin McCarthy, com a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, na quarta (5), na Califórnia. Ele se tornou o político mais importante a se encontrar com um líder de Taiwan em solo americano desde 1979, quando a Casa Branca restabeleceu relações diplomáticas com Pequim.

Os líderes não anunciaram acordos políticos ou econômicos no encontro, que teve peso simbólico ao transmitir a mensagem de que Taipé tem respaldo internacional diante das ameaças de Pequim.

O regime chinês considera a ilha de Taiwan uma província rebelde e promete retomá-la pela força, se necessário. Autoridades do gigante asiático descreveram o encontro na Califórnia como uma provocação e prometeram respostas.

O governo taiwanês, por sua vez, criticou o exercício militar, afirmando que a movimentação traz impactos negativos para a segurança e o desenvolvimento econômico da comunidade internacional. Tsai descreveu o treinamento como parte do "contínuo expansionismo autoritário da China" e disse que continuará trabalhando com os Estados Unidos para defender a liberdade e a democracia.

Um dia antes, ela já havia dito que as pressões de Pequim não iriam interromper o relacionamento da ilha com aliados estrangeiros. "Mostramos à comunidade internacional que, diante das pressões e ameaças, Taiwan estará ainda mais unida e absolutamente não cederá à repressão".

A presidente taiwanesa fez uma escala nos Estados Unidos depois de visitar Guatemala e Belize, dois dos últimos aliados oficiais da ilha, que recentemente perdeu o apoio de Honduras. O país centro-americano rompeu laços diplomáticos com Taiwan, agora alegando que a ilha faz parte do território chinês.

Atualmente, apenas 13 países reconhecem Taipé. A lista não inclui o governo dos Estados Unidos, que, no entanto, é um dos principais aliados e fornecedores de armas para Taiwan. Neste sábado, Washington informou que monitora a situação de perto e pediu à China moderação.

> "[Os exercícios militares] são uma advertência severa contra o conluio entre as forças separatistas que querem a independência de Taiwan e as forças externas
>
> **Shi Yin**
> porta-voz das Forças Armadas da China

"Estamos confiantes de que temos recursos e capacidades suficientes para garantir a paz e a estabilidade na região, cumprindo nossos compromissos de segurança nacional", informou o Departamento de Estado americano.

No ano passado, uma visita de Nancy Pelosi, que comandou a Câmara antes de McCarthy, levou ao cerco da ilha pelos militares chineses. O apoio à ilha é um dos poucos consensos bipartidários no Congresso dos Estados Unidos e, durante o mandato de Tsai, essa relação se fortaleceu.

Os exercícios deste sábado repercutiram ainda em outros governos da região. O Ministério das Relações Exteriores da Malásia divulgou comunicado declarando estar "firmemente comprometido em proteger a soberania, direito e interesses do país em suas áreas marítimas no mar do Sul da China".

O comentário veio depois que Pequim expressou preocupações com projetos da Petronas, a estatal da Malásia que opera campos de petróleo e gás. A China reivindica soberania sobre quase toda a porção marítima, onde cerca de US$ 3 trilhões (R$ 15 trilhões) em comércio passam anualmente. Malásia, Brunei, Filipinas, Taiwan e Vietnã também reivindicam áreas.

A Petronas alega que atua na zona econômica exclusiva da Malásia e que, nos últimos anos, teve vários encontros com embarcações chinesas, cada vez mais frequentes na região. As discussões entre os dois países facilitam o aumento da influência dos Estados Unidos na Ásia: no ano passado, por exemplo, o presidente americano, Joe Biden, assumiu compromissos de longo prazo com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), da qual a Malásia é membro.

Com AFP

Ilan Rosenberg/Reuters

MILHARES PROTESTAM CONTRA 'FARAÓ' NETANYAHU EM ISRAEL

Milhares de israelenses foram às ruas de Tel Aviv neste sábado (8) para protestar contra a controversa reforma judicial proposta pelo primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu. No centro da cidade, multidões seguravam bandeiras de Israel, objetos que se tornaram símbolos dos protestos que tomaram o país nos últimos três meses. Os manifestantes também seguravam uma enorme bandeira na qual o premiê é retratado como um faraó. A montagem é acompanhada da frase "Let my people go" (deixe meu povo ir), em referência à narrativa bíblica em que Moisés pede ao faraó a libertação dos judeus escravizados no Egito. A libertação dos hebreus também é a raiz do Pessach, a Páscoa judaica comemorada nesta semana. A reforma proposta pelo governo de Netanyahu é apontada por opositores e especialistas como um instrumento que corrói a democracia à medida que mina a independência do Judiciário israelense. O governo diz que a reforma é necessária para restaurar um equilíbrio adequado entre o Judiciário e os políticos eleitos. A mobilização fez o primeiro-ministro adiar a tramitação de sua reforma no Parlamento. Trata-se, porém, de um recuo estratégico que apenas muda para o final de abril a votação dos pontos mais polêmicos do projeto.

Irã instala câmeras nas ruas para punir mulheres sem véu

TEERÃ | REUTERS Autoridades do Irã estão instalando câmeras em locais públicos para identificar e penalizar mulheres sem véu, anunciou a polícia do país neste sábado (8). Trata-se de mais uma tentativa do regime de controlar o crescente número de mulheres que desafiam o código de vestimenta obrigatório na nação islâmica.

Segundo o comunicado, as câmeras ajudarão as autoridades a identificar quem violar as regras. Depois, elas serão notificadas, via mensagem de texto, sobre as consequências do que o regime considera uma transgressão. A medida pretende "prevenir a resistência contra a lei do hijab", informa o documento. O regime alega que tal resistência mancha a imagem espiritual do país e espalha insegurança.

Sob a lei islâmica do Irã, imposta após a revolução de 1979, mulheres são obrigadas a cobrir os cabelos e usar roupas largas para disfarçar suas silhuetas. Quem descumpre regras enfrenta repreensão pública, multas ou prisão.

Ainda assim, várias iranianas desafiam o código. É comum, por exemplo, ver mulheres sem véu em shoppings, restaurantes, lojas e ruas de todo o país. Vídeos de mulheres sem a vestimenta resistindo à polícia moral inundaram as redes sociais recentemente, depois dos protestos contra a morte, em setembro, da curda Mahsa Amini, 22, presa por supostamente descumprir o rígido código de vestimenta.

As forças de segurança reprimiram a revolta, e centenas de manifestantes e dezenas de policiais foram mortos durante as manifestações. Outros milhares foram presos. O regime iraniano condenou ao menos 20 manifestantes à pena de morte, e alguns foram enforcados em praça pública.

Tais contrastes evidenciam também a atual divisão da sociedade iraniana: de um lado, há quem defenda a liberdade das iranianas em frequentar lugares públicos sem usar o hijab ou outros tipos de véus islâmicos; do outro, há aqueles alinhados à retórica tradicionalista do regime iraniano.

Na semana passada, um vídeo de um homem agredindo duas mulheres com os cabelos à mostra repercutiu nas redes sociais. Na ocasião, o homem jogou o que parece ser um pote de iogurte sobre as cabeças das duas. O caso aconteceu em uma mercearia próxima de Mashhad, e todos os envolvidos no episódio foram punidos, inclusive o dono do estabelecimento e as vítimas.

Não à toa o comunicado deste sábado pede aos proprietários de empresas que "monitorem seriamente a observância das normas sociais com suas inspeções diligentes". No caso do iogurte, por exemplo, a mercearia foi fechada temporariamente, e o dono da loja precisou prestar esclarecimentos à Justiça.

Descrevendo o véu como "uma das fundações civilizacionais da nação iraniana", o Ministério do Interior declarou em 30 de março que o regime não vai flexibilizar a regra — a despeito da pressão internacional, que Teerã costuma associar sempre aos EUA.

Em outra frente dos recentes distúrbios no Irã, a imprensa local informou que ao menos 60 estudantes foram envenenadas neste sábado em uma escola para meninas em Haftkel, na província de Khuzestan. Nos últimos meses, mais de 5.000 alunas foram intoxicadas em instituições de ensino de várias cidades.

Em março, Teerã anunciou a prisão de suspeitos com base em "investigações do serviço de inteligência", sem dar mais detalhes. Uma dessas pessoas, segundo o regime, usava seu filho para colocar nas instituições de ensino substâncias que causavam irritação, além de enviar fotos das alunas após os envenenamentos para "meios de comunicação hostis". O objetivo, segundo a pasta, era "criar medo entre as pessoas e provocar o fechamento de escolas".

O líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei, solicitou "sentenças severas", incluindo pena de morte, para os responsáveis pelos envenenamentos.

Manifestantes pedem maior controle sobre acesso a armas após ataque a tiros em Nashville, no Tennessee John Amis - 3.abr.23/AFP

EUA tem mais menores feridos por armas no pós-pandemia

Em 2022, mais de 40 crianças e adolescentes foram baleados por semana

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Em 2022, em média mais de 40 crianças e adolescentes com até 14 anos foram atendidos por semana em unidades de emergência em decorrência de ferimentos por armas de fogo nos Estados Unidos. O número alarmante, porém, nem sequer é o pior dos últimos anos —a taxa nessa faixa etária saltou após a pandemia de Covid.

A média é de um estudo do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) com base em dados do registro de saúde eletrônico. O artigo não diferencia os ferimentos por intenção, como tentativa de suicídio, agressão ou acidente. Os resultados, contudo, dialogam com os de outros levantamentos que apontam para um aumento da taxa de homicídios por arma de fogo no país.

De acordo com os dados do levantamento, em 2019, não chegava a 30 por semana o número de pessoas na faixa etária de 0 a 14 anos que iam para um centro de saúde devido a um ferimento por armas. O cenário, porém, mudou em 2020, quando a média de ocorrências semanais pulou para 41,4 —aumento de 38%. Em 2021, a taxa nesse grupo atingiu o pico de 43,2 e, em 2022, foi para 40,4 —índice ainda 34% maior do que em 2019, antes da crise sanitária.

O aumento de visitas ao pronto-socorro por ferimentos com armas de fogo não é exclusivo de crianças e adolescentes. Esse tipo de ocorrência atingiu, em média, 1.170 pessoas por semana no país em 2022, número 19,5% maior do que as 979,3 vítimas semanais de 2019.

O grupo mais atingido é o de homens entre 15 e 24 anos, que, em 2020, atingiu uma média de mais de 400 casos semanais. O número de vítimas até os 14 anos, porém, foi o que mais aumentou após a pandemia —e, mesmo nessa faixa etária, o número de meninos feridos sempre é maior em relação às meninas, em uma proporção de três para um, em média. Todos os outros grupos registraram aumento desde 2019, com exceção dos homens com mais de 65 anos em 2022.

"Lesões por arma de fogo e morte são um problema de saúde pública significativo e crescente nos Estados Unidos", afirma Marissa Zwald, epidemiologista do CDC. "Embora seja encorajador que as taxas em crianças e adolescentes tenham diminuído em 2022, elas permanecem elevadas em relação a 2019."

As causas do aumento não foram investigadas pelo grupo de pesquisadores, mas Zwald cita desafios enfrentados por crianças e adolescentes na pandemia como contexto para esse salto, como insegurança financeira, interrupções na rotina e na escolaridade e mudanças no acesso a cuidados de saúde, incluindo serviços de saúde mental. Além disso, mais tempo em casa aumentou o acesso dos jovens a armas, em um país onde existem cerca de 400 milhões de armas de fogo em circulação —mais armas que pessoas.

O estudo foi divulgado no último dia 30, na mesma semana em que mais um ataque a tiros foi registrado em uma escola nos EUA —o 90º em uma escola americana só este ano, de acordo com a contagem do site K-12 School Shooting Database, fundado pelo pesquisador David Riedman. No ano passado, foram 303 incidentes do tipo, maior cifra do banco de dados, que tem uma série histórica que vai até 1970.

O ataque em uma escola cristã de Nashville, sul dos EUA, deixou sete mortos —incluindo três crianças de 9 anos. "Peço novamente ao Congresso para aprovar minha proibição de armas de assalto", afirmou o presidente Joe Biden na ocasião, referindo-se a uma categoria que engloba, na maioria das definições, armas de fogo semiautomáticas.

"A prevenção de mortes por armas de fogo requer uma abordagem abrangente e com diferentes parceiros de vários setores", afirma Zwald à **Folha**. Ela cita programas com líderes das comunidades, que podem mediar conflitos, projetos de prevenção da violência e aprimoramento do sistema de segurança para armas de fogo. "Uma abordagem abrangente inclui formuladores de políticas, como governos locais e estaduais, agências de saúde, educação, justiça e serviço social, negócios e organizações comunitárias."

Número de crianças e adolescentes atendidos por ferimento com arma de fogo salta na pandemia

Em 2021, casos em meninas até 14 anos aumentaram 71,1% em relação a 2019

Fonte: Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA

Atiradores compram armamento até um ano antes de ataque em massa

Ana Bottallo

SÃO PAULO A pessoa responsável pelo ataque a tiros que matou seis vítimas em uma escola em Nashville comprou sete armas legalmente nos meses que antecederam o episódio. A motivação do crime ainda não está clara, mas autoridades acreditam que esteja relacionada a um ressentimento contra a instituição.

Para especialistas, a tentativa de obter armas nos meses anteriores e o histórico de violência são padrões frequentemente observados em autores de ataques a escolas.

Elizabeth Tomsich, pesquisadora do Programa de Pesquisa em Prevenção de Violência da Universidade Davis da Califórnia, afirma ser importante observar os padrões de tentativa de compra de armas para conseguir prevenir um episódio como o de Nashville.

Ela é autora de uma pesquisa publicada no periódico especializado Journal of Criminal Justice que analisou os registros de compras de armas no estado da Califórnia por 22 indivíduos que adquiriram os equipamentos de forma legal. Eles têm idade média de 38 anos e realizaram ataques de 1996 a 2018.

O estudo aponta probabilidade 458% maior de ataque em massa quando a compra foi feita no ano anterior ao ataque, e 2.243% maior quando o indivíduo teve histórico de negativas na autorização para obter armamentos. "Tais registros, em combinação com dados sobre os chamados estressores e comportamentos individuais, podem ajudar autoridades a identificar possíveis ameaças", diz Tomsich.

Além disso, uma segunda análise comparando os ataques em massa ocorridos no estado de 1985 a 2018 apontou maior ocorrência de uso de armas longas (como fuzis), como o utilizado na escola em Nashville, assim como de armas de fogo obtidas em outros estados até um mês antes.

Nos EUA, só neste ano foram registrados ao menos 130 ataques em massa, a maioria em escolas. A arma de fogo já é a principal causa de morte de pessoas de até 19 anos no país.

No mesmo dia em que houve um ataque em Nashville, um adolescente de 13 anos matou uma professora a facadas e feriu outras cinco pessoas na escola estadual Thomazia Montoro, em São Paulo. Embora o cenário brasileiro seja diferente do americano no que diz respeito ao acesso a armas, o jovem disse em depoimento que buscou armas de fogo para seu plano, mas não conseguiu comprá-las pela internet.

Especialistas brasileiros costumam dizer que, quando há a possibilidade de acessar uma arma de fogo, a letalidade dos ataques, que se tornaram mais frequentes de 2022 para cá, é ainda maior.

"Este de São Paulo foi feito com uma faca, e ainda assim ele conseguiu matar uma pessoa e ferir outras, mas se tivesse uma arma de fogo, como ocorreu em episódios que tivemos no passado, certamente teria provocado mais vítimas e óbitos", afirma Roberto Uchôa, policial federal e conselheiro sobre armas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Estudo associa compra de armas a ataques em massa nos EUA

Probabilidade de ocorrer um ataque em massa é maior quando compradores buscam armas até um ano antes e têm histórico de compra anterior negado

O que o estudo fez?
- Analisou 22 registros de ataques em massa ocorridos de 1996 a 2018 no estado da Califórnia e comparou com 239 indivíduos que não fizeram ataques (controle)
- Comparou também os padrões de armas utilizadas e registros de 55 ataques entre 1985 e 2018

Histórico de compra
- A probabilidade de um indivíduo que comprou uma arma até **um ano antes** de realizar um ataque era 458% maior
- Indivíduos que tiveram um **histórico de compra negado nos anos anteriores** tiveram probabilidade 2.343% maior de realizar o ataque comparado aos que não tiveram

Ano de compra
Havia ainda uma correlação entre tempo entre a primeira compra e o dia do ataque: ele era **21% menor** nos casos de ataques em massa em comparação às transações normais

Tipo de arma
A análise de arma utilizada apontou uma **maior probabilidade** dos ataques envolverem armas longas (fuzis) do que pistolas

Alerta
Os pesquisadores também viram maior frequência de compra de armas em **outros estados que não o local do crime**, o que pode ajudar autoridades a identificar e prevenir novos ataques

Fonte: Tomsich et al., 2023; Journal of Criminal Justice, doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2023.10

Datafolha: Apoio à privatização salta e chega a 38% da população

Entre os mais jovens, 63% avaliam que produtos e serviços privados são melhores do que os estatais

Fernando Canzian

SÃO PAULO O apoio dos brasileiros à privatização de empresas e serviços públicos deu um salto nos últimos seis meses, e a maioria da população avalia positivamente a qualidade do atendimento e dos produtos entregues pela iniciativa privada na comparação com os fornecidos pelo Estado.

A adesão da população à continuidade da venda de ativos estatais é maior nos setores em que já houve privatizações e concessões, como em rodovias, saneamento, aeroportos e energia elétrica. Mas, apesar de considerarem melhores os produtos e serviços privados, os brasileiros os acham mais caros.

Segundo pesquisa Datafolha, 38% dos brasileiros apoiam as privatizações, ante 45% que se dizem contrários. A taxa de aprovação é a maior da série do Datafolha pelo menos desde 2017, quando apenas 20% eram favoráveis ao tema. No geral, homens apoiam mais (46%) do que as mulheres (30%).

Apesar de mais brasileiros aprovarem as privatizações, não há apoio ou rejeição majoritários, revelando que a opinião sobre o assunto ainda não está cristalizada.

Em setembro do ano passado, apenas 26% se diziam a favor da transferência de empresas e serviços públicos ao setor privado, enquanto 66% eram contrários.

O aumento do apoio às privatizações pode ter relação com o fato de o Partido dos Trabalhadores, refratário ao tema, ter vencido as eleições presidenciais em 2022. Em um cenário de divisão do eleitorado, simpatizantes de Jair Bolsonaro (PL) ou de partidos de direita podem ter reforçado suas convicções ao responder à pesquisa.

Segundo o Datafolha, 70% dos apoiadores do PL são favoráveis às privatizações. Entre os simpatizantes do PT, apenas 28%.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decretou a retirada dos Correios, da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) e da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) da lista de privatizações de Bolsonaro. As três estatais fazem parte de um pacote com mais sete excluídas do PPI (Programas de Parceiras e Investimentos) e do PND (Programa Nacional de Desestatização).

Segundo o Datafolha, quanto mais escolarizado e rico, maior a adesão às privatizações. Mas, mesmo entre as famílias mais pobres, com renda até dois salários mínimos, o apoio não é muito discrepante da média da população —34% e 38%, respectivamente.

O Datafolha também questionou os brasileiros sobre como avaliam os produtos e serviços entregues pela iniciativa privada em relação ao atendimento feito por estatais. A maioria (54%) considera melhores os privados; 25% os acham piores; 6% consideram iguais e 15% não souberam responder.

Em termos etários, 63% dos que têm entre 16 e 34 anos consideram os produtos e serviços privados melhores do que os estatais. Para os acima de 60 anos, só 42% têm essa avaliação. Os mais jovens, no entanto, acham mais caros os produtos e serviços privados do que os mais velhos.

Em relação à qualidade do atendimento aos clientes, 61% acham melhor a fornecida pelas empresas privadas na comparação com as estatais, enquanto 22% consideram pior —outros 6% acham igual e 11% não souberam responder.

No entanto, quando questionados sobre os preços dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas privadas na comparação com os de estatais, 67% responderam que os primeiros são mais caros, enquanto 19% consideram os públicos mais baratos. Quanto mais pobre a família, maior a percepção de que os preços privados são mais elevados.

A pesquisa Datafolha ouviu 2.028 pessoas com 16 anos ou mais em 126 municípios nos dias 29 e 30 de março, e tem margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

No levantamento, o Datafolha também questionou os entrevistados sobre o apoio à transferência para o setor privado de empresas e serviços estatais.

A adesão dos brasileiros à privatização é menor quando se trata da Petrobras (37% a favor, 53% contra; os demais são indiferentes ou não sabem) e de bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica federal (36% a favor, 55% contra). No caso dos Correios há um virtual empate entre os favoráveis à privatização (45%) e os contrários (46%).

Em setores em que já houve uma série de desestatizações (e grandes investimentos por parte das empresas privadas), o apoio dos brasileiros à continuidade da venda de ativos estatais tende a ser maior do que o percentual dos contrários.

No caso das rodovias, 48% dos entrevistados são a favor das privatizações; 44%, contra. Segundo associação que reúne as concessionárias no país, elas investiram, nos últimos 25 anos, cerca de R$ 240 bilhões nos 24 mil quilômetros de rodovias hoje concedidas.

De acordo com a Fundação Dom Cabral a partir de registros da Polícia Rodoviária Federal entre 2018 e 2021, o risco de acidentes em rodovia pública é quatro vezes maior do que em estradas concedidas.

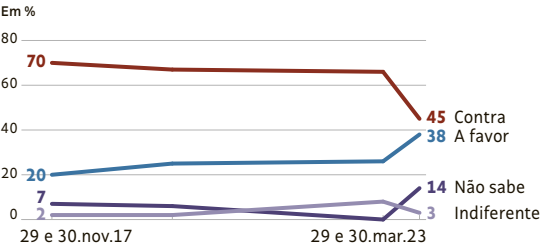
No setor de aeroportos, 47% apoiam a privatização, enquanto 42% são contra. O percentual de passageiros que avaliam os aeroportos como bons/muitos bons saltou de 69%, em 2013, para 92% em 2021, segundo a Secretaria Nacional de Aviação Civil.

No saneamento básico, em que quase a metade da população não tem esgoto tratado, 49% dos brasileiros apoiam a privatização; 44% são contra.

Desde a aprovação do chamado novo marco regulatório do saneamento, em 2020, o governo federal contabiliza cerca de R$ 90 bilhões em investimentos e outorgas pagas pelas empresas privadas para serviços em 225 municípios. A pretensão é que, até 2033, 90% do esgoto no país seja coletado e tratado.

Continua na pág. A15

Opinião dos brasileiros sobre privatizações

Cresce apoio às privatizações

Posicionamento por segmento

Por região	A favor	Contra	Indiferente	Não sabe
Sudeste	40	44	3	13
Sul	38	36	6	19
Centro-Oeste/Norte	36	46	5	13
Nordeste	35	49	3	13

Por partido	A favor	Contra	Indiferente	Não sabe
PT	28	56	3	14
PL	70	23	2	5
Outro partido	41	43	3	13
Nenhum/não tem	39	41	4	16

Opinião sobre venda de estatais

Qualidade dos produtos e serviços

Qualidade do atendimentos aos clientes

Preços dos produtos e serviços

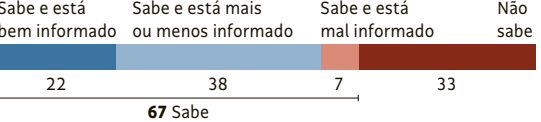
Nível de corrupção

Resultados das privatizações

Avaliação da privatização da telefonia

Conhecimento sobre privatizações

* Renda familiar, em salários mínimos

Fonte: Pesquisa Datafolha nacional em 126 municípios com pessoas com 16 anos ou mais realizada nos dias 29 e 30.mar.2023. A margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

Datafolha: Apoio à privatização salta e chega a 38% da população

Continuação da pág. A14

Na semana passada, o governo Lula fez alterações no marco, consideradas um retrocesso. Com as mudanças, abriu-se o caminho para que estatais estaduais operem os serviços de água e esgoto sem licitação, alterando um dos fundamentos da lei sancionada em 2020.

O Datafolha também questionou os brasileiros sobre como avaliam a privatização do sistema de telefonia, a partir da venda da Telebrás, em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Para 39%, a transferência do serviço estatal foi ótima/boa, e outros 25% consideram o resultado regular. Cerca de um quarto (27%) acha que foi ruim/péssima, e 9% não souberam avaliar.

Antes da privatização da Telebrás, o Brasil tinha 7,4 milhões de aparelhos celulares ativos, e as linhas fixas eram caras a ponto de serem declaradas no Imposto de Renda. Hoje, o país tem 259,1 milhões de linhas móveis ativas, e o custo da ligação, em relação a 1998, caiu de R$ 7 por minuto para R$ 0,44, em média.

As privatizações no Brasil começaram há mais de três décadas, com o lançamento do Programa Nacional de Desestatização. As maiores ocorreram entre 1990 e 2000, em especial no governo FHC, quando foram vendidas empresas dos setores de telefonia, siderurgia, extração mineral e bancos.

Cerca de US$ 100,3 bilhões foram arrecadados naquele período (em valores nominais). A partir de 2001, a venda de estatais diminuiu e deu lugar às concessões e às PPPs (Parcerias Público-Privadas) —evando à transferência para o setor privado de rodovias e aeroportos, entre outros ativos.

Apesar do enxugamento, o Brasil ainda tem 47 estatais sob controle do governo federal, que empregam cerca de 445 mil funcionários. Em 2021, o gasto com pessoal atingiu R$ 116,1 bilhões, com algumas remunerações mensais superando R$ 100 mil, além de participações generosas nos resultados e planos de aposentadoria e saúde muito superiores aos da iniciativa privada.

47
é o número atual de estatais no Brasil sob controle do governo federal

445 mil
é o total de funcionários empregados por elas

R$ 116 bi
foi o gasto total com pessoal pelas estatais em 2021

Concessionárias armam ofensiva judicial para usar precatório em outorgas

Empresas aguardam decisão da AGU sobre uso dos títulos no pagamento de concessões; OAB avalia recorrer ao STF

Aeroporto de Congonhas, em São Paulo (SP) Eduardo Knapp - 15.jun.2022/Folhapress

Julio Wiziack

BRASÍLIA Os principais escritórios de advocacia do Brasil já armaram contra o governo um pacote de ações judiciais em defesa do direito das concessionárias utilizarem precatórios no pagamento de outorgas pela exploração de serviços públicos.

Precatórios são títulos de dívidas do governo que, após julgamento, têm sentenças definitivas pelo pagamento do débito.

O uso desses papéis foi garantido por uma emenda constitucional no fim de 2021, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), mas está suspenso pela AGU (Advocacia-Geral da União), que recomendou aos órgãos da administração pública federal não aceitá-los até que haja uma pacificação sobre a forma de recebê-los.

Essa situação criou, segundo concessionárias, um limbo jurídico. Isso porque a AGU não cancelou formalmente o recebimento dos precatórios e delegou às agências reguladoras o poder de decisão. Houve, contudo, a recomendação para aguardarem novas instruções. Na prática, as agências recebem os precatórios, mas a quitação não avança. Ou seja, os processos ficam travados.

Neste momento, três concessionárias de aeroportos querem pagar R$ 2 bilhões de suas parcelas anuais de outorgas com precatórios. GRU Airport tem R$ 1,5 bilhão em pagamento pelo direito de exploração do aeroporto de Guarulhos (SP); a CCR Aeroportos, R$ 110,8 milhões por Confins (MG); e a Inframérica, R$ 279,5 milhões pelo aeroporto de Brasília (DF).

Embora a fatura vença no final do ano, todas estão preocupadas porque consideram que a questão não estará resolvida até lá. Isso porque a AGU prevê que o prazo inicial, de quatro meses, seja renovado —o que levaria esse impasse até o início do próximo ano.

Até o momento, o grupo espanhol Aena também não obteve resposta para os precatórios que entregou para a Anac (Agência de Aviação Civil) como parte do pagamento da outorga inicial de R$ 2,45 bilhões pelos 11 aeroportos que arrematou no leilão da sétima rodada, no final do ano passado. Congonhas é o carro-chefe desse bloco. O contrato de concessão foi assinado, mas persiste o impasse sobre os títulos.

Por esse motivo, os escritórios de advocacia ouvidos pela **Folha** pretendem ingressar na Justiça solicitando mandados de segurança preventivos, a exemplo do que fez a Rumo, concessionária de ferrovias.

A empresa pediu à Justiça que congelasse prazos previstos no contrato de concessão da Malha Paulista até que o imbróglio seja resolvido. O pedido foi aceito e as obrigações que teriam de ser cumpridas pela empresa só passarão a contar quando a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) se posicionar, o que ainda não ocorreu.

"Caminhando como está, tudo deverá gerar uma excessiva judicialização. Além de não receber as outorgas, o governo poderá ter que lidar com impugnações e sucessivas idas ao Judiciário para viabilizar projetos de infraestrutura que planeja", diz Saulo Puttini, ex-diretor jurídico do BNDES e hoje sócio do escritório Levy & Salomão.

> **"Caminhando como está, tudo deverá gerar uma excessiva judicialização. Além de não receber as outorgas, o governo poderá ter que lidar com impugnações e sucessivas idas ao Judiciário para viabilizar projetos de infraestrutura que planeja**
>
> **Saulo Puttini**
> ex-diretor jurídico do BNDES e hoje sócio do escritório Levy & Salomão

O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) já avalia recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo a entidade, a Comissão Especial de Precatórios avalia a "propositura de medidas judiciais, com pedido de suspensão de efeitos do ato da AGU que tenta inviabilizar o recebimento de precatórios em concessões". Em outra frente, a OAB pretende atacar a inclusão do pagamento de precatórios dentro do teto de gastos por considerar que a medida fere a Constituição.

Por trás desse imbróglio, se esconde uma bola de neve de dívidas que o governo ainda não consegue controlar.

A emenda constitucional foi proposta pela equipe do ex-ministro da Economia Paulo Guedes como forma de reduzir a dívida pública e estimular a atividade —por meio do uso de precatórios não só no abatimento de dívidas com a União, como também no pagamento de concessões. A União criou uma fila prevendo, em média, a quitação de R$ 100 bilhões por ano em precatórios. No entanto, menos de 20% vêm sendo pagos.

A diferença de valores foi usada em outras despesas correntes do governo Bolsonaro, que precisou abrir espaço fiscal para gastos de às vésperas da eleição. Esse efeito levará somente esses "restos a pagar" a algo em torno de 1,6% do PIB em 2026, dizem bancos.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, já afirmou que o governo reconhece esse problema e que busca uma saída.

Nos bastidores, os procuradores da Fazenda estudam regras para que esses títulos possam ser utilizados, mas sem que causem danos ao erário.

Na Fazenda, o entendimento é o de que para abatimento de dívidas não há restrições. Na outra ponta, entretanto, deixar de receber outorgas poderia comprometer o cenário fiscal que exige aumento de receitas.

Por meio de sua assessoria, a Anac disse que seguirá o que a AGU recomendar em nova portaria sobre os precatórios. O Tesouro não respondeu. A AGU disse que a portaria com as novas regras para uso de precatórios deve ser publicada em até seis meses.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Ricardo Lacerda

Meta de inflação atual é irrealista, e ideia de Lula é acertada

SÃO PAULO A ideia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de mudar meta de inflação para conter a taxa de juros, reiterada nesta quinta-feira (6), é acertada, na opinião de Ricardo Lacerda, fundador do BR Partners.

Para o banqueiro, que tem sido um dos porta-vozes da preocupação do empresariado com a deterioração do crédito, uma meta de 4,75% ou 5,25% seria mais adequada ao momento e permitiria um ajuste na política monetária.

"Temos que ser realistas. O Brasil nunca teve uma inflação consistentemente abaixo de 4%. A meta atual é claramente irrealista", afirma Lacerda.

*

O sr. tem manifestado preocupação com o crédito. Qual é a perspectiva? Estou muito preocupado com a velocidade da deterioração. No ano passado já vimos o início dessa deterioração no crédito de pessoas físicas. Agora estamos vendo forte deterioração no balanço das empresas.

Grandes empresas estão cortando investimentos. Médias e pequenas estão sendo sufocadas pela enorme carga de juros. Está acontecendo de maneira muito rápida e preocupante.

O Banco Central exagerou? O sr. vê viés político? Não vejo nenhum viés político. O BC tomou decisões técnicas acertadas quando promoveu o corte de juros e agora quando fez o aperto monetário. Mas isso é tanto uma arte quanto uma ciência.

A política monetária leva em conta vários elementos que atuam na economia em timings diferentes. Então é preciso monitorar esses impactos e fazer os ajustes. Na minha visão, por diversos fatores, o nível atual de juros está completamente descalibrado.

O BC tem seus modelos e saberá como atuar. Economistas que eu respeito dizem que ainda não chegou a hora de baixar juros e que os modelos não mostram risco de uma crise de crédito. Mas eu interajo diariamente com empresas de todos os portes e estou vendo uma situação muito grave, com risco iminente de uma crise.

Acho que o BC deveria levar isso em conta, pois é um movimento que pode trazer um choque à economia.

O BR Partners tem atuado em processos de restruturação de dívidas de empresas. Como isso está avançando? Eu acho que é baixa a chance de uma crise sistêmica. A maioria desses processos envolve apenas reperfilamento de dívida. Tivemos a maior subida de juros no menor espaço de tempo da nossa história. Pegou muitas empresas no contrapé. É natural que se façam ajustes. A maioria dessas restruturações reflete situações mais conjunturais do que estruturais, de correção relativamente rápida.

E as declarações de Lula sobre rever a independência do Banco Central? Não creio nessa hipótese nem na sua viabilidade política. A independência do Banco Central foi uma grande conquista da sociedade brasileira e não deve ser revista.

O debate atual sobre os juros é saudável para o país e as coisas vão se ajustar naturalmente na gestão de política monetária. Seria loucura jogar pela janela a independência do Banco Central, um retrocesso que custaria ao Brasil em termos de credibilidade.

Quando Lula começou a criticar os juros e a independência do Banco Central, o sr. disse que a política monetária é mero reflexo da irresponsabilidade fiscal em que o país mergulhou e que o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, é o último bastião contra a insanidade de políticas econômicas. O sr. afirma que o debate sobre os juros é saudável, mesmo com as falas de Lula nesse sentido? Estamos falando de um filme, não de uma foto. O Banco Central acertou no aperto monetário, principalmente diante de uma política fiscal irresponsável que já havia começado no final do governo Bolsonaro e se agravou com a defesa de gastos do presidente Lula.

Mas quando fiz esse comentário o cenário era outro, agora os mercados estão se fechando, com redução alarmante dos níveis de liquidez. Há um estudo excelente do analista Pedro Leduc, do banco Itaú, mostrando que os spreads bancários dobraram a partir do final do ano passado. Isso está pesando muito no balanço das empresas e nos colocando à beira de uma crise. É preciso levar essa deterioração em consideração.

O que acha da ideia, reiterada pelo presidente Lula, de mudar a meta de inflação? Acho que é acertada. Temos que ser realistas. O Brasil nunca teve uma inflação consistentemente abaixo de 4%. A meta atual é claramente irrealista, ainda mais em um cenário de inflação mundial em níveis pós-pandemia. Eu creio de uma meta de 4,75% ou mesmo 5,25% seria muito mais adequada ao momento e permitiria um ajuste na política monetária.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que o plano fiscal do governo vai "exigir, mais do permitir, uma queda na taxa de juros". O sr. concorda com essa colocação? Abre espaço para a queda? O ministro Haddad está fazendo um excelente trabalho e merece ser parabenizado pelo esforço fiscal. Eu acho que a queda de juros tem que vir independentemente da aprovação do novo arcabouço, mais pela crise de crédito mesmo.

Mas eu achei o novo arcabouço correto, ambicioso nas metas e no conceito de buscar superávits fiscais agressivos. Agora é esquecer a discussão do conceito, já que cada um tem sua ideia, e buscar cumprir o que foi proposto.

Raio-X
É sócio-fundador e presidente do BR Partners, foi chefe do banco de investimentos do Citi na América Latina (2007-2009) e no Brasil (2005-2009). No Goldman Sachs, foi diretor-presidente no Brasil (2001-2005) e vice do banco de investimento em NY (1996-2001). Tem graduação em administração e mestrado pela Universidade Columbia.

Haddad tem um plano maior

Ministro prevê cortar privilégios tributários e conta cálculo para receita do governo

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

O novo "arcabouço fiscal" está pronto. Não deve haver novidade em relação ao plano apresentado por Fernando Haddad. A Fazenda apenas trabalha na definição de detalhes técnicos, como o conceito de "receita recorrente". Mais sobre isso mais adiante.

Mas o ministro tem um plano fiscal maior, a ser divulgado até o final do ano, que vai além da "NRF", "Nova Regra Fiscal", como Haddad chamou o "arcabouço" em entrevista à **Folha**.

O governo tem um plano de conter o "gasto tributário". O programa é encabeçado pelo Planejamento, de Simone Tebet, que tem uma secretaria dedicada ao assunto (de revisão de gastos e programas em geral), mas vai ter a colaboração grande e muito interessada da Fazenda e do TCU.

"Gastos tributários", como diz o Tesouro, "são 'gastos' do governo realizados por intermédio da redução da carga tributária, em vez de desembolso direto". Nas contas da Receita, o gasto tributário federal neste 2023 seria de R$ 456 bilhões. A receita bruta do governo federal deve ser de R$ 2,3 trilhões neste ano; a líquida, depois de transferências para Estados e municípios, R$ 1,86 trilhão.

Não dá para levar essa conta de gasto tributário ao pé da letra. Se certos impostos voltam a ser cobrados, certos negócios desaparecem, há mudanças de comportamento de pessoas e empresas etc. Ainda assim, é uma enormidade de dinheiro.

Haddad diz que o governo começa a mexer nisso depois da reforma tributária, dos impostos sobre consumo (depois de setembro, imagina).

Os maiores gastos tributários são: redução de impostos do Simples (19,4% do total), Zona Franca de Manaus (12,1%), agricultura e agroindústria (11,8%, dos quais 7,6% para a cesta básica), filantrópicas (7,8%), deduções do IR (6,6%) etc. A lista é imensa e tem muito favor escondido ali. O governo pretende reduzir essas renúncias aos poucos, a depender da necessidade de receita e das condições políticas.

"No Brasil, o que é factível? Mudar a velocidade das variáveis. Essa despesa tem de crescer proporcionalmente mais do que aquela, para chegar a algo mais justo, mais equilibrado, inclusive no que diz respeito ao gasto tributário, mais de R$ 400 bilhões. Vai haver cobrança da sociedade para cortar o gasto tributário? As benesses, os privilégios e tal?", diz Haddad.

É uma briga imensa. Os lobbies costumam vencer. É um motivo maior de iniquidade e ineficiência econômica.

"É um conjunto de distorções que precisa ser corrigido com tempo. Não posso fazer tudo ao mesmo tempo, porque não se vai fazer nada, vai paralisar o Congresso. Ele tem de ir cortando esse salame em fatias, para ir organizando. Até porque a calibragem das medidas [tamanho de cortes ou gastos] depende de como as decisões forem tomadas. Mas vamos fazer no primeiro ano de governo", diz o ministro.

Quanto ao arcabouço, resta uma definição importante: a de receita recorrente. Pela NRF, a despesa do governo federal pode crescer, por ano, o equivalente a 70% do crescimento da receita (com um teto de aumento de 2,5% ao ano).

O governo também arrecada recursos por vender patrimônio, por receber dinheiros de uma concessão, da venda do direito de exploração de petróleo, dividendos (parte do lucro) de empresas estatais etc. São em geral receitas extraordinárias. Não podem entrar na conta de aumento regular de arrecadação e, pois, de despesa (pois provocariam aumentos insustentáveis).

Vendas de patrimônio ou receitas de concessões devem entrar na conta de "extraordinárias", assim como talvez royalties e até parte de dividendos. O pessoal da Fazenda trabalha nisso ainda.

Sinais dúbios tumultuam os primeiros 100 dias de Haddad

Fazenda entrega regra fiscal, mas há dúvidas sobre receitas e tensões com BC

Alexa Salomão

BRASÍLIA Iniciou o debate da reforma tributária e apresentou as diretrizes da nova regra fiscal, encaminhando dois temas urgentes, mas atuou de forma errática e ainda não alcançou o que o governo mais quer, um cenário estável para o crescimento. É assim que boa parte dos economistas define a condução da política econômica nos cem primeiros dias de Fernando Haddad à frente do Ministério da Fazenda.

Existe a ambição declarada de estabilizar as contas públicas já no ano que vem. A equipe econômica levou a projeção para o resultado primário, a diferença entre despesas e receitas do governo (menos juros), de um déficit de -2% para -0,5% neste ano, com a promessa de zerar em 2024.

No entanto, ainda não deixou claro como vai chegar até lá. Haddad, afirmam, começou e terminou o primeiro trimestre preocupado em elevar a arrecadação para garantir os gastos.

Ao mesmo tempo, ele faz coro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para questionar a condução da política de juros do BC (Banco Central) autônomo, presidido por Roberto Campos Neto.

Enfim, são sinais considerados dúbios, que alimentam a incerteza —o pior ambiente para a economia, afirmam os analistas.

"Não tinha dúvidas de que embates ocorreriam, mas para minha surpresa, vieram muito cedo, o que prejudica não apenas o crescimento no curto prazo, mas a expectativa de crescimento futuro", diz Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

O economista José Júlio Sena, também do FGV Ibre, reforça essa análise.

"A simples mudança de governo melhorou a perspectiva em áreas vitais para o crescimento, como a educação, item básico para a produtividade, a volta das relações internacionais, depois de o país ficar isolado, e o resgate da política ambiental, essencial nas trocas econômicas no século 21", afirma Sena.

"Mas para a economia funcionar redondinha, a gente precisa de estabilidade macroeconômica, e isso deixou a desejar nesse começo de governo, principalmente por causa dos ataques ao Banco Central."

As divergências, explicam eles, pioraram as projeções da própria inflação, o que retarda a queda dos juros almejada pelo governo para aliviar o arrocho do crédito, que prejudica as empresas e famílias.

No final de setembro, antes do primeiro turno, o relatório Focus, que reúne cenários macroeconômicos, apontava um IPCA, índice oficial de inflação, de 5% em 2023.

Em dezembro, após o governo aprovar um pacote que ampliava as despesas, o IPCA projetado para este ano subiu para 5,31%,

No boletim mais recente, divulgado em 3 de abril, a projeção de inflação para o ano havia subido para 5,96%.

Os discursos de Lula e apoiadores sobre rever a meta de inflação, para reduzir os juros mais depressa, também estão afetando expectativas de longo prazo. Para 2025, o mercado já trabalha com uma inflação de 4%, precificando as falas do presidente. Antes da eleição, a projeção para o período era de 3%.

Enquanto isso, o dólar não cede. Fica na casa de R$ 5,25, quando alguns economistas avaliam que já poderia estar em R$ 4,80. A taxa de crescimento se move lentamente e até recua em 2025.

Alguns analisam que erros de estratégia da própria Fazenda ajudaram a azedar os humores.

Dentro do próprio PT há quem se pergunte a razão pela demora em indicar os dois diretores do BC a que o governo já tem direito.

Os mandatos terminaram em 28 de fevereiro. A Fazenda poderia ter avaliado os nomes antes e agilizado a sabatina no Senado.

Dois novos integrantes no BC não mudariam a política monetária, mas poderiam estabelecer um diálogo mais diverso, acreditam esses interlocutores. Até agora, a troca não ocorreu.

Alguns também acreditam que haveria menos estresse caso a regra fiscal —que é um sinal oficial de compromisso com as contas públicas— tivesse vindo antes. Haddad não priorizou a medida, enviando antes disso iniciativas de reoneração de impostos.

A Emenda Constitucional 126 estabeleceu que o governo dever enviar ao Congresso um novo regime fiscal até 31 de agosto desse ano.

Inicialmente, apesar de contar com inúmeras propostas, inclusive uma produzida pelo grupo de transição do próprio governo, o ministro declarou que a regra seria apresentada no primeiro semestre. Depois, mudou para abril.

Reduzir o prazo só virou prioridade quando, pouco antes do Carnaval, o discurso contra os juros altos incorporou a ideia de destituir Campos Neto. A Fazenda correu para tentar divulgar a regra antes da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), em 21 e 22 de março. Não deu tempo.

A regra veio em 30 de março, apresentada em um PowerPoint. A data de envio do projeto de lei ainda é incerta. Não está garantido que virá na semana seguinte à Páscoa.

"A evolução da agenda foi ruim. O primeiro objetivo dele, desde o início, deveria ter sido a regra fiscal", diz a economista Elena Landau.

"Mas ele colocou a regra fiscal em segundo plano, e o fato de ter feito isso nos fez perder muito tempo. E ele ainda entrou na discussão do Banco Central. Um grande erro."

O vaivém da Fazenda está frustrando boa parte dos petistas e economistas ditos não liberais.

"A Fazenda está contando que, com a reforma tributária e a nova regra fiscal, vai criar um ambiente para aumentar o investimento privado, e não os gastos do governo. Ou seja, sinaliza a opção por uma política fiscal que, entendo, será contracionista", diz Simone Deos, pesquisadora Sênior do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

Segundo ela, apesar da grita do mercado, Haddad optou por uma estratégia liberal, com algumas pitadas progressistas, mas sem os componentes necessários para o que importa, fomentar o crescimento econômico.

> "A simples mudança de governo melhorou a perspectiva em áreas vitais para o crescimento, como a educação, a volta das relações internacionais e o resgate da política ambiental, essencial nas trocas econômicas no século 21
>
> **José Júlio Sena**
> economista do FGV Ibre

"O investimento só ocorre quando as empresas têm expectativas claras de que vão vender mais e ganhar mais, mas, nesse momento, as empresas estão se desintegrando e não há perspectiva de crescimento", afirma ela.

"O investimento não virá de sinalizações para o mercado financeiro, mas de um plano em que governo e empresas privadas possam investir juntos."

O economista-sênior da área de Macroeconomia da LCA, Bráulio Borges, reforça que Lula 3 ocorre em um contexto político muito particular, que contribuiu para tensionar o ambiente nesse primeiro momento.

Ainda na transição foi preciso negociar com o Congresso ampliar o Orçamento com uma PEC (proposta de emenda à Constituição). Ali o governo, antes da posse, já se expôs, por entender a necessidade de mudar o patamar de gasto, que subiu de 17,5% do PIB (Produto Interno Bruto) para 19%.

Em janeiro, veio um segundo evento, que mudou Lula, diz o economista. O discurso de inclusão e coalizão se moveu mais à esquerda. "Quando a gente olha o impacto da política sobre a economia, e vice-versa, não tem como não considerar os eventos de 8 de janeiro", afirma Borges.

"A intentona moldou o discurso público do presidente Lula, e de alguns do entorno dele, e acho que isso pode explicar a subida de tom contra o Banco Central e particularmente contra Campos Neto."

O economista Felipe Salto afirma que, apesar de todos os percalços, é preciso considerar como positivo o saldo líquido dos cem dias na Fazenda.

"Temos o arcabouço fiscal antes do prazo, que era um grande obstáculo a ser transporto. Um dos caras que mais entende de reforma tributária, o [secretário da Fazenda] Bernard Appy, já está trabalhando. Haddad acertou uma compensação para os estados na questão dos combustíveis, que era um nó federativo. São avanços", afirma Salto.

"Vou citar aqui o senador José Serra. Ele lembra que, na matemática, a menor distância entre dois pontos é uma linha reta. Na política, porém, é uma curva senoidal", brinca.

Cenários em mutação

- Antes do primeiro turno das eleições presidenciais*
- Antes da posse**
- Às vésperas dos 100 dias de governo***

IPCA
Variação, em %

Projeções para o ano de **2023**

Projeções para o ano de **2025**

PIB
Variação, em % sobre ano anterior

Projeções para o ano de **2023**

Projeções para o ano de **2025**

Câmbio
Em R$/US$

Projeções para o ano de **2023**

Projeções para o ano de **2025**

Selic
Em % ao ano

Projeções para o ano de **2023**

Projeções para o ano de **2025**

Dívida líquida do setor público
Em % do PIB

Projeções para o ano de **2023**

Projeções para o ano de **2025**

Resultado primário
Em % do PIB

Projeções para o ano de **2023**

Projeções para o ano de **2025**

0
-0,70
-0,50

*Relatório de Mercado Focus publicado em 3.out.22
**Relatório de Mercado Focus publicado em 2.jan.23
***Relatório de Mercado Focus publicado em 3.abr.23

Fonte: Relatório de Mercado Focus do Banco Central

Observação: O Focus é publicado toda segunda-feira e resume as expectativas coletadas até a sexta-feira anterior à divulgação entre bancos, gestoras de recursos, e empresas não financeiras, consultorias e associações de classe que mantenham equipes especializadas na projeção das principais variáveis macroeconômicas

Lula recria Bolsa Família, mas parte do programa fica para depois

Thiago Resende

O presidente Lula e o ministro da Fazenda Fernando Haddad assinam medidas econômicas Pedro Ladeira - 12.jan.23/Folhapress

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumpriu a promessa de campanha e relançou o Bolsa Família nos primeiros cem dias de governo. O programa bate recordes nas transferências de renda para os beneficiários e deve crescer ainda mais, mas apenas a partir de junho.

O novo formato do Bolsa Família prevê um valor adicional de R$ 50 para famílias com gestantes, crianças e jovens entre 7 e 18 anos. Esse benefício extra ainda não entrou em vigor.

Técnicos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social dizem que o sistema da Caixa, responsável pelos pagamentos do Bolsa Família, está sendo atualizado e, em junho, esse complemento passará a ser depositado.

Com isso, o valor médio por família no programa social chegará aos R$ 714 esperados pelo governo.

A renda mensal, atualmente, é estimada em R$ 670 por família. No fim de 2021, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL) trocou o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, o benefício médio era de aproximadamente R$ 242 por mês.

"O programa é generoso, mas tem que ter lastro fiscal. Isso [garantia de orçamento] ainda tem que ser esclarecido para os próximos anos. Os R$ 714 é recorde, mas, se o programa fosse mais bem focalizado, teria um efeito ainda maior no PIB [Produto Interno Bruto] e na redução da pobreza", disse o economista Marcelo Neri, diretor do FGV (Fundação Getúlio Vargas) Social.

Uma das principais críticas ao Auxílio Brasil, criado pelo governo Bolsonaro, era a forma de cálculo do benefício às famílias pobres.

Na versão anterior do Bolsa Família, o valor transferido dependia do número de filhos e da faixa de renda de cada pessoa.

No Auxílio Brasil, o programa não levava em consideração o tamanho das famílias e pagava R$ 600 mesmo para pessoas que moravam sozinhas.

O Bolsa Família reformulado manteve o piso de R$ 600, mas Lula criou novos benefícios para dar mais dinheiro a quem mais precisa. Por isso, há agora os adicionais de R$ 150 por criança de 0 a 6 anos, além dos R$ 50 que começam a ser pagos em junho.

Para Neri, isso representa um avanço em relação ao Auxílio Brasil, mas ainda deixa distorções entre o valor que poderia ser transferido a famílias de tamanhos distintos —usando o mesmo orçamento do programa.

Integrantes do Palácio do Planalto e do Ministério do Desenvolvimento Social afirmam que o governo vai aguardar o fim do processo de varredura dos inscritos no programa para anunciar metas para o Bolsa Família —como número de famílias atendidas.

Cálculos da pasta indicam que, em média, o novo Bolsa Família atenderá cerca de 20,8 milhões de residências neste ano.

Em março, 21,2 milhões de lares receberam o benefício. O número representa uma queda em relação ao patamar de 21,9 milhões de famílias que estavam no Auxílio Brasil em fevereiro, um mês antes do lançamento do Bolsa Família reformulado.

A trajetória de queda na cobertura, portanto, deve se manter nos próximos meses.

Esse movimento é explicado pela busca por pagamentos irregulares, principalmente para famílias unipessoais —aquelas compostas por um único integrante.

Ainda na transição de governo, um dos problemas encontrados pela equipe de Lula foi a explosão de cadastros de famílias solo após Bolsonaro ter instituído um valor mínimo a ser pago independente do tamanho da família.

Muitas dessas famílias foram motivadas a se dividir para receber um valor maior.

Por isso, o número de famílias unipessoais saltou de 2,2 milhões em outubro de 2021, antes do lançamento do Auxílio Brasil, para 5,8 milhões no fim do mandato de Bolsonaro, já no período eleitoral.

Os cortes de cadastros irregulares abrem espaço no orçamento do Bolsa Família para a entrada de mais beneficiários e, com isso, o governo espera manter a fila de espera zerada.

Na reformulação do Bolsa Família, o governo também anunciou que o novo programa vai incluir famílias com renda de até R$ 218 por pessoa —uma ampliação em relação à faixa de pobreza, que era de até R$ 210 por pessoa.

A medida vai permitir que mais famílias sejam elegíveis para receber o novo Bolsa Família. Mesmo assim, o governo espera, num primeiro momento, reduzir o número de famílias no programa em relação ao patamar atual devido à exclusão de cadastros irregulares.

O governo ainda precisa aprovar a MP (medida provisória) que cria a nova versão do programa social. O texto deverá ser relatado por um deputado aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Um embate entre Câmara e Senado tem emperrado as votações de medidas provisórias no Congresso. Mas o governo não tem avançado num acordo para que as propostas mais importantes, como a do Bolsa Família, possam ser analisadas ainda nesse semestre.

Leis para big techs remunerarem mídia se espalham pelo mundo

Na Austrália, código de barganha rendeu US$ 200 milhões para veículos de imprensa

Patrícia Campos Mello

Escritório do Google em Manhattan, Nova York (EUA) Spencer Platt - 5.mar.2018/Getty Images/AFP

SÃO PAULO Leis prevendo a remuneração de conteúdo jornalístico pelo Google e pela Meta se espalham pelo mundo e assustam as plataformas de internet. Empresas jornalísticas faturaram US$ 200 milhões na Austrália com o código de barganha para veículos de comunicação, implementado em 2021, e podem receber US$ 245 milhões por ano com a versão da lei em tramitação no Canadá, segundo estimativa do Parlamento do país.

A Indonésia deve adotar o modelo por meio de decreto no primeiro semestre, e o governo da Nova Zelândia anunciou a proposta em dezembro do ano passado. O ministro de Informação e Radiodifusão da Índia, Apurva Chandra, declarou em janeiro que o governo estuda mudanças na regulação de internet para que plataformas compartilhem com empresas de mídia a receita com publicidade digital, nos moldes da Austrália.

No Brasil, entidades setoriais, como Abert, Aner e ANJ, que representam os principais veículos de mídia, como a Globo e a **Folha**, querem que o modelo seja incluído no PL 2630, o projeto de lei das fake news, que é prioridade do Executivo e está em discussão no Congresso.

A Austrália foi pioneira com seu código, que entrou em vigor em março de 2021. O modelo determina que veículos negociem de forma individual ou coletiva (para aumentar o poder de barganha) com as plataformas o pagamento pelo conteúdo jornalístico. Caso não cheguem a um acordo, está prevista a arbitragem.

O modelo é uma tentativa de solucionar a crise de modelo de negócios da imprensa profissional, causada principalmente pela hegemonia das big techs no mercado publicitário. A premissa é que as plataformas de internet ganham relevância e lucram ao exibir conteúdo jornalístico sem pagar nada por ele, e deveriam dividir o resultado com as empresas de mídia.

As plataformas se opõem ao código de barganha. Quando ele foi adotado na Austrália, o Facebook chegou a bloquear o compartilhamento de notícias por uma semana, e depois voltou atrás. O Google tinha ameaçado acabar com o mecanismo de busca no mercado australiano se a lei entrasse em vigor, mas não foi adiante.

Os publishers de menor porte também criticam o modelo, dizendo que os maiores beneficiários do código de barganha seriam os conglomerados de mídia.

Na Austrália, o maior beneficiado foi a gigante News Corp, do bilionário Rupert Murdoch, que fechou um acordo de três anos estimado em US$ 150 milhões.

Mas Rod Sims, ex-presidente da Comissão de Consumo e Concorrência da Austrália e idealizador do modelo, publicou relatório mostrando que quase todos os veículos de mídia habilitados da Austrália fecharam acordos com o Facebook e o Google, inclusive os menores.

Segundo ele, a Country Press Australia, que reúne 160 publicações pequenas e regionais, recebeu um dos maiores valores por jornalista empregado. Ele calculou que o código gerou cerca de US$ 200 milhões por ano de pagamento às publicações.

"A lei australiana gerou recursos significativos para toda a indústria de notícias e criou centenas de empregos, ao mesmo tempo em que revitalizou mídias locais ao redor do país", disse à **Folha** Courtney Radsch, pesquisadora do Instituto de Tecnologia, Direito e Políticas da Universidade da Califórnia em Los Angeles (Ucla).

"Fracassou a campanha de desinformação disseminada pelo Google e Facebook de que a News Corp de Murdoch foi o principal beneficiário, em uma tentativa de dividir a comunidade jornalística, porque todos os tipos de mídia estão se beneficiando da injeção de recursos. É óbvio que veículos maiores, com mais jornalistas e alcance, vão fechar acordos maiores", diz.

"Em todos os lugares do mundo, há uma briga entre os veículos maiores e os menores, e o Google e a Meta estimulam essa briga", disse à **Folha** Anya Schiffrin, diretora do centro de Tecnologia, Mídia e Comunicações da Universidade de Columbia.

Para Schiffrin, é preciso ser pragmático e adotar o modelo de remuneração ou incentivo ao jornalismo que tiver apoio em cada país.

"Se houver vontade política para implementar o código de barganha, isso deve ser feito, sempre com a compreensão que nenhum modelo único será perfeito. E sempre há espaço para uma lei brasileira ser um aprimoramento da australiana."

Uma das grandes críticas ao código australiano é a falta de transparência na negociação. Não são públicos os valores dos acordos e nem se sabe como os recursos foram gastos —se foram direcionados para os salários de executivos e acionistas, ou para contratação de jornalistas e investimento em reportagens.

Alguns poucos veículos divulgaram informações, como o The Guardian, que usou os recursos para aumentar sua equipe no país em 50%.

Na Austrália, a arbitragem prevista na lei não foi usada em nenhum caso —as plataformas e os veículos, muitas vezes reunidos em grupos de negociação, chegaram a acordos antes de precisarem recorrer a isso.

Segundo Sims escreveu em artigo recente, a simples ameaça de arbitragem equilibrou a negociação. Se uma plataforma se recusa a negociar com determinado veículo, ele pode pedir ao governo que a "designe". Se ela continuar se recusando, pode arcar com multas de até 10% de seu faturamento no país.

O Google fechou acordos com todos os veículos elegíveis na Austrália. Já o Facebook não quis negociar com alguns veículos, que empregam entre 15% e 20% dos jornalistas australianos. Um deles é o The Conversation, que está pedindo a "designação" do Facebook para forçá-lo a negociar.

O Canadá é o próximo teste para o código de barganha. A Online News Act deve ser votada até o meio do ano no Parlamento. Em relação ao código australiano, a lei oferece mais transparência —os detalhes da negociação, incluindo valores, precisam ser revelados ao órgão de regulação.

Também no Canadá a legislação enfrenta resistência das plataformas. Após a introdução do projeto de lei, em abril de 2022, o Google afirmou que ele poderia inviabilizar o mecanismo de busca, que iria beneficiar desinformadores e dar aos reguladores influência excessiva sobre o noticiário. O Facebook disse que vai parar de usar conteúdo jornalístico na plataforma no Canadá se a lei for aprovada.

Já os publishers de menor porte têm se manifestado para incluir no texto garantias de que não apenas os grandes sairão ganhando.

As big techs tentam se antecipar à regulação fechando acordos com alguns veículos. Segundo levantamento de Gabby Miller, pesquisadora do Tow Center da Universidade Columbia, "o apoio [financeiro ao jornalismo] do Google e da Meta flutuou na medida em que aumentavam as ameaças de regulação no Canadá. Isso reforça o argumento de que a 'filantropia' das plataformas é uma tática de lobby, com o objetivo de brecar legislação".

No fim de 2020, o Google lançou o Showcase (Destaques, no Brasil), que remunera veículos de notícias para selecionarem seus conteúdos em painéis dentro do Google Notícias. O programa tem previsão de orçamento de US$ 1 bilhão para três anos. Até agora, fechou acordo com 2.000 veículos, incluindo o Brasil. No Canadá, o programa foi lançado em outubro de 2021 e inclui o Globe and Mail e o Toronto Star, além de mídias menores. Os valores são sigilosos.

No Brasil, o Google Destaques inclui 150 veículos, entre eles **Folha**, UOL, Estadão, revista piauí, Band, SBT News, Jovem Pan e Veja. A **Folha** e os principais veículos da mídia profissional, com exceção do Grupo Globo, também têm um acordo com o Facebook.

Os parâmetros para escolha dos veículos e os valores não foram divulgados.

As plataformas preferem que o financiamento se dê por meio de fundos, porque isso ofereceria maior previsibilidade de quanto terão de pagar, mas também porque os valores tenderiam a ser menores.

No mês passado, o Google lançou um fundo em Taiwan para aumentar a competitividade digital das empresas de mídia, com valor de 300 milhões de dólares taiwaneses (US$ 9,8 milhões) em três anos. No Brasil, a Fenaj e a Ajor defendem a criação de um fundo com base na taxação da publicidade das big techs.

Uma das críticas das plataformas ao modelo de barganha é de que os recursos vão acabar financiando sites de desinformação. O debate sobre quem pode ser considerado jornalista e, portanto, deve receber recursos, é complexo.

Na Austrália, um órgão independente, a Autoridade de Comunicações e Mídia, decide quem pode negociar —veículos precisam ter receita anual de, no mínimo, US$ 150 mil dólares australianos (US$ 100 mil), seguir padrões editoriais profissionais e ter independência editorial.

No Canadá, eles têm que estar classificado como veículos jornalísticos para fins tributários, empregar ao menos dois jornalistas e produzir conteúdo focado em "interesse geral".

Nada disso impediria que veículos abertamente ideológicos, disseminadores de desinformação ou sensacionalistas pudessem negociar e receber recursos das plataformas.

Mas esse é um problema que também se aplica a um possível fundo de financiamento ao jornalismo, modelo defendido por mídias menores e pelas big techs.

De qualquer maneira, as plataformas já financiam veículos desse tipo. Um dos recipientes de recursos do programa Google News Initiative foi a Jovem Pan News. E, conforme mostrou reportagem da **Folha**, o Google Ads monetiza inúmeros sites que disseminam desinformação relacionada à Covid ou ao processo eleitoral.

"Não há solução perfeita —se você distribui recursos, alguns veículos que não deveriam receber vão acabar recebendo; isso não acontece apenas com o código de barganha: na Suécia, onde há vários fundos governamentais de incentivo ao jornalismo, as pessoas estão com muito medo agora que a extrema direita se fortaleceu nas eleições", diz Schiffrin.

As plataformas discordam da premissa de que deveriam pagar por conteúdo jornalístico e afirmam não lucrar com notícias. Elas dizem que geram tráfego para as publicações, aumentando a receita dos veículos. No entanto, como Google e Meta controlam o mercado mundial de publicidade online (juntos, detêm 60% do faturamento), muitas vezes há pouca transparência e divisão desproporcional da receita com publicidade.

Em post em seu blog, o Google afirma que as buscas ligadas a notícias correspondem a menos de 2% do total no Google globalmente.

Procurada, a Meta afirmou que "os links para notícias representam apenas cerca de 3% do conteúdo que as pessoas veem no Facebook". Em release enviado no fim de março, a empresa afirmou que "os conteúdos com notícias dos veículos tradicionais não são cruciais para a Meta e estão em declínio, enquanto os veículos se beneficiam do tráfego vindo de aplicativos de rede social."

Além disso, a empresa anunciou nos últimos meses que está descontinuando seus programas de incentivo ao jornalismo. A Meta, que havia anunciado US$ 300 milhões para apoio ao jornalismo local em 2019, disse que não vai mais pagar veículos de mídia para veicular seu conteúdo no NewsTab, acabou com o programa de newsletters Bulletin, e vai descontinuar o Instant Articles neste mês. Segundo o Wall Street Journal, a empresa pagava cerca de US$ 15 milhões para o Washington Post, US$ 20 milhões para o New York Times e US$ 19 milhões para o Wall Street Journal.

"Permitir que as empresas jornalísticas negociem coletivamente com as plataformas por remuneração de conteúdo pode ajudar a fortalecer um setor essencial da economia e um pilar essencial da democracia; mas os códigos de barganha não são uma panaceia, eles devem ser parte de uma abordagem ampla que deveria incluir pagamento por direitos autorais, subsídios e incentivos fiscais e ajuda para compra de assinaturas", diz Radsch.

Segundo ela, uma das desvantagens do modelo é que ele não aborda o uso de conteúdo jornalístico pelas plataformas para treinamento dos modelos de linguagem de inteligência artificial generativa. "Essa deve ser a próxima fronteira para remuneração de conteúdo por direitos autorais, ou código de barganha."

Na União Europeia, não houve código de barganha. A UE adotou a diretiva de copyright do mercado único digital em 2019. A lei prevê que os mecanismos de busca paguem direitos autorais aos veículos quando usarem trechos de conteúdo (não há pagamento por links ou trechos muito curtos). Cada país faz sua regulamentação da lei. Desde então, o Google fechou acordos de pagamento de direitos com 11 países. Além disso, também fizeram contratos do Google Destaques com 21 países.

Veja países que já implementaram ou estão discutindo remuneração de empresas de mídia por big techs

Austrália
Lei entrou em vigor em fevereiro de 2021 e rendeu remuneração de US$ 200 milhões para veículos de mídia que empregam 85% dos jornalistas australianos

Canadá
Lei inspirada na australiana foi introduzida em abril de 2022 e deve ser votada no parlamento neste semestre; previsão é que gere US$ 245 milhões anuais para empresas de mídia

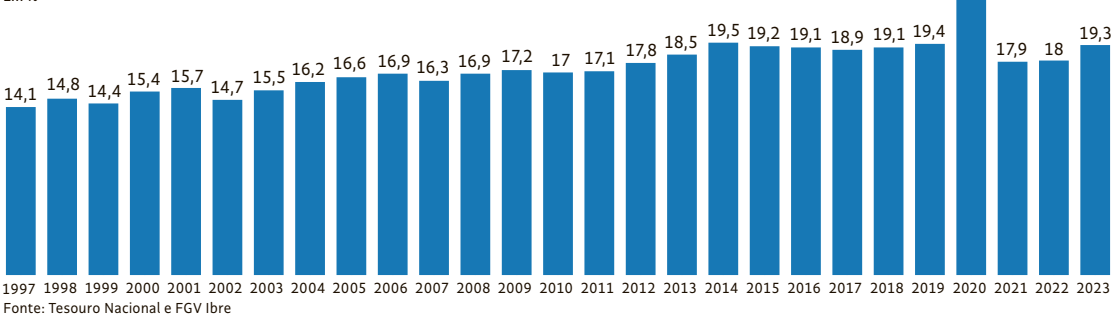
Indonésia
Lei que prevê negociação direta entre plataformas e big techs com arbitragem deve ser implementada no primeiro semestre por meio de decreto presidencial

Nova Zelândia
Ministro anunciou em dezembro de 2022 que governo pretende adotar modelo semelhante ao australiano

Índia
Ministro afirmou em dezembro que é necessário adotar modelo semelhante ao da Austrália para pagamento de veículos de mídia pelas big techs

Brasil
Grandes veículos de mídia querem incluir no projeto de lei 2.630 (das fake news) o modelo de negociação direta de empresas com plataformas de internet por remuneração de conteúdo jornalístico

Gasto primário da União como proporção do PIB potencial
Em %

Fonte: Tesouro Nacional e FGV Ibre

Evolução do contrato social

É oportuno repassar como evoluiu o gasto primário nas últimas décadas

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP.

O tema mais importante deste semestre é o novo marco fiscal que o ministro Fernando Haddad apresentou há duas semanas. Tive oportunidade de compartilhar com o leitor minhas primeiras impressões na coluna da semana passada.

Penso ser oportuno repassar o passado. Como evoluiu nas últimas décadas o gasto primário da União?

Dado que o grosso dos seguros públicos associados ao desemprego, pobreza e perda de capacidade laboral com o envelhecimento ou invalidez é de responsabilidade da União, considero que o gasto primário do governo central expressa parcela muito relevante de nosso contrato social.

O gráfico apresenta a evolução do gasto primário do governo central como proporção do PIB potencial. Isto é, o produto da economia se ela tivesse operado no respectivo ano a pleno emprego. O dado de gasto público é do Tesouro Nacional e o dado de produto de pleno emprego é do FGV Ibre.

Três operações contabilizadas pelo Tesouro como gasto primário foram desconsideradas: capitalização do fundo soberano em 2008 e da Petrobras em 2010, e acerto da União com o município de São Paulo por conta do Campo de Marte em 2022. Conceitualmente, trata-se de operações patrimoniais que não sensibilizam as contas primárias. Para 2023, empregamos a previsão do FGV Ibre de crescimento de 0,3%.

Há claramente três momentos. De 1998 até 2015, o gasto primário cresceu 5,1 pontos percentuais (p.p.) do produto ou 0,28 pp por ano. De 2016 até 2019, o gasto primário fica constante em torno de 19%. E no biênio 2021 e 2022, após o grande salto por conta da epidemia em 2020, o gasto ficou constante em torno de 18% do PIB. Paulo Guedes promoveu forte ajuste fiscal, equivalente ao de Palocci em 2003.

Dois fatos ficam claro. Primeiro, o teto dos gastos conseguiu atingir o seu objetivo e impediu a continuação do crescimento do gasto. Nos livrou do abismo inflacionário. Segundo, aparentemente a economia política brasileira e a sociedade não toleram gasto primário da União abaixo de 19% do PIB.

O discurso generalizado de herança maldita aplicado ao legado de Paulo Guedes na área fiscal —após entregar o governo com superávit primário, gasto público na casa de 18% do PIB, endividamento menor e com empresas estatais gerando caixa e pouco endividadas—, bem como o apoio do Congresso Nacional e da sociedade civil em peso à elevação do gasto público promovida pelo presidente Lula em 2023, ilustram cabalmente a dificuldade que temos de conviver com gasto abaixo de 19% do PIB.

Esses fatos indicam que o Congresso Nacional e a sociedade, da mesma forma que apoiaram a elevação do gasto público promovida pela PEC da Transição, precisam agora apoiar o ministro Fernando Haddad em suas iniciativas de elevação da carga tributária. Atacar estratégias de planejamento tributário das empresas que operam no regime do lucro real é um bom começo. Mas será necessário em algum momento enfrentar a maior fonte de elisão fiscal que são dadas pelos regimes tributários especiais, Simples e lucro presumido.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado
| QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Indústria de perfumes de luxo é alvo de investigação

Empresas de marcas famosas estão sob suspeita de combinar aumentos

John Gapper

LONDRES | FINANCIAL TIMES Além de serem líquidos cheirosos, o Flora Gorgeous Gardenia Eau de Parfum, da Gucci, e o gel de banho Dove Go Fresh Pomegranate & Lemon Verbena Scent, da Unilever, não têm muito em comum. Um é cem vezes mais caro que o outro, por volume, e é vendido por uma marca de moda, não por uma empresa de produtos industrializados.

Mas ambos foram criados pela mesma companhia, o grupo suíço de fragrâncias Firmenich. Você talvez nunca tenha ouvido falar, mas os odores que ele cria permeiam milhares de produtos, de perfumes, pastas de dente e desodorantes até detergentes.

As vendas de velas perfumadas e perfumes de marcas e celebridades como a cantora Ariana Grande vem crescendo. A Firmenich, que produz muitos deles (incluindo o R.E.M. de Ariana), foi nessa onda: suas vendas de fragrâncias finas aumentaram 33% no ano passado.

A corrida foi subitamente interrompida recentemente, quando a Firmenich e suas três maiores concorrentes foram invadidas por investigadores antitruste da Suíça, União Europeia, Estados Unidos e Reino Unido.

Elas são suspeitas de conluio para aumentar os preços, impedindo que concorrentes forneçam para seus clientes e limitando a produção de algumas fragrâncias.

A Firmenich, a suíça Givaudan, a alemã Symrise e o grupo americano International Flavors & Fragrances não admitiram qualquer irregularidade: dizem que estão cooperando com o inquérito, que pode não levar a acusações. Ele abrange não apenas fragrâncias, mas também "ingredientes de fragrância", que entram nos alimentos para torná-los cheirosos.

A presença da Firmenich e das outras é o fator oculto por trás do "boom de fragrâncias" na indústria do luxo. As grifes perceberam que podiam ganhar dinheiro adicionando perfumes a suas linhas de vestuário, mas poucas tinham a capacidade da Chanel de fazer as próprias fragrâncias. Precisavam de parceiros, e os grupos de fragrâncias estavam ansiosos para ajudar.

O aumento das vendas de fragrâncias de luxo começou durante a pandemia e continuou. Sue Nabi, executiva-chefe da empresa de beleza americana Coty, que fabrica perfumes para marcas como Burberry, Chloé e Tiffany, observou no ano passado que os consumidores estavam "comprando cada vez mais itens caros" para si mesmos, não apenas como presentes.

Mas se a fragrância de luxo está em rápido crescimento, ela constitui apenas uma pequena parte da indústria. A maioria é menos glamourosa e mais cotidiana: purificadores de ar, desodorantes, sabonetes, géis, detergentes em pó, limpadores de pisos.

A Associação Internacional de Fragrâncias, com sede em Genebra, faz parte do inquérito antitruste e afirma que conduz todas as reuniões "sob rígidas diretrizes de política de concorrência".

Ela estima que, em 2017, as fragrâncias finas representaram 9% das vendas de produtos perfumados; quase 70% envolviam itens de higiene pessoal, como xampu.

A vida é mais difícil neste último setor: o crescimento é muito mais fraco e as empresas de fragrâncias enfrentam aumentos de preços de seus 3.000 fornecedores de matérias-primas, incluindo produtores de lavanda e patchuli.

Elas também precisam negociar com as maiores empresas de produtos de consumo industrializados do mundo para vender suas fragrâncias, incluindo as gigantes Unilever e a Procter & Gamble, por exemplo.

A indústria produz uma gama enorme de cheiros e aromas: a Givaudan sozinha produz 176 "moléculas de fragrância", que vão desde salicilato de benzila ("floral, balsâmico, doce") a alicate ("frutado, ruibarbo, aromático, lilás").

O fato de que as pessoas escolhem os perfumes com cuidado, mas pouco se importam com a proveniência do cheiro de pinho do limpa-piso dita os termos do setor.

Quando a Gucci quis um perfume com "notas amadeiradas ultrassecas" consultou um dos mestres perfumistas da Firmenich, que preparou a fórmula. Quando uma multinacional fabrica um produto de supermercado tem uma infinidade de opções de fornecedores.

Talvez as empresas de fragrâncias tenham conspirado para restringir essas escolhas: saberemos quando o inquérito terminar.

Enquanto isso, as investigações contam uma história sobre como ganhar dinheiro com perfumes ou outros produtos: aproxime-se o máximo dos compradores insensíveis ao preço e mantenha-se longe das cadeias de abastecimento industriais.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ASSIS, CRUZÁLIA/SP, PEDRINHAS PAULISTA/SP, PLATINA/SP E TARUMÃ/SP. CNPJ: 64.614.621/0001-48 - **ASSEMBLEIA GERAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** O **SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ASSIS, CRUZÁLIA/SP, PEDRINHAS PAULISTA/SP, PLATINA/SP E TARUMÃ/SP,** entidade sindical representativa da categoria de primeiro grau inscrita no CNPJ: 64.614.621/0001 - 48, com sede localizada na Rua Dos Comerciários, nº 625, Bairro Jardim Paulista, CEP: 19.816.050, Cidade - Assis/SP, neste ato representado por seu Presidente - Paulo Cesar Tito no exercício das suas atribuições que lhe são conferidas em conformidade na forma do Estatuto Social, **CONVOCA** a todos os associados da entidade sindical em dia com suas obrigações estatutárias para comparecerem e participarem da Assembleia Geral na forma do Artigo 13, alínea "c" do Estatuto Social, bem como em observância ao Artigo 14 em seu "parágrafo único" a ser realizada na data de 24 (segunda - feira) de abril de 2023 às 17h30 em 1ª (primeira) convocação com o quórum mínimo para sua instalação de 50% (cinquenta por cento) dos associados e, não havendo quórum suficiente ao estabelecido, às 18h00 em 2ª (segunda) convocação e última chamada na mesma data, com qualquer número de associados presentes a ser realizada na sede da entidade, localizada na Rua Dos Comerciários, nº 625, Bairro Jardim Paulista, município de Assis - SP, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Apresentação das alterações estatutárias; **b)** Cumprimento das formalidades junto ao Cartório previsto na Ata registrada sobre Microfilmado Sob nº - 9213 - Cartório Civil Das Pessoas Jurídicas da Comarca de Assis-SP; **c)** Encaminhamentos, votação e deliberação da ordem do dia. Assis/SP, 09 de abril de 2023. Paulo Cesar Tito - Presidente.

SOFAPE FABRICANTE DE FILTROS S.A.
Companhia Fechada
CNPJ nº 04.155.026/0001-60 - NIRE 35.300.328.663
Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Sofape Fabricante de Filtros S.A.** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a se realizar às 9h00 do dia 18 de abril de 2023, na sede da Companhia, localizada no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Dutra, Km 213,8, Jardim Cumbica, CEP 07183-904, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Em **Assembleia Geral Ordinária,** *(i)* as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e a destinação do prejuízo do exercício; *(ii)* a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e *(iii)* a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. Em **Assembleia Geral Extraordinária,** a retificação e ratificação dos valores constantes do item 6.2. da Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de maio de 2022, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 317.933/22-0, em sessão de 24 de junho de 2022. Para participar na Assembleia Geral, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: *(i)* documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e *(ii)* instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia recomenda o depósito na Companhia, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da Assembleia Geral, de cópia simples dos documentos acima referidos. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, contendo as propostas dos administradores para a Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia.

Guarulhos, 07 de abril de 2023.
Thiago Sguerra Miskulin - Presidente do Conselho de Administração.

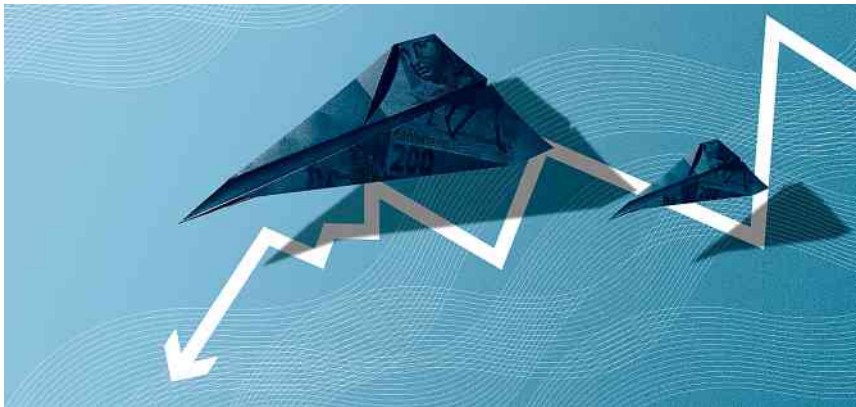
GUARIGLIA LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Leilão - 26 de Abril de 2023, às 10:00 horas
2º Leilão - 28 de Abril de 2023, às 10:00 horas

BANCO TRICURY

ANTÔNIO LUIZ GUARIGLIA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP número 415, com escritório à Av. Henry Nestlé, número 1500, Caçapava / SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO TRICURY S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 57.839.805/0001 - 40, com sede na Avenida Paulista, número 37 – 17° andar – conjunto 171 , Bela Vista , na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancário – Mútuo 054/2020 firmada em 02/10/2020 com a Sra. LIGIA MARIA RIBEIRO AUGUSTO (CPF/MF: 250.897.348-36) e do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária vinculado a mesma Cédula, no qual figura como Fiduciante, a **Sra. LIGIA MARIA RIBEIRO AUGUSTO, brasileira, divorciada, empresária, inscrita no CPF/MF sob nº 250.897.348-36 e portadora da cédula de identidade RG nº 22.946.014 - SSP/SP, residente e domiciliada na Avenida Sorocaba, nº 298 – Residencial Tamboré 1 , na cidade de Barueri/SP,** levará a **PÚBLICO LEILÃO**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 26 de abril de 2023, às 10:00 horas**, à Av. Henry Nestlé, 1500, Caçapava / SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais)**, o imóvel constituído pelo Domínio Útil, por aforamento da União, abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, localizado no lote 21 da quadra 07 do loteamento denominado "Fazenda Tamboré Residencial", com endereço na Avenida Sorocaba, nº 324 - Residencial Tamboré 1, na cidade de Barueri/ SP, tendo uma área de terreno de 1.224,89 metros quadrados. Imóvel é objeto da matrícula 38.291 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. O citado imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Barueri/SP sob nº 24454.54.88.0750.00.000.2 e que o domínio útil do citado imóvel matriculado é cadastrado na Secretaria do Patrimônio da União, Superintendência do Patrimônio da União -SP sob RIP nº 6213.0002216-75. Obs.: 1) O Banco não responderá pela evicção de direito. 2) O imóvel encontra – se ocupado, desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. 3) Eventuais débitos de IPTU, condomínio, Taxas, Laudêmio, Concessionárias (água, luz, gás etc.) mesmo que anteriores à arrematação, serão por conta do arrematante. 4) Todos os custos de aquisição, incluindo ITBI, registros, Laudêmio, serão de única responsabilidade do arrematante. 5) Consta na matrícula nº 38.291 que o loteamento `` Fazenda Tamboré Residencial ´´, do qual o imóvel faz parte, tem restrições convencionais no tocante às edificações, urbanísticas e uso do solo. 6) Caso necessário qualquer procedimento de descontaminação do meio ambiente será de responsabilidade do arrematante. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **28 de abril de 2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horário e locais da realização dos leilões fiduciário, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição. O direito de preferência na aquisição do imóvel poderá ser exercido até a realização do segundo leilão, desde que não tenha sido arrematado no primeiro leilão, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do artigo 27 da Lei 9.514/97, **devendo apresentar manifestação formal do interesse ao leiloeiro e fazer o devido pagamento dentro do prazo concedido**, no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), acrescido da comissão do leiloeiro equivalente a 5,0 % (cinco por cento) do valor. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. O arrematante pagará, no ato, o preço total da arrematação e comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor do arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra será firmada em até 60 dias da data do leilão, com todas as custas inerentes por conta do arrematante, inclusive foro e laudêmio relativos à transferência do imóvel arrematado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Leilão Presencial e Online.

Para maiores informações - tel.: (12) 3654-1000 / WhatsApp: (12) 99752-1230 - www.GUARIGLIALEILOES.com.br
ANTÔNIO LUIZ GUARIGLIA – LEILOEIRO OFICIAL – JUCESP 415

Edson Ikê

Agora vai. Ou não?

Muitos não entenderam que o Brasil continua a ser o país da arbitrariedade

Marcos Lisboa
Ex-presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) e doutor em economia.

A possibilidade de uma crise de crédito passou a ser tema de preocupação. Algumas empresas e instituições financeiras andam a reportar lucros bem menores ou mesmo prejuízos elevados.

Os dados sugerem que o momento é de cautela. Contudo, ainda não há sinais de uma crise severa generalizada, como conclui relatório recente do Cemec Fipe.

Entretanto, são tempos de preocupação, o que não deveria surpreender, dado o nosso histórico.

Aparentemente, algumas empresas não incorporaram nas suas análises que o Brasil é um país de alta volatilidade, em que os preços dos diversos ativos, a taxa de juros, a inflação e o crescimento da economia podem surpreender em um prazo curto. E não se preparam para isso.

Podem ser úteis dados comparando a frequência e a gravidade das crises no Brasil com a de outros países. Tivemos queda da renda por habitante em 14 dos 40 anos entre 1980 e 2019, segundo dados do Banco Mundial. Desempenho igual ou pior que o nosso só se observa em países pobres ou dependentes de petróleo, além da Argentina.

Nos países ricos e de renda média, a maioria teve queda na renda por habitante em seis anos ou menos, com alguns casos em sete anos ou pouco mais.

Nos anos bons, nossa renda por habitante até cresceu mais rápido que nos países desenvolvidos: 2,8% contra, por exemplo, 2,2% nos EUA. Porém, nos frequentes períodos ruins, ela caiu bem mais: em média, 2,6%, contra, por exemplo, 1,6% nos EUA, 1,5% na Austrália ou 1,2% na Dinamarca. Mesmo nos bons anos, contudo, ela cresceu significativamente menos do que em muitos países emergentes.

Com muitas quedas fortes da renda por habitante ao longo dos anos, não compensadas pelas recuperações um pouco mais intensas, o Brasil ficou comparativamente mais pobre. Crescemos, em média, 0,9% ao ano, superando apenas países pobres, a Argentina e o México.

Ficamos bem atrás de países ricos (EUA e Reino Unido com 1,7%, por exemplo) e de vizinhos como Chile (3%) e Colômbia (1,7%).

Os repiques inflacionários têm sido recorrentes no Brasil, como em 2002, na primeira metade da década passada e neste período após a pandemia. Atualmente, a inflação elevada afeta o Brasil e os países desenvolvidos, mas isso não ocorreu nos períodos anteriores. Por vezes, a inflação por aqui descola da que ocorre nos principais países ricos e emergentes.

A maior inflação acaba levando a aumentos da taxa básica de juros fixada pelo Banco Central (Selic). No começo do primeiro governo Lula, por exemplo, a taxa Selic chegou a perto de 18% acima da inflação esperada nos 12 meses seguintes. No seu primeiro mandato, ela ficou, em média, próxima de 12%, e agora está em cerca de 8%.

Tudo indica que temos problemas específicos que resultam nessa elevada volatilidade, na maior frequência de crises e no baixo crescimento médio.

Igualmente volátil tem sido a intervenção do poder público na economia. Algumas vezes, o governo tenta controlar preços para atenuar a percepção da inflação. Foi assim há uma década, com medidas voluntariosas nos combustíveis, no setor de energia e nas tarifas públicas; foi assim no último governo, novamente com intervenções em preços de combustíveis e energia, desta vez por meio alterações oportunistas nos tributos.

A intervenção no setor elétrico em 2013 deixou um passivo de dívidas, comprometeu a expansão da oferta e resultou em preços elevados de energia a médio prazo.

A recente alteração da taxa máxima de juros para empréstimos consignado resultou em um apagão na oferta de crédito.

O Judiciário igualmente interfere com frequência em contratos juridicamente perfeitos para favorecer uma das partes em detrimento do pactuado. Isso ocorreu, por exemplo, na década passada nos contratos de financiamento para automóveis, beneficiando inadimplentes.

A concessão da Linha Amarela no Rio foi rompida, literalmente, com tratores e liminares na Justiça.

Algumas intervenções podem ser bem-sucedidas, como comentou Bernardo Guimarães em coluna recente nesta **Folha**, em que compara o teto na taxa de juros no cheque especial e a medida similar recente no consignado, porém com resultados bem distintos. Mas isso requer analisar cuidadosamente as causas do problema.

Diagnósticos detalhados, análises de avaliação de impacto e do custo de oportunidade dos recursos públicos, além da abertura dos microdados que o governo utilizou nos seus trabalhos, auxiliaria a separar as propostas de intervenções adequadas das voluntariosas e desastrosas.

Entretanto, isso, em geral, não acontece. Na contramão das boas práticas, a ação oficial por vezes atua oportunisticamente nos sintomas, sem tecnicamente identificar as suas causas ou avaliar as possíveis consequências da intervenção.

Da mesma forma, pouco são utilizadas avaliações dos resultados para aperfeiçoar as políticas existentes, ou interromper as que fracassaram.

O resultado é um país de economia volátil e intervenções públicas arbitrárias, com mudanças frequentes nas regras do jogo, o que desestimula o investimento e prejudica o crescimento.

Algumas empresas e bancos, sobretudo os mais novos, parecem, por vezes, se esquecer do país em que vivem. Nos bons momentos, apostam que desta vez será diferente, e investem como se as condições fossem permanecer as mesmas por muito tempo.

Há poucos anos, a Selic caiu para 2% e havia muito crédito disponível. Em certos casos, o resultado foi um endividamento demasiado.

Muitos não incorporaram, nas suas análises, cenários de stress para avaliar o que poderia ocorrer com seus negócios se houvesse um aumento relevante da inflação, uma mudança abrupta da taxa de juros ou uma queda significativa da atividade econômica. Também não parecem ter analisado a possibilidade de intervenções arbitrárias nas regras de mercado por parte do governo ou do Judiciário.

A arbitrariedade e a volatilidade são recorrentes no Brasil. E a parcela do setor privado que não se atenta para isso está fadada a sofrer severamente. Melhor se preparar para tempestades, mesmo em tempos de bonança, o que, nem de longe, é o caso agora.

| **DOM.** Ana Paula Vescovi, Marcos Lisboa, **Candido Bracher**

O ministro Camilo Santana e o presidente Lula participam de evento no Palácio do Planalto para o anúncio do reajuste das bolsas Pedro Ladeira - 16.fev.23/Folhapress

Ensino médio e ataques a escolas monopolizam debate na educação

Em 100 dias, governo Lula reajustou merendas e bolsas, mas plano de alfabetização não avançou

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Em 100 dias de governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o país viu um contraponto no MEC (Ministério da Educação) com relação aos últimos quatro anos, com um restabelecimento da pasta em termos de equipe, orçamento e institucionalidade.

Por outro lado, entretanto, o período não foi suficiente para o novo governo apresentar políticas públicas estruturadas para a área, sobretudo para a educação básica —colocada como prioridade.

O que ganhou corpo nesses três meses foi um intenso debate sobre revogação de uma reforma do ensino médio em fase de implementação e uma gestão do MEC reativa, agindo para acalmar os ânimos e reduzir desgastes.

Além disso, os ataques em sequência a duas escolas em menos de dez dias —um em São Paulo, outro em Blumenau (SC)— obrigaram a pasta a debater o tema.

Na quarta (5), após o segundo caso, o governo federal anunciou que vai editar um decreto interministerial para elaborar uma política nacional de combate à violência nas escolas.

A comparação com os primeiros 100 dias da gestão de Jair Bolsonaro (PL) mostra alguns avanços, principalmente no orçamento.

Em abril de 2019, Bolsonaro já tinha inclusive trocado o ministro da Educação —após um acúmulo de polêmicas e disputas internas entre militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, Ricardo Vélez Rodriguez foi substituído por Abraham Weintraub. Naquele momento, no primeiro ano da gestão, a pasta já vivia uma paralisia.

Weintraub colecionou ainda mais problemas e seu sucessor como ministro, Milton Ribeiro, chegou a ser preso no âmbito das investigações de um balcão de negócios no MEC que envolvia pastores aliados do presidente. Sob Bolsonaro, a pasta teve ainda seus piores índices de execução orçamentária.

Por isso, a equipe de Lula articulou no Congresso um aumento dos recursos para a educação ainda durante a transição. Essa ação possibilitou um reajuste entre 28% e 39% no programa de merenda escolar, principal vitrine do MEC no pacote que o governo apresenta como resultado desses 100 dias.

Desde 2017 não havia reajuste dos repasses federais para merenda, que variam de acordo com a etapa escolar.

A medida foi bem recebida por estados e prefeituras, que dependem do programa, embora ele não seja suficiente para bancar todos os custos da alimentação —a União repassava aos estados e municípios R$ 0,36 por dia para cada estudante do ensino fundamental e médio, por exemplo, e com o reajuste de 39%, esse valor passou para R$ 0,50.

O orçamento para alimentação escolar chegou neste ano a R$ 5,5 bilhões. Antes da transição, eram previstos R$ 3,9 bilhões para esse fim. Como um todo, os recursos do MEC em 2023 tiveram um incremento de cerca de R$ 11 bilhões. Essa recomposição possibilitou outro aumento, no valor das bolsas de pesquisa, que era o mesmo desde 2013. O aumento para benefícios de mestrado e doutorado será de 40%

Com mais recursos, a pasta também liberou R$ 250 milhões para obras escolares que estavam represados.

Os reajustes e o foco em destravar as obras paradas eram promessas de campanha de Lula e os anúncios tem ocorrido. Mas outras políticas públicas seguem paradas, como a de alfabetização.

Assim que assumiu como ministro da Educação, o ex-governador do Ceará Camilo Santana (PT) prometeu que o país conheceria um novo pacto pela alfabetização na idade certa nesses três meses.

Por ora, só foi anunciada uma pesquisa para tentar definir o que deve ser considerado uma criança alfabetizada.

Também continuam indefinidos outras promessas, como um fomento a escolas de tempo integral e a retomada do Fies.

Questionado, o ministério não respondeu. Até agora, a ação da MEC que mais atraiu atenções nem sequer estava no alvo inicial da pasta.

Pressionado por críticas

> É muito positivo a volta de um ministério da Educação com uma equipe experiente e que está buscando o diálogo [...] Mas ainda falta apresentarem uma agenda clara
>
> **Alexandre Schneider**
> ex-secretário de Educação da cidade de São Paulo

crescentes de educadores e estudantes, o governo decidiu suspender tanto a implementação do novo ensino médio quanto as alterações previstas no Enem 2024, que adequaria a prova ao novo formato.

A reforma, aprovada em 2017, prevê uma flexibilidade de curricular e começou a ser implementada para os alunos em 2022. A ação, porém, acumula uma série de problemas e parcela de especialistas, sindicatos e estudantes pedem o fim do novo ensino médio, o que dependeria do Congresso. Lula já disse que não fará a revogação, mas que planeja realizar ajustes.

A suspensão foi decidida, em grande parte, para tentar amenizar o desgaste que o governo tem sofrido com grupos que pedem a revogação e que, tradicionalmente, são próximos do PT —como movimentos estudantis e sindicatos de professores.

Para aplacar as críticas, o MEC já tinha criado em março um grupo de trabalho para coordenar uma consulta pública para a avaliação e reestruturação da política.

Apesar da suspensão dos prazos, escolas continuam a oferecer aulas de acordo com o novo ensino médio. O governo promete decidir por ajustes na política após o resultado dessa consulta, que ainda não teve atividades públicas.

Alexandre Schneider, que foi secretário de Educação da cidade de São Paulo, afirma que essa consulta foi criada mais por pressão do que convicção, até porque poderia ter sido feita nos primeiros dias e não somente agora.

"É muito positivo a volta de um ministério da Educação com uma equipe experiente e que está buscando o diálogo", diz ele.

"Mas ainda falta apresentarem uma agenda clara do que o governo quer para a educação. Talvez o fato de não terem se preparado ou imaginado que a questão do ensino médio mobilizaria tantos educadores, estudantes e especialistas fez com que o MEC perdesse um pouco de tempo".

Schneider pondera que os ataques de 8 de janeiro criaram um abalo no governo como um todo e colaboraram para que houvesse maior dificuldades de entregas mais consistentes. Essa também é a opinião de Claudia Costin, do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV.

"Estamos indo devagar no governo, mas há algumas razões para entender, daqui a um tempo talvez esteja devagar demais. Mas não tem nem comparação com os 100 dias de Bolsonaro", diz ela.

"Não é secundário de que se trata de um governo que gosta de políticas públicas e, em educação, esse traço é fundamental para a gente poder avançar."

Escola reúne professores para relato sobre atentado; pai critica

Cristiano Farias Martins

BLUMENAU (SC) Funcionários do centro educacional Cantinho Bom Pastor se reuniram neste sábado (8) para relatar como foi o ataque contra a creche que aconteceu na quarta-feira (5) e que deixou quatro crianças mortas em Blumenau (SC).

A entrevista coletiva, organizada por iniciativa da escola, foi criticada pelo pai de uma das vítimas, que reclamou da exposição dos detalhes do caso.

O ataque ocorreu no momento em que 25 crianças se reuniam no pátio para uma roda de conversa sobre a Páscoa. Ficou na memória da professora Suelen dos Santos uma das últimas frases de Bernardo Pabst da Cunha, uma das vítimas do massacre.

"Estávamos falando que a gente deve amar o nosso coleguinha. O meu Bernardo, uma das últimas coisas que ele disse foi que a gente não pode bater no coleguinha porque o papai do céu fica triste", disse ela durante o evento deste sábado, que foi realizado na própria escola.

A professora Cleusa Davi disse que ao ver um homem pular de capacete o muro da escola pensou se tratar de um assaltante em fuga de um posto próximo à creche. "Foi questão de segundos e já ouvimos os gritos."

A dona da escola, Alcolides Ferreira, disse que imediatamente começou a orientar para que as crianças fossem levadas para salas. "Mandei todos irem para o banheiro, porque tem janela alta, mais segura que as nossas salas, com vidraças baixas. Foi a primeira coisa que pensei. A lavação [banheiro] também é uma sala grande, não tem janelas grandes e tem chaves."

Na quarta, dia do ataque, a professora Simone Aparecida Camargo disse à **Folha** que trancou diversas crianças no banheiro para protegê-las do ataque —a docente não esteve na entrevista deste sábado. Já a faxineira Franciele Ferreira contou que professoras tiraram a blusa para tentar estancar o sangue de algumas das crianças feridas. "Tinha várias crianças feridas, a gente fez tudo o que a gente pode."

"Como eu queria que aquilo estivesse em um quadro negro, que pudesse ir lá e apagar", disse Alcolides Ferreira.

A coletiva foi transmitida por sites regionais e revoltou Bruno, pai de Bernardo Cunha, uma das vítimas do massacre. Ele saiu de casa e foi até a creche se queixar da exposição sobre os detalhes do crime.

"Meu trabalho, para sustentar um pouco da minha esposa, por causa de uma pergunta aqui, ela teve que ir buscar um posto de saúde. Uma informação que saiu daqui, ela falou: 'Meu Bernardo sofreu'", disse.

"Eu tinha dito para ela que, pela pancada, ele não sentiu. Foi muito rápido. E agora ela ficou sabendo que tentaram estancar o sangue. E todo trabalho que eu tive com ela ao longo desses dias, se foi por causa de uma pergunta idiota".

A coletiva foi acompanhada por pais de algumas das crianças feridas no ataque. Fábio Santos, pai de Samuel Lorenzo, fez questão de dizer que todas as professoras eram heroínas. "Aqui nós temos heroínas, mulheres que podiam ter perdido suas vidas naquele momento... Nossos filhos que sobreviveram são heróis."

O grupo participou também, no centro da cidade, de uma caminhada pela paz.

A professora Simone Camargo salvou bebês ao trancá-los no banheiro da escola durante o ataque 5.abr.23/Reprodução

Funcionários da escola participam do evento deste sábado (8) em Blumenau Cristiano Martins/Folhapress

Mariana Marchesi, 38, educadora ambiental, cuida do jardim que plantou no largo da Batata, em Pinheiros, que carecia de sombras após obra de revitalização Karime Xavier/ Folhapress

Jardinagem de guerrilha faz canteiro virar horta

Por mais sombra e comida, moradores de São Paulo revitalizam praças públicas e terrenos com cultivo independente

Mariana Zylberkan

são paulo Em frente a um prédio com fachada espelhada na avenida Brigadeiro Faria Lima, na zona oeste de São Paulo, crescem em um pequeno canteiro uma bananeira, pés de abóbora, feijão-guandu e batata-doce, além de vários tipos de plantas comestíveis e medicinais.

O mesmo acontece a quase 20 quilômetros dali, em uma praça no bairro Parada Inglesa, na zona norte, onde o gramado, antes degradado, divide espaço com um pé de pitanga e cultivos de batata-doce, boldo, hortelã, cúrcuma, taioba-roxa, ora-pro-nóbis, mitsubá (salsinha japonesa), manjericão, entre outras hortaliças.

Em comum, as duas hortas foram plantadas, e são mantidas, por moradores do entorno que decidiram revitalizar espaços públicos, literalmente, com as próprias mãos, como parte do movimento jardinagem de guerrilha.

As mudas são plantadas em espaços públicos de forma espontânea e sem respaldo do poder municipal. "Nos canteiros das árvores, tinham mudas muito tristes", diz a educadora ambiental Mariana Marchesi, 38, da época que iniciou o cultivo no gramado no largo da Batata, em 2015.

"A ideia era criar jardins resilientes para ter árvores que resistissem às intempéries, porque precisávamos de verde e de sombra."

Naquele ano, o largo havia acabado de passar por uma reforma que o pavimentou com cimento. Sobrou um pequeno gramado onde já havia algumas árvores plantadas, como um pé de guabijú, espécie nativa da mata atlântica.

"Fizemos uma agrofloresta ao contrário. As árvores já estavam lá e plantamos no entorno para criar uma vegetação mais fechada", diz Mariana sobre o sistema que usa plantios de espécies diferentes de forma simultânea para simular o que ocorre na natureza.

> Gosto de chegar em um lugar inóspito, tirar o lixo e começar a plantar. Sair desse lugar e ver as pessoas cuidarem
>
> **Rodrigo Burckauser Robert**
> educador técnico

Para manter as plantas irrigadas nas épocas de estiagem, ela conta que usava uma mangueira longa o bastante para atravessar a avenida Brigadeiro Faria Lima a partir de uma cervejaria parceira no outro lado da via, que a permitia usar a água do estabelecimento.

Na Parada Inglesa, a permacultora e artista plástica Regina Yassoe Fukuhara, 56, começou "de fininho" o cultivo há cerca de dois anos em uma praça perto de sua casa.

Para não chamar atenção, ela conta, enche uma sacola grande com mudas colhidas em seu quintal e as empurra em um carrinho de feira até a praça. As ferramentas também são transportadas escondidas. "Eu estou sempre abarrotada de plantas. É a resistência. Sinto como se a natureza estivesse me usando para disseminar as plantas", diz.

Na empreitada, ela tem como cúmplice uma vizinha que mora em frente à praça. Sem combinar, elas passaram a manter o canteiro em ordem. Quando Regina chegou, ela conta que a vizinha já tinha plantado capim-limão na praça. "É um movimento um pouco à margem, uma coisa meio solitária. Já tentei fazer mutirão, mas não deu certo", diz.

O mesmo problema é enfrentado por Mariana para manter o projeto Batatas Jardineiras, no canteiro em Pinheiros. Atualmente, a missão é desempenhada por ela, uma amiga e um ajudante que recebe R$ 300 por mês para tirar o lixo que se acumula em meio às plantas.

Ele também é responsável por conscientizar os moradores de rua a não transformarem o canteiro em banheiro.

Outro desafio é educar os frequentadores do largo para que não usem as floreiras instaladas em meio aos bancos de madeira como lixeiras. "Conseguimos doação de terra e plantamos boldinho lá, é uma planta bastante resistente."

A Prefeitura Regional de Pinheiros afirmou em nota que há muitas pessoas em situação de rua, com barracas que geram um grande volume de lixo. "No entanto, acontece a varrição diária em toda extensão do largo da Batata para manter o local sem acúmulo de lixo e sujeira."

Jardineiro de guerrilha há 14 anos, o educador técnico Rodrigo Burckauser Robert, 37, explica que o termo ainda é novo no Brasil, embora seja usado na Europa. "Gosto de chegar em um lugar inóspito, tirar o lixo e começar a plantar. Sair desse lugar e ver as pessoas cuidarem", diz.

Isso foi feito em um terreno baldio transformado em depósito irregular de lixo atrás de uma escola estadual no Jaçanã, na zona norte. Hoje, o lugar é frequentado por moradores que colhem as mudas de plantas. "Escolhemos o pior lugar, com mais lixo. A energia do bairro todo muda", diz Robert.

Mais um terreno baldio abriga há cerca de dois anos uma horta comunitária que alimenta cerca de cem famílias em uma ocupação no Jardim Julieta, na divisa da capital paulista com Guarulhos, na Grande São Paulo. "Sempre trabalhei em empresas e comecei a me relacionar com pessoas do movimento ambiental. Não nasci na roça, por isso tive que aprender na prática", diz o professor Beto Corunha, 37, que deu início à horta comunitária como parte do mestrado em ciências sociais.

Hoje, todos os domingos os moradores colhem repolho, couve, coentro, banana, boldo, pimenta, taioba, limão, cana-de-açúcar. "As pessoas fazem fila porque, no geral, comem muito mal", diz Corunha que conta ter começado a horta com apenas uma enxada e precisou de três dias para tirar todo o lixo do terreno.

Jardinagem de guerrilha revitaliza áreas degradadas na cidade

1 **Largo da Batata** (Pinheiros)

2 **Praça Comandante Eduardo Assumpção** (Av. Mal. Eurico Gaspar Dutra, Parada Inglesa)

3 **Ocupação Jardim Julieta** (Rua Irineu Portela, 75, Jardim Julieta)

4 **Autonomia ZN** (Av. Antonelo da Messina, 222, Jaçanã)

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Viveu o sonho de ser cozinheira em seu último ano de vida

ROSICLEIA MARIA DE SOUZA (1966 - 2023)

Samuel Fernandes

são paulo Rosicleia Maria de Souza, chamada de Rosi, adorava cozinhar, mas, por grande parte da sua vida, não viveu esse sonho. Foi somente há cerca de um ano que conseguiu virar cozinheira profissionalmente.

"Há um ano, ela decidiu largar tudo e viver o sonho dela de ser cozinheira, e começou a vender quentinhas. Eu até ajudei ela, e meu irmão entregava", conta a estudante de pedagogia Ana Vitória de Souza, filha de Rosi.

Antes de seguir pelo caminho da gastronomia, Rosi foi empregada doméstica por quase toda a vida. Nascida e criada na favela da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, ela precisou deixar a escola ainda criança, cursando somente até o quinto ano do ensino fundamental, para ajudar os pais na criação dos irmãos —no total, foram 12. "Ela teve uma infância bem complicada e passou por diversas necessidades", diz Vitória.

Com cerca de 20 anos, Rosi teve o primeiro filho, Magno de Souza, a quem criou sozinha. Ela enfrentou dificuldades e teve de se dedicar muito para proporcionar um ambiente saudável para o filho. Vitória relata que a mãe trabalhou bastante para colocar o irmão em uma escola particular.

Segundo a estudante, uma prioridade da mãe era que os filhos tivessem o acesso à educação que ela não teve. "Ela dizia que deveríamos estudar para termos o melhor, porque ela não teve a oportunidade que eu e meu irmão tivemos."

Já Vitória nasceu quando Rosi tinha 32 anos. O pai dela foi presente e, por isso, facilitou a criação para Rosi. Mas foi somente depois de muitos anos que ela conseguiu realizar o sonho de ser cozinheira. "Ela adorava cozinhar e cozinhava superbem", conta a filha.

A empreitada começou há cerca de um ano. Mas tudo mudou quando, há algumas semanas, Rosi teve a notícia de que estava com cardiomegalia, uma condição chamada popularmente de coração grande. "Foi uma coisa muito rápida", narra Vitória.

A cozinheira foi então internada. No hospital, outras complicações surgiram, como um edema pulmonar —quando há acúmulo de líquido no pulmão. Rosi ficou intubada por uma semana antes de morrer.

Desde o diagnóstico da cardiomegalia até o óbito passaram-se cerca de 15 dias. "Essa questão do coração foi o pivô para várias outras questões, como pneumonia", conta a filha, indicando também que a mãe "foi muito guerreira".

Rosi deixa dois filhos e três irmãos.

MARIA LUCIA PETTINATI Aos 72, divorciada. Deixa as filhas Paloma, Bianca e Loretta e os netos Allegra e Romeo. Cemitério Parque das Oliveiras, Mogi das Cruzes.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Fentanil já é encontrado no país misturado a outras drogas

Anestésico que preocupa os EUA tem sido associado a k2, uma maconha sintética

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O fentanil, um fármaco utilizado para sedações em situações de cirurgia e no trato de dores extremas, tem sido encontrado no país como mistura para potencializar drogas. Há relatos de uso do produto no k2, um canabinoide sintético que ainda é uma incógnita para a polícia, e na cocaína.

O consumo do anestésico como entorpecente já preocupa há anos os Estados Unidos, onde é considerado uma superdroga. De 50 a 100 vezes mais potente do que a morfina, a substância opioide é ameaçadora tanto pela dependência que pode causar quanto pelo risco de morte.

Em fevereiro, a Polícia Civil do Espírito Santo encontrou 31 ampolas desviadas do anestésico, cujo nome técnico é citrato de fentanila, no que foi chamada de primeira apreensão da substância no Brasil. Mas ela já tem sido identificada há tempos por investigadores e pesquisadores.

"Tivemos um caso de intoxicação neste ano em que foi encontrado canabinoide sintético e fentanil na amostra de sangue do paciente", relata o professor José Luiz da Costa, coordenador do Centro de Informação e Assistência Toxicológica da Unicamp, no interior de São Paulo.

O professor afirma ter atendido nos últimos três meses diversas pessoas que se mostraram surpresas ao terem o fentanil detectado no sangue. Em casos assim, a primeira pergunta feita pelos médicos aos pacientes é se eles haviam passado por um processo de sedação para serem intubados, o que é negado.

"A hipótese que nós temos é que isso está sendo misturado nas drogas, porque as pessoas que estão chegando aqui usando fentanil, mas não confirmam esse consumo, e sim de outras drogas", explica o toxicologista.

Em São Paulo, o fentanil já é apreendido há mais de uma década. Entre 2020 a 2022, 1.229 frascos da substância, totalizando 12,2 litros, foram apreendidos pelo Denarc (Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico), segundo a SSP (Secretaria da Segurança Pública). Neste ano, houve uma apreensão no dia 8 de fevereiro, em Carapicuíba, na Grande São Paulo, resultando no recolhimento de 810 gramas.

Normalmente encontrado em estado líquido, o fármaco pode se transformar em substância sólida ao ser esquentado.

Uma das primeiras apreensões no estado foi registrada em 2011, quando policiais militares entraram em uma residência em São Mateus, na zona leste da capital, e apreenderam, além de frascos com citrato de fentanila, 16 quilos de maconha e cocaína e ampolas de outros medicamentos, como epinefrina, éter, neocaína e potes de sulfato de magnésio.

Costa alerta para o perigo do uso do fentanil. "Doses tão pequenas quanto 2 mg de fentanil podem ser fatais. E a dependência por opioides é uma das mais difíceis de se tratar", acrescentou. Além de efeitos alucinógenos e de euforia, a substância pode causar paralisia nos pulmões e levar a parada cardíaca.

É justamente a dependência que pode estar levando o material de compra controlada a ser misturado nas drogas. "A razão dessa mistura pelo traficante a gente não consegue explicar. Cocaínas e opioides têm ação diferente. A hipótese pode ser tentar aumentar a dependência", afirma o especialista.

A conclusão também acende o alerta da Polícia Civil, que tem visto a apreensão do k2 aumentar, mas ainda longe da quantidade apreendida de maconha ou cocaína, ressalta o delegado Fernando Santiago, do Denarc.

"Ele já é usado como insumo de cocaína já faz algum tempo. Não é anormal quando se derruba um laboratório de drogas você achar fentanil, é que ele é mais caro. Então, normalmente, para compensar o uso do fentanil, tem que ser desviado de hospital", afirma.

O delegado também afirma ter conhecimento do possível uso do medicamento na mistura de k2.

"Como é algo novo no mercado brasileiro, cada traficante tem a sua própria receita e pode colocar alguma coisa diferente. Por exemplo, já está se ouvindo traficante colocando fentanil, tem gente que usa com cocaína. Para potencializar a droga, o céu é o limite", diz Santiago.

No final de 2022, o delegado Carlos César Castiglioni, também do Denarc, explicou à reportagem o método utilizado pelos criminosos na fabricação da droga sintética.

Segundo ele, os criminosos trituram folhas, flores e até temperos, como orégano, borrifando-os posteriormente com a substância sintética. Nesse caso, a droga é chamada de k2. O líquido, acrescentou, também é borrifado em papéis cartonados, sendo conhecido assim como k4. É com esta última fórmula que a substância entra no sistema carcerário.

Por causa disso, a SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) proibiu, desde o ano passado, a entrada de papel sulfite nas unidades prisionais paulistas, além de restringir o número de fotos e outros impressos enviados por correspondência.Dados da pasta na época indicavam aumento de 1.863% nas apreensões de k4, comparando os 72 casos de 2018 com as 1.414 ocorrências de 2021.

> Tivemos um caso de intoxicação neste ano em que foi encontrado canabinoide sintético e fentanil na amostra de sangue do paciente
>
> **José Luiz da Costa**
> coordenador do Centro de Informação e Assistência Toxicológica da Unicamp

> Como é algo novo no mercado brasileiro, cada traficante tem a sua própria receita e pode colocar alguma coisa diferente. Por exemplo, já está se ouvindo traficante colocando fentanil, tem gente que usa com cocaína. Para potencializar a droga, o céu é o limite
>
> **Fernando Santiago**
> delegado do Denarc

Barcos participam das buscas pelos desaparecidos em Bertioga (SP) Rubens Cavallari/Folhapress

Naufrágio em Bertioga deixa um morto e dois desaparecidos

Tulio Kruse e Isabela Palhares

BERTIOGA (SP) E SÃO PAULO Uma pessoa morreu e duas estão desaparecidas após uma embarcação naufragar na madrugada deste sábado (8) em Bertioga, no litoral de São Paulo.

Segundo o GBMar (Grupamento de Bombeiros Marítimo), 12 pessoas estavam a bordo quando a embarcação foi atingida por fortes ondas. O acidente ocorreu a cerca de 1 km do Canal de Bertioga, próximo ao centro da cidade.

Ainda segundo os bombeiros, a pessoa que morreu era um homem de 68 anos. Até a noite deste sábado, as buscas continuavam pelos dois desaparecidos, que tem 64 e 65 anos.

Testemunhas afirmam que os sobreviventes foram encontrados agarrados a pedaços de madeira e isopor. Todos estavam com cheiro de combustível da embarcação, exaustos e com hipotermia.

Segundo o relato, o socorro veio após um dos dois tripulantes conseguir nadar até a praia e chegar, após perder as roupas no naufrágio, até o Hotel 27. Em choque, já debaixo de um cobertor, ele contou do naufrágio: "meu barco afundou, tem mulheres e idosos."

Um funcionário do hotel ligou para o pescador Rodrigo Vidal, 47, que acionou os colegas que trabalham no cais.

Um dos primeiros a ser encontrado foi o piloto do barco, agarrado a um botijão de gás. Depois, o filho de um dos pescadores ouviu gritos na água.

Depois, com a ajuda dos bombeiros, eles acharam mais três pessoas, já cansadas de tanto nadar. Eram parte do grupo de amigos e familiares que haviam alugado o barco. Depois, outras quatro pessoas foram encontradas com vida.

"Mais cinco minutos e acho que eles morriam", disse Vidal.

O grupo voltava da ilha Montão de Trigo, onde haviam ido pescar. Segundo os relatos dos pescadores, a embarcação virou pouco antes de 0h, e os pescadores partiram para o resgate à 1h10.

Defesa Civil alertou ainda na quinta-feira (6) para a ocorrência de fortes chuvas e ventos em todo o litoral paulista.

De acordo com o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), a região litorânea entrou em estado de alerta vermelho para fortes chuvas na sexta-feira (7), com a possibilidade de precipitação acima de 100 mm em 24h.

As pancadas de chuva ocorrem pela chegada de uma frente fria que veio da região oceânica próxima ao litoral do Paraná e se espalhou pelo litoral paulista, e agora segue em direção ao estado do Rio de Janeiro.

> Mais cinco minutos e acho que eles morriam
>
> **Rodrigo Vidal**
> pescador que ajudou no resgate dos sobreviventes

Adams Carvalho

O papa papa glúten

Tratar o glúten a pontapés é cuspir no prato que comemos

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

Se não me engano, foi nos estertores dos anos oitenta que a medicina revelou o presente de grego escondido no PF do brasileiro. O exército inimigo, desta vez, não vinha dentro da cavalgadura, mas em cima: era o ovo no filé a cavalo –de Tróia. Os ovos mexidos do café, a omelete rapidinha pro jantar, a gemada fortificante da infância e da velhice, a gloriosa gema mole mergulhada pela casca do pão: venenos mortais. Como se as galinhas, de uma hora pra outra, tivessem parado de botar ovos para expelir granadas prontas a penetrar nossas correntes sanguíneas e explodir as coronárias.

Alguns anos depois, vieram atrás da lactose. (Parecia haver uma ponta de sadismo na escolha dos cientistas, mandando ao Index Refeitorum Prohibitorum justamente as comidas aparentemente mais inocentes, aquelas que as nossas mães nos ofereciam ao raiar do dia).

Cólicas, náusea, rinite, tosse, asma, diarreia, prisão de ventre; até hemorroidas puseram na conta do leite. Como, no entanto, nunca tive o leite muito em conta, dei pouca bola.

Quando chegaram no glúten, contudo, encrespei. Eu sei que não é de hoje: faz décadas que atacam o pão, mas certos crimes não prescrevem. Principalmente aqueles que atentam contra a humanidade. E há alimento mais difundido pelos quatro cantos do mundo do que o pão?

O corpo de Cristo contém glúten. O matza (ou pão ázimo), que os judeus preparavam a cada chance de fuga do cativeiro Egípcio, também. A "última flor do Lácio" tem tanto glúten que nos leva a divagar: seria esta flor uma flor de trigo? "O pão nosso de cada dia". "Pão, pão, queijo, queijo". "Por fora, bela viola, por dentro, pão bolorento".

É verdade que "nem só de pão vive o homem", mas chego a pensar que é pior uma vida sem ele do que "passar a pão e água". (Desde que, claro, ao lado da água não esteja "o pão que o diabo amassou").

Ingratidão. Não tem outra palavra. Tratar o glúten a pontapés, como fizemos nas últimas décadas é cuspir no prato em que comemos por milênios.

Em 2017, alguns bispos escreveram ao papa Francisco perguntando se era ok hóstias sem glúten. O Vaticano foi peremptório: não. (Acho que foi a primeira vez que concordei com uma opinião do Vaticano). Trigo geneticamente modificado, afirmou o papa, beleza. Mas a Eucaristia sem glúten, nem pensar. Seria como aceitar um Cristo sem coluna vertebral –ou talvez sem músculos, só pele e osso? (A última conjectura é minha, o senhor Bergoglio não tem nada a ver com isso).

Leitor celíaco, leitora celíaca, não é a vocês que me dirijo. Evidente que, por questões de saúde, os alérgicos ao glúten não podem consumi-lo. Mas segundo a Organização Mundial de Saúde, apenas 1% da população mundial sofre da doença. E segundo do tenho notado, boa parte das pessoas que eu conheço tá cortando pão, macarrão, bolo e cerveja da dieta.

Na esteira da crise de 2008, os ativistas do movimento "Occupy Wall Street", acampados nas ruas e praças do setor financeiro de Nova York, cantavam: "We are the 99%!". Amantes do pão, do bolo, da cerveja e do macarrão: nós também somos os 99%! Entoemos, como eles, este canto. Façamos bonés "Make Glúten Great Again!".

Exijamos pão para as massas –e massas para as massas, também. Se não agirmos agora, mais dia, menos dia, vamos abrir os olhos e descobrir que sobraram apenas pão de chia, macarrão de quinoa e bolo de farelo de jaca desidratada. É este o mundo que você deseja deixar aos seus filhos? Eu não –e o papa Francisco tampouco.

| DOM. Antonio Prata | **SEG. Marcia Castro**, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

ambiente

Projeto quer provar que o rio Amazonas é maior que o Nilo

Expedição científica usará barco ecológico criado por faculdade pública de SP

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO Um grupo formado por professores e alunos das Fatecs (Faculdade de Tecnologia de São Paulo) do Tatuapé, na zona leste da capital paulista, e de Jaú, no interior do estado, estão participando da construção de três embarcações que farão parte de um programa que pretende confirmar que o Amazonas, com cerca de 7.000 km, é o rio com a maior extensão no mundo.

Um estudo do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), de 2008, aponta que o Amazonas chega a 6.992 km, superando o tamanho do rio Nilo. O rio que cruza o Egito e o Sudão tem 6.852 km de extensão.

Os barcos serão usados no programa Rio Amazonas — do Gelo ao Mar. Além de buscar a confirmação científica de que o rio é o mais extenso do planeta, a expedição vai catalogar a biodiversidade do local defendendo o uso de energia limpa.

A expedição coordenada pelo navegador Yuri Sanada partirá do rio Mantaro, nascente recém-descoberta no Peru, indo até o Oceano Atlântico, em abril de 2024.

"Sempre quis fazer um projeto diferenciado, mais científico, na Amazônia, e mostrar a realidade. [O rio Amazonas] tem muitas áreas inexploradas, então a intenção do projeto é percorrer inteiro e fazer a documentação da biodiversidade ao longo do trajeto", diz Sanada.

O principal desafio dos envolvidos na iniciativa é montar barcos resistentes com materiais acessíveis e sustentáveis. "Participar de um projeto desse porte ajuda os alunos, principalmente na visualização da aplicação de forma prática dos conhecimentos adquiridos nas aulas", diz Alex Almeida Prado, 44, professor de construção naval da Fatec Jahu.

Além dos professores, o programa tem a participação de dois alunos do curso superior tecnológico de construção naval e outros cinco estudantes dos cursos da área naval da Fatec Jahu.

"Contatamos os alunos para trabalharem com PBL (do inglês Problem-Based Learning), aprendizagem por meio de problema. A gente apresenta o problema para os alunos, eles fazem uma pesquisa mais aprofundada, vão a campo e propõem soluções. A partir de um problema real, eles aplicam a teoria aprendida em sala de aula", explica Flávio Ventura, 43, professor da disciplina de projeto de produto.

O trabalho de construção dos barcos será dividido entre as duas Fatecs. Prado vai coordenar a montagem do casco e do motor, enquanto outros dois professores ficarão com o desenvolvimento do assento e do pedal das embarcações.

"Uma das questões principais é tentar fabricar de maneira mais limpa possível. Já tem a energia solar e a produção da energia através da pedalada, além dos materiais que serão utilizados no desenvolvimento do casco. A ideia é usar o máximo de material alternativo", diz Rosângela Monteiro dos Santos, 39, professora de ergonomia no curso de gestão de produção industrial da Fatec Jahu.

As embarcações serão do tipo trimarã, compostas de três cascos —um maior no meio e dois menores ao lado— feitos com fibras naturais, como cânhamo e juta, e resina vegetal à base de óleo de mamona. Serão movidos a energia solar e também por meio de pedais.

"Estamos vendo até que ponto a gente pode usar esses tipos de materiais ecológicos mantendo a segurança. É uma navegação longa, de quase 7.000 km, com apoio a cada 30 dias em regiões inóspitas. Temos a preocupação de usar materiais que já exista um certo conhecimento do comportamento deles. Os que a gente não tem ainda, estamos fazendo testes de resistência", diz Prado.

Por causa da duração da expedição, os professores estão trabalhando em protótipos para encontrar uma forma de adaptar o assento às necessidades da jornada.

"Não é um assento só para pedalar ou para descansar. Tem que pensar no uso durante todas as etapas, que serão meses. Tem que ficar interagindo com quem vai usar e projetando, ver quais são as necessidades e tentar resolver de acordo com o que a gente imagina que vai acontecer", diz Rosângela Monteiro.

O motor para a embarcação também está sendo projetado do zero. As peças estão sendo criadas por meio de uma impressora 3D, passarão por testes para serem fabricadas em metal e montadas na estrutura do equipamento.

"Junto com a Fatec pensamos em criar um motor nosso, que não se conecta a internet, não tenha bluetooth, mas que leve do ponto A ao ponto B. Esse motor vai custar um décimo do que custaria um importado", que estaria na casa dos US$ 5.000 (R$ 25,6 mil), diz Sanada.

Após o uso na expedição, as embarcações serão doadas para as populações ribeirinhas da região e tribos indígenas. A ideia é também doar a tecnologia desenvolvida.

"No Xingu, por exemplo, se comunicam muito por meio de barcos. Se conseguir dar para eles um motor elétrico solar ou a pedal, que eles possam ir de uma aldeia a outra, é uma mudança total na vida", diz Sanada.

A concepção dos barcos está na fase de testes com protótipos, mas a meta é fazer um material abaixo do valor de mercado. Um modelo importado, segundo Sanada, gira em torno de R$ 30 mil. Os organizadores também estão buscando parcerias para arcar com os custos.

Segundo o navegador, a expedição vai ser transformada em algumas produções, como uma websérie, um longa Imax (filmado com câmeras especiais para telas maiores que as de cinema comuns) e um documentário educacional, que deverá ser distribuído em museus de 40 países.

"Temos aprovado em lei audiovisual R$ 6 milhões para fazer o longa-metragem e produções derivadas. Mas o filme Imax, que tem coprodução internacional, [o custo] é bem mais alto. Por isso, estamos buscando esta parte do orçamento nos Estados Unidos."

Ao final da expedição, o programa deverá ter como extensão um projeto com cientistas, chamado "21 Projetos para a Amazônia no Século 21".

Protótipo do barco que será usado na expedição pelo rio Amazonas AventuraComBr no YouTube

Projeto envolve a criação de um banco adaptado com pedais para a longa travessia Arquivo pessoal

> Participar de um projeto desse porte ajuda os alunos, principalmente na visualização da aplicação de forma prática dos conhecimentos adquiridos nas aulas
>
> **Alex Almeida Prado, 44**
> professor de construção naval da Fatec Jahu

Órgão federal suspende megaprojeto turístico em Boipeba (BA)

Jéssica Maes

SÃO PAULO A SPU (Secretaria de Patrimônio da União), vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, paralisou o processo de instalação de um megaempreendimento turístico na ilha de Boipeba, em Cairu, na Bahia.

O projeto, que deve ocupar uma área de 1.651 hectares de mata atlântica, é alvo de protestos das comunidades locais, que reivindicam que na região vivem povos tradicionais.

Em despacho assinado pelo secretário, Lúcio Geraldo de Andrade, enviado nesta quinta-feira (6) à empresa Mangaba Cultivo de Coco, a SPU suspende por 90 dias os efeitos da "transferência de titularidade" da propriedade até que sejam esclarecidos "os possíveis vícios do processo".

A região é uma área pública federal e a titularidade foi transferida para a Mangaba, responsável pela obra, em abril do ano passado. Andrade assumiu o posto no final de fevereiro deste ano. Ele é advogado, foi servidor de carreira do Incra e passou pelo Ministério da Pesca.

A secretaria determina, ainda, que não seja executada nenhuma obra ou benfeitoria no local até que se apure se o empreendimento "atende à legislação patrimonial" e que seja publicada uma portaria que delimite o perímetro do território tradicional da comunidade de Cova da Onça.

Procurado, o sócio gestor do projeto, Marcelo Stallone, se pronunciou em nota afirmando que a empresa prima "pelo cumprimento irrestrito da legislação e do devido processo legal" e que buscará "demonstrar a regularidade da ocupação da área pela Mangaba".

"Esperamos que tudo seja resolvido o mais rápido possível, em observância ao direito de todos", declara.

A licença para o empreendimento foi concedida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos no início de março e prevê que sejam construídos um condomínio residencial com 67 lotes, duas pousadas, infraestrutura viária, píer e pista de pouso. A área de 1.651 hectares equivale à de dez parques Ibirapuera, em SP.

A droga leve da Páscoa

Divino, chocolate existe para partilhar com quem se ama, crentes, pagãos ou ateus

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Ovos de Páscoa guardam muito mais camadas do que as de chocolate aderidas a uma forma. Quem come o doce, neste domingo de alegria ressuscitada, nem imagina quanta história e quanta química cabe dentro desse signo ancestral de fertilidade gourmetizado para o paladar contemporâneo.

Ovos de Páscoa já existiam na Europa bem antes de ali chegar o chocolate. Ovos de galinha eram presenteados para encerrar o jejum da Quaresma, ou pintados com a cor do sangue de Cristo para lembrar sua paixão (sofrimento).

Como receptáculos de vida nova, os ovos simbolizam a ressurreição. Ou então, uma vez drenados de conteúdo e decorados, o sepulcro vazio do Messias renascido. A simbologia é pródiga, renovada a cada geração que comemora a festa em família.

A incorporação do cacau constitui ainda uma marca daquele que foi talvez o maior encontro de civilizações da história, entre Velho e Novo Mundo. (Sim, foi também, e principalmente, um choque de civilizações, com proporções genocidas sob o tacão colonizador, mas o dia hoje não é para verdades amargas.)

Amargo, de toda forma, era o sabor da bebida preparada com o pó das drágeas da árvore Theobroma cacao por povos originários do México e outras partes da América. Na Europa, acabou misturado com açúcar e leite, alquimia que o transmutou na delícia do chocolate, como bebida ou sólido.

O primeiro nome científico da planta, que em latim quer dizer algo como alimento dos deuses ou manjar divino, poderia sugerir algum elo com a religião cristã e a Páscoa, só que não. É apenas uma celebração de seu sabor celestial.

Do mesmo gênero é o cupuaçu (Theobroma grandiflorum). Ambas as iguarias cabem bem na classe dos aptônimos, como diria o confrade Claudio Angelo, na qual o nome da coisa ou da pessoa combina à perfeição com seu traço mais saliente —como Marília Marreco, secretária de Meio Ambiente e Proteção Animal do DF.

Do nome feliz se batizou o principal alcaloide do cacau, a teobromina. Trata-se de uma xantina, estimulante próximo da cafeína. Embora com efeito menos pronunciado sobre o cérebro que o café, persiste a lenda de que o chocolate pode também estimular a cognição.

Já entre os povos originários da América se atribuíam ao cacau vários benefícios para a saúde, até mesmo afrodisíacos (outra associação com fertilidade e reprodução, mas que não combina muito com a Páscoa em família). Certo é que chocolate baixa a pressão sanguínea e acelera os batimentos cardíacos.

Mais duvidosa é a crença de que chocolate cause dependência, ou pelo menos que o responsável por tornar as pessoas chocólatras seja a teobromina, prima da cafeína. O alcaloide típico do cacau tem mais dificuldade que o do café para ultrapassar a barreira hematoencefálica e chegar ao cérebro, sugerindo que a culpa recaia mais sobre o açúcar e a gordura das barrinhas viciantes.

Embora sem propriedade psicoativa destacada, ingere-se o cacau —amargo, preparado só com água, eventualmente com especiarias— como sacramento em cerimônias de povos indígenas do México, por exemplo. É considerado uma planta sagrada, como os potentes tabaco (nicotina) e peiote (cacto com o psicodélico mescalina).

Melhor parar por aqui, pois a conversa que começou com ovos de Páscoa já caminha para soar pecaminosa a ouvidos cristãos. Celebrem-na com os seus e com chocolate, ou qualquer outro alimento. Divino, de verdade, é poder sentar-se à mesa e compartilhar as dádivas da natureza.

equilíbrio

O estudante dinamarquês Lasse Haldrup, 23, que vende seu esperma para um banco; país é o maior exportador do produto na Europa Patrícia Figueiredo/Folhapress

Sem tabus, Dinamarca domina exportação de esperma na Europa

Interessados recebem até R$ 370 por doação; brasileiros preferem perfil escandinavo, segundo especialista

Patrícia Figueiredo

AARHUS (DINAMARCA) O estudante Lasse Haldrup, 23, vive em Aarhus, uma cidade de pouco mais de 300 mil habitantes na região central da Dinamarca. Em vez de trabalhar meio período em um restaurante, como fazem vários de seus amigos, Lasse tem outra ocupação: ele é doador de esperma em um banco de sêmen, onde fatura pelo menos € 450 por mês (cerca de R$ 2.500) graças a uma frequência média de três doações por semana.

"Para mim, é uma oportunidade de ajudar as pessoas que querem ter filhos e ao mesmo tempo ganhar algum dinheiro, e assim eu não preciso procurar um emprego de meio período. Eu sinto que é uma situação em que todos saem ganhando: você ajuda as pessoas, e é pago por isso", diz Haldrup.

A Dinamarca é o principal exportador de amostras de esperma na Europa, um comércio aquecido graças à popularidade dos procedimentos de inseminação artificial ou fertilização in vitro no continente. Agora, empresas de outros países estão de olho em novos compradores —inclusive o Brasil. O Cryos International, que se intitula o maior banco de esperma do mundo, lançou recentemente uma versão em português do seu site, e contratou funcionários especializados na América Latina.

Atualmente avaliado em US$ 4,6 bilhões, o mercado global de bancos de esperma deve crescer cerca de 4% a partir de 2023 e chegar a US$ 5,6 bilhões até 2027, segundo a consultoria Expert Market Research.

Neste cenário bilionário, as amostras de homens dinamarqueses dominam a Europa, com dois dos maiores bancos de sêmen do continente. Além do Cryos, que tem cerca de 1.000 doadores, há ainda o European Sperm Bank, com sede em Copenhague e mais de 500 contribuintes regulares.

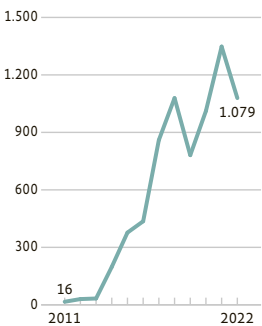
Na Bélgica, por exemplo, 6 em cada 10 bebês concebidos por meio de doações de esperma têm pais biológicos dinamarqueses, de acordo com um levantamento obtido pelo jornal local Het Laatste Nieuws. No Reino Unido, mais da metade dos doadores são estrangeiros, sendo 21% da Dinamarca, segundo dados da agência britânica de fertilidade e embriologia (HFEA, na sigla em inglês).

Países da Europa costumam permitir que as doações de esperma sejam remuneradas e que as famílias escolham o doador, inclusive entre estrangeiros. Na Dinamarca, os clientes podem navegar por catálogos digitais com fotos e filtrar os perfis por atributos físicos ou profissões, em um esquema parecido com o de sites de namoro. O país também permite que os doadores escolham se querem ser anônimos ou se autorizam que os filhos biológicos os procurem ao completarem 18 anos.

No Brasil, a legislação determina que a doação de esperma é um ato voluntário, ou seja, o doador não pode ser pago. Além disso, apenas algumas características físicas podem ser divulgadas para as famílias, e a doação via bancos de sêmen é sempre anônima.

Para conceber uma criança com esperma importado no Brasil, um banco de sêmen sediado no país deve solicitar uma autorização especial da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). De 2014 a 2016, foram emitidas anuências para a importação de 1.011 amostras, segundo os últimos dados divulgados pela agência. O órgão não informa quais são os países de origem.

O processo para se tornar um doador de esperma nos principais bancos da Dinamarca é longo: os candidatos são submetidos a vários exames médicos, testes que detectam até 300 doenças genéticas, além de questionários psicológicos. Só 4% a 5% são aprovados ao final da seleção. Os escolhidos recebem de € 40 a € 67 por doação, e podem ceder as amostras até quatro vezes por semana.

Número de amostras de sêmen importadas no Brasil

Fonte: Anvisa

> Para mim, é uma oportunidade de ajudar as pessoas que querem ter filhos e ao mesmo tempo ganhar algum dinheiro, e assim eu não preciso procurar um emprego de meio período
>
> **Lasse Haldrup, 23**
> estudante e doador

Nos centros de doação há salas privativas para os doadores, equipadas com banheiro, cama e uma TV touch screen conectada a um site pornô. Algumas empresas disponibilizam até óculos de realidade virtual que exibem conteúdos pornográficos de forma imersiva. Segundo o executivo Martin Lassen, do Cryos International, o dispositivo pode tornar a experiência de masturbação mais realista e resultar em amostras de esperma de melhor qualidade.

Na fachada, nos corredores e na recepção do escritório da empresa em Aarhus, quase nada denuncia que ali funciona um banco de sêmen, mas o negócio tampouco é escondido ou tratado como tabu. Espalhadas pela cidade, propagandas desta e de outras empresas convidam homens a se tornarem doadores em anúncios que os comparam a bombeiros. "Alguns salvam vidas, outros dão vida", diz o cartaz.

"Se você perguntar a qualquer jovem dinamarquês, ele com certeza já viu um anúncio de um banco de esperma no ponto de ônibus ou recebeu um folheto na sua caixa de correio. Eles se acostumaram tanto com isso que, hoje em dia, é uma coisa natural, faz parte da nossa cultura. Todo mundo conhece alguém que é doador de sêmen", diz Annemette Arndal-Lauritzen, CEO of European Sperm Bank.

Segundo Sebastian Mohr, autor do livro "Being a Sperm Donor – Masculinity, Sexuality, and Biosociality in Denmark" ("Ser um doador de esperma – masculinidade, sexualidade e biossocialidade na Dinamarca"), a cultura do país favorece as doações. A liberdade sexual e o altruísmo que são atribuídos ao país podem explicar a maior propensão para contribuir. De acordo com o autor, para muitos dinamarqueses, doar esperma não é um tabu, mas uma boa ação.

Apesar das propagandas que relacionam doações e solidariedade, o comércio de esperma ainda é território de discussões éticas. Uma das principais questões é quantas vezes o sêmen de um mesmo doador pode ser comercializado. Quanto maior este número, maior o risco de que dois irmãos tenham filhos consanguíneos sem saber do parentesco.

Embora não exista um limite mundial, vários países estabelecem regras próprias para mitigar o risco: na Holanda, um mesmo doador pode fornecer esperma para até 25 famílias.

Já na Dinamarca, o limite é de 12 famílias, enquanto a Espanha autoriza apenas seis. No Brasil, não existe determinação legal, mas uma resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) orienta que médicos evitem "que um doador venha a produzir mais do que uma gestação de criança de sexo diferente numa área de 1 milhão de habitantes".

Os bancos de sêmen também criam limites próprios para cada doador: as amostras de esperma de Lasse Haldrup, por exemplo, podem ser usadas por até 75 famílias diferentes, espalhadas pelo mundo todo. Alguns doadores, porém, têm limites maiores e podem gerar até 200 filhos.

Outro debate frequente é sobre a objetificação dos doadores, que são apresentados em catálogos. Críticos afirmam que a prática poderia favorecer os dinamarqueses, geralmente loiros, altos e de olhos claros —características desejadas por muitos dos clientes dos bancos de esperma. Em algumas empresas do país, doadores que aceitam compartilhar fotos de si já adultos recebem mais dinheiro por doação.

Katty Tataje, gerente de marketing para América Latina no banco Cryos International, confirma que mesmo o público latino, que muitas vezes tem características físicas diferentes, costuma optar por doadores com perfil escandinavo.

"Eu diria que provavelmente apenas um dos pedidos que eu recebi do Brasil parecia estar interessado em um perfil que pode ser mais local, com pele morena e olhos escuros. Todos os outros indicam perfis mais escandinavos", diz.

A identidade dos doadores também é alvo de dilemas éticos: enquanto alguns países permitem a procura do pai biológico no futuro, como é o caso da Alemanha, da Holanda e do Reino Unido, outros só autorizam a doação anônima, como na Espanha, Hungria e Polônia.

A Dinamarca autoriza os dois tipos de doação. Lasse Haldrup escolheu ser um doador aberto, e diz não se preocupar com o risco de ser contatado por muitos ao mesmo tempo.

"Não me importo de dizer às pessoas que sou doador de esperma, e também não me preocupa que eles possam me procurar quando completarem 18 anos. É o que eu provavelmente gostaria de fazer, se fosse comigo", diz Haldrup.

Teste de saúde mental viraliza, mas diagnóstico demanda profissional

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Testes psicológicos sobre saúde mental ganharam o Tiktok e outras redes sociais nas últimas semanas, repetindo um fenômeno visto em 2022. O mais famoso deles mede os níveis de depressão, ansiedade e estresse por meio de 21 perguntas feitas em um questionário aplicado clinicamente. Especialistas ponderam, porém, que diagnóstico e tratamento devem ser feitos e acompanhados por um profissional de psicologia ou de psiquiatria.

"O meu deu depressão severa, ansiedade severa e estresse grave. Eu não esperava por esse resultado, fiquei e ainda estou muito assustada", relatou Sofia Melo no post de Kamili Santos.

O vídeo de Santos contando o índice obtido no teste DASS-21 (Depression Anxiety Stress Scales-21, em inglês) teve 15,5 mil visualizações, 65,4 mil curtidas e mais de 2.000 comentários até a última terça (4).

O questionário é um dos mais utilizados e foi criado em 1995 por psicólogos da Universidade de New South Wales.

Validado em 2013 para o público brasileiro, tem sido adaptado desde então por diversos estudos. Um deles, publicado em 2016 por pesquisadores da UFRGS (federal do Rio Grande do Sul), investigou como as 21 questões do DASS-21 poderiam ajudar a medir a intensidade dos sintomas da depressão, da ansiedade e do estresse em adolescentes.

Após avaliarem 426 jovens de 12 a 18 anos de escolas públicas de Porto Alegre, nomearam a versão como EDAE-A (Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse para Adolescentes).

O neuropsicólogo Bruno Moraes de Souza disponibilizou o teste em seu site profissional, mas reforça que o questionário é uma ferramenta informativa e não foi publicado com a finalidade de captar pacientes ou gerar lucro.

"É um conteúdo que visa instrumentalizar as pessoas para conseguirem entender se estão apresentando sinais de que precisam buscar atendimento psicológico. Deixamos muito claro que os testes não servem para diagnóstico, e sim para um levantamento sintomático geral", afirma.

O médico Rodrigo Huguet, psiquiatra e membro da diretoria da AMP (Associação Mineira de Psiquiatria), afirma que o questionário não é capaz de trazer um diagnóstico, mas um sinal de que está na hora de prestar atenção.

"Se a pessoa fizer um teste, pode ser um indicativo de que ela pode ter depressão, pode ter um transtorno de ansiedade, mas não dá o diagnóstico. Se ela estiver sentindo sintomas emocionais que durem muito tempo, mais de duas semana ou que estejam causando muito sofrimento e não tenha um contexto que justifique, indicamos um especialista", diz Huguet.

Para o médico, mais do que responder a um teste, a pessoa precisa observar a si própria, notando se está muito angustiada, ansiosa, triste ou com pensamentos ruins. Crises de ansiedade e medo de sair de casa são outros pontos de atenção. "Para ter o diagnóstico tem que procurar um profissional e conversar com ele."

Andarilho da bola, Bruno Mezenga tenta ofuscar o fenômeno Endrick

Veterano marcou dois gols na primeira perna da decisão do Paulista; jovem espera dar o troco

PALMEIRAS
ÁGUA SANTA
16h, no Allianz Parque
Na TV: Record, YouTube, HBO Max, Paulistão Play e Premiere

Alex Sabino

Bruno Mezenga, 34, tem longa trajetória no futebol Divulgação

Endrick, 16, é cercado de expectativas Nelson Almeida - 3.nov.22/AFP

SÃO PAULO Quando Endrick nasceu, Bruno Mezenga já tinha atuado como profissional.

No momento em que Endrick despontava como candidato a novo fenômeno do futebol brasileiro, Mezenga estava na reserva do CSA, na Série B do Brasileiro.

Os dois atacantes fizeram todos os gols da primeira partida da decisão do Campeonato Paulista, vencida pelo Água Santa por 2 a 1. Mas, enquanto a grande revelação de 16 anos está pressionada de forma precoce, o veterano de 34, discreto na maior parte da carreira, desponta como o destaque ofensivo da competição.

Neste domingo (9), o Palmeiras de Endrick recebe o Água Santa de Mezenga, pelo segundo jogo da final. O clube de Diadema joga pelo empate para obter o inédito título. Vitória dos donos da casa pela diferença mínima provocará disputa de pênaltis.

"É a nossa oportunidade. E, talvez, a gente não tenha outra", afirmou o centroavante do Água Santa.

Ser campeão, para o time alviverde, significará manter a rotina. É sua quarta final consecutiva no torneio, que venceu em 2020 e em 2022. Uma regularidade que ainda é buscada por Endrick.

O jovem começou 2023 quase como certeza de gols. Pedido de maneira incessante pela torcida no ano passado, quando estava no banco de reservas, passou a ter cada vez mais chances. Mas seu primeiro gol na temporada ocorreu apenas no último domingo.

Ele já sofria com críticas e pressões anormais para um atleta de tão pouca idade

"Às vezes me pergunto por que colocaram tanta mídia em mim. Eu não pedi isso. Não tem o que fazer, não dá para pedir que as pessoas não falem da minha vida", reclamou Endrick, à revista GQ Brasil.

O garoto apareceu na imprensa nos últimos dois anos não apenas pelos gols na base e pelo talento em campo mas também por causa dos patrocinadores. Ele tem contrato com marca de material esportivo, empresa de odontologia e casa de apostas —nem tem idade legal para apostar.

Pelo que ele fez antes de ser profissionalizado, o Real Madrid aceitou pagar 72 milhões de euros (R$ 397 milhões pela cotação atual) para comprá-lo. Ele chegará ao clube quando completar 18 anos.

Talvez o seu caminho se cruze com o de Mezenga no Campeonato Brasileiro de 2023. O artilheiro do Água Santa (sete gols) no torneio estadual deve assinar com o Santos.

Será a volta, aos 34 anos, de Mezenga a um dos grandes do país. Revelado pelo Flamengo, estreou aos 16 (a idade que Endrick tem hoje), no Nacional de 2005. Fez parte, apesar de ter jogado pouco, do elenco que conquistou o título brasileiro de 2009. Mas, com poucas chances, peregrinou por Austrália, Polônia, Sérvia e Indonésia. Sempre sem brilho.

Também esteve no São Caetano, no Vila Nova e CSA. Anotou poucos gols.

Destacou-se enfim na Ferroviária, em 2021, aos 32 anos. Acabou artilheiro do Paulista (nove gols) e eleito o melhor atacante do torneio. A glória pode vir agora.

"Ele não é apenas o cara que faz os gols. É o jogador da última bola, mas também é quem pressiona a saída de bola muito bem", declarou o técnico Thiago Carpini.

Isso ficou claro na semifinal, contra o Red Bull Bragantino. Ele cercou o goleiro, o que ajudou no erro que provocou o empate do Água Santa. O time depois venceria nos pênaltis.

Bruno Ferreira Mombro Rosa ganhou o apelido Mezenga, o que o faz ter o mesmo nome do personagem da novela "Rei do Gado", quando estava no futsal. Como o treinador gostava da trama e havia três jogadores chamados Bruno na equipe, o artilheiro recebeu a alcunha do protagonista interpretado por Antônio Fagundes.

A oscilação de Endrick era o temor que Abel Ferreira tinha e o que lhe impedia de dar ao garoto um lugar entre os titulares tão cedo. A avaliação era que seria normal um atacante tão jovem não manter a consistência em campo. A seca de gols fez com que a promessa palmeirense parasse de prestar atenção no que os outros dizem sobre o seu desempenho. Vale apenas o que pensa o seu treinador.

"Ninguém tem de ter dó de mim ou ficar passando a mão na minha cabeça. O Abel tem uma filha da minha idade, então sabe quando estou triste e chateado", disse Endrick.

É uma lição que Bruno Mezenga também aprendeu aos 16, quando não teve sequência no elenco principal do Flamengo e começou a ser emprestado. Isso até cruzar o caminho de Endrick e do Palmeiras na final do Paulista.

De longe era fácil, mas de perto já ficou difícil

Na primeira rodada da Libertadores, duas vitórias, três derrotas e dois empates para os brasileiros

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Quem começou de maneira pior foi o Atlético Mineiro ao perder (1 a 0) para o paraguaio Libertad com mais de 40 mil torcedores no Mineirão.

Único dos sete times brasileiros a estrear em casa, e integrante de um dos grupos mais difíceis da Libertadores, o Galo já bota seus torcedores do Galo em modo "eu acredito".

E não foram só os mineiros os derrotados.

Nem Palmeiras nem Flamengo, os dois maiores favoritos ao tetracampeonato continental, resistiu ao desgaste causado pela altitude de La Paz e de Quito. Verdade que os paulistas com reservas e os cariocas só com misto forte.

A rara leitora e o raro leitor sabem que aqui há terminante recusa em analisar jogos disputados em altitudes que beiram ou ultrapassam os 3.000 metros. Como em gramados impraticáveis, por mero respeito aos jogadores.

Talvez, também, por trauma pessoal quando submetido a tamanho desconforto, pois o nariz sangra, a cabeça dói, o pulmão queima.

Se não há solução, se é injusto proibir jogos em tais condições porque, afinal, que culpa têm os habitantes dessas cidades por terem nascido nas alturas, a saída para quem sofre é mesmo a adotada por alviverdes e rubro-negros, pragmáticos a ponto de entregar seus jogos e priorizar as decisões estaduais.

Porque Vítor Pereira estará lascado se perder para o Fluminense, e, palavras de Abel Ferreira, será vexame permitir o título ao Água Santa.

Por paus ou por pedras, ambos perderam para os equatorianos do Aucas (2 a 1) e para os bolivianos do Bolívar (3 a 1).

Os comentários foram os de sempre, inconformados com as derrotas para times muito mais fracos que os milionários da Gávea e da Água Branca.

*De longe é fácil, no dia seguinte ao sorteio dos grupos, de perto é difícil, quando os jogos começam —pôde ser lido em algum lugar desta **Folha** dez dias atrás.*

Como foi difícil para o Athletico Paranaense, em Lima, no 0 a 0 com o Alianza, e para o Inter, em Medellín, no 1 a 1 com o Independiente, embora empatar fora de casa sempre seja considerado bom resultado.

Vitórias mesmo só duas e, não por acaso, sobre dois dos adversários menos respeitáveis, por mais que a do Fluminense, também na capital peruana, por 3 a 1, sobre o Sporting Cristal, tenha sido fruto de atuação agradável aos olhos, diferentemente da corintiana sobre o uruguaio Liverpool, em Montevidéu, por 3 a 0.

Tirante a incompreensível insistência de Fernando Diniz em ainda escalar Felipe Melo, responsável pelo gol peruano e, felizmente, substituído no intervalo, a atuação tricolor foi, disparadamente, a melhor dos brasileiros.

Ao Corinthians coube a maior vitória e o maior trauma, crônica de dores anunciadas, a nova lesão de Renato Augusto, o talentoso meia que já era frágil quando moço.

Palmeiras e Flamengo continuam como maiores favoritos tanto na Libertadores quanto nas decisões estaduais deste domingo (9), mas continuam devendo futebol em 2023.

E o Palmeiras, que não permitia surpresas até a semana passada, pode ser vítima da maior delas em muitos e muitos anos.

Tributaristas FC

Enquanto nadavam nos patrocínios dos desregulamentados cassinos esportivos isentos de impostos, os cartolas de 100% dos clubes beneficiados estiveram mudos.

Bastou o governo anunciar que vai taxá-los para todos virarem especialistas em tributação.

Cínicos e hipócritas é o que são.

Conexões entre a mente e o corpo

No mundo do futebol e em parte da sociedade, a depressão é vista como uma fraqueza moral

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Uma das principais qualidades de Messi, que o torna superior a Maradona e a outros grandes craques, é a regularidade, por brilhar intensamente, há mais de 15 anos. A história mostra também que são muitos os excepcionais atletas que, sem uma clara razão, tiveram enormes e precoces quedas técnicas na carreira.

Luan, que foi eleito o melhor jogador da América do Sul quando atuava no Grêmio, não está relacionado entre os 50 escritos pelo Corinthians na Libertadores. Há muitos anos, Luan, quando entra em campo, nada faz. No Grêmio, do meio para a frente, ele era a conexão entre os jogadores. A sua enorme queda foi técnica, física, emocional, tática, por não se adaptar ao novo time, ou tudo isso?

Hazard, depois de ser um dos principais destaques do Chelsea, da seleção da Bélgica e do futebol mundial, desapareceu no Real Madrid, que gastou uma fortuna para contratá-lo. Quando entra em campo, é um expectador da partida. Qual seria o principal motivo do seu declínio que dura anos?

Se Ronaldinho Gaúcho tivesse jogado por uns dez anos no nível técnico que teve no Barcelona durante dois a três anos seguidos, quando foi eleito duas vezes o melhor do mundo, haveria hoje uma discussão sobre quem foi o segundo maior da história, Ronaldinho, Messi ou Maradona. Dizem que Ronaldinho diminuiu sua dedicação à carreira e passou a desfrutar mais de outros prazeres da vida.

Mesmo assim, Ronaldinho foi grande destaque do Atlético MG e de outros clubes, mas, como a expectativa era tão grande, de que ele jogasse como no Barcelona, falavam que atuava mal. Será que o período no Barcelona foi atípico, uma exceção, por ele ter tido no time e na cidade as condições ideais para seu futebol exuberante e de muita fantasia?

Adriano, o Imperador, teve também uma curta e excepcional carreira. Haaland lembra Adriano, pela grande altura, pela precisão nos fortíssimos chutes e pelo número enorme de gols. Dizem que Adriano desistiu de ser um atleta e que teria falado várias vezes que gostava mais de sua vida na favela do que de ser uma estrela mundial.

Quando a mente está doente, o corpo perde a capacidade de executar o que deseja. O corpo é a conexão com a mente. Na goleada do Real Madrid sobre o Barcelona por 4 a 1, as conexões da mente e do corpo entre Vinicius Junior, Benzema e Modric foram magistrais, uma celebração da beleza e do talento individual e coletivo do futebol.

Outros grandes atletas do futebol e de outros esportes e profissionais de variadas áreas tiveram também, em pouco tempo, enormes declínios técnicos e financeiros. Uma das razões principais é a perda do desejo, da ambição, do grande esforço de tornar-se melhor.

Esse desânimo pode estar relacionado às dificuldades da profissão, como a enorme pressão para ganhar sempre, o que resultou na desistência de alguns atletas olímpicos. Mais grave ainda seria uma situação mais ampla, a diminuição do prazer de viver.

Freud, em um longo trabalho sobre variados profissionais que tiveram grandes declínios técnicos e financeiros em suas carreiras, concluiu que era frequente nessas pessoas um sentimento de culpa real e/ou imaginário, por não se sentirem capazes e merecedoras do prestígio e do dinheiro que tinham conquistado.

A depressão e outros problemas mentais são frequentes e precisam ser diagnosticados e tratados por profissionais especializados. Infelizmente, no mundo do futebol e em parte da sociedade, a depressão é vista mais como uma fraqueza moral, não como uma doença.

NOSSO ESTRANHO AMOR

Chico Felitti
folha.com/nossoestranhoamor

John e Melissa: Luigi e Princesa zeram o jogo

Na manhã da última segunda-feira, dia 3 de abril, os portões da Universal Hollywood se abriram pouco antes das 8h, horário em que o parque de diversões teoricamente começa a funcionar.

E entre as primeiras pessoas que entraram às centenas, como uma manada ordenada, estavam John e Melissa. Ou devo dizer Luigi e Princesa? Para eles, tanto faz, até porque os dois estavam fantasiados desses personagens do videogame Super Mario. John estava com um macacão jeans em cima de uma blusa verde, uma boina da mesma cor com a letra L bordada em feltro na frente, e um vasto bigode postiço. Melissa estava com um vestido bufante cor-de-rosa e luvas brancas que iam até o cotovelo, além de uma peruca loira e generosa de cabelos sintéticos ("Até fazem de cabelo humano, mas custa mais de mil dólares", ela me explicou).

John e Melissa estavam ali para ter o casamento que lhes foi negado. É que o parque de diversões abriu um novo brinquedo, em que frequentadores podem jogar em carne e osso Mario Kart, um jogo da franquia em que os personagens correm de kart enquanto jogam cascos de tartarugas uns nos outros e deixam cascas de banana na pista.

O casal correu de entrada do parque para a Mariolândia, que fica nos fundos do terreno. "A gente sempre sonhou com esse dia", diz John, enquanto saltita como o personagem de quem está fantasiado. E foram cinco anos de sonho. Os dois se conheceram em um fórum virtual de fãs do videogame. Ele era um pós-adolescente de 21 anos que trabalhava num fast food de burritos em San Diego, na Califórnia. Ela era uma empresária, que tinha um salão de manicure em Nova York e dez anos a mais do que ele. O que, para ele, contava como superpoder. "Eu sempre gostei de mulheres mais velhas. Quando apareceu aquele mulherão, que tinha os mesmos interesses que eu, e ainda queria falar comigo, eu fiquei assim", e ele abre a boca em surpresa, enquanto espera para descer uma escada rolante em direção ao brinquedo.

Depois de três meses de mensagens que varavam a madrugada, John resolveu se mudar para estar perto de Melissa. "Ele não me perguntou nem me avisou. Simplesmente mandou uma mensagem numa terça de noite, dizendo 'Eu estou em Nova York'." Os dois foram morar juntos. E ela achou que a presença de um segundo jogador na sua vida seria a chance para passar para a próxima fase: resolveu abrir uma filial do seu salão, porque agora tinha quem a gerenciasse.

"Daí veio a pandemia, os dois salões ficaram meses fechados e a gente casou pra que ele tivesse direito a meu plano de saúde", conta ela. "Foi tudo muito acelerado, mas hoje vejo que foi a coisa certa." Além de não ter festa, os dois mal contaram para os amigos e para a família que iam juntar os sobrenomes. "Primeiro que não era um momento de comemoração, com tudo o que estava acontecendo no mundo", diz ele. "Segundo que a gente ia querer uma festa com tema de Mario, e ninguém ia entender", diz ela. Então, se casaram na surdina e seguiram o jogo.

Mas, quando meses atrás souberam que o mecânico de macacão vermelho ia ganhar um parque temático só para ele, decidiram que era a hora de celebrar o casamento. Mandaram fazer as fantasias e reservaram um hotel em Los Angeles. E é neste momento que os encontramos, prestes a conhecer a Mariolândia na manhã da segunda passada. Só que muita gente teve a mesma ideia, tirando o casamento: o parque já amanhece apinhado.

Após três horas na fila, John e Melissa chegam ao brinquedo de Mário. Colocam os óculos virtuais que vão servir para eles verem os inimigos, enquanto atiram cascos de tartarugas. E... O brinquedo enguiça. A música para, os carrinhos atolam e a ilusão do universo de Mário morre. Depois de 20 minutos de problemas técnicos, saem de lá de dentro sem ter jogado direito. Em vez de chorar ou se frustrar, Melissa vê nisso um sinal. "É díficil, mas esse não é o fim do jogo".

Bruno Santos - 6.abr.23/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Homens e mulheres acendem velas e deixam flores durante vigília em frente à creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau (SC), onde um homem de 25 anos matou quatro crianças e deixou outras quatro feridas. O ataque ocorreu na manhã de quarta-feira (5), quando o criminoso invadiu a creche onde as crianças estavam. Segundo a polícia, uma machadinha e um canivete foram usados na ação. O caso ocorreu nove dias após o ataque à escola estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, quando um aluno de 13 anos matou uma professora a facadas e feriu outras cinco pessoas.

FRASES DA SEMANA

RUMOS DA ECONOMIA
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República, na quarta (5), sobre a expectativa de reduzir a taxa de juros no Brasil

"Esses dias, eu li uma frase que eu não sei se foi dita pelo presidente do Banco Central que, para atingir a meta de 3%, precisaria de juro de 20%. Não sei se foi verdade isso, mas no mínimo é uma coisa não razoável. Porque se a meta [de inflação] está errada, muda-se a meta."

POLÊMICA NA EDUCAÇÃO
Vitor de Angelo
Presidente do Consed, na segunda (3), sobre suspensão do novo ensino médio

"Suspender ou revogar a lei do novo ensino médio significa que é preciso ter alguma proposta para colocar no lugar do que temos. E até agora não há nada. Então, vamos voltar ao que tínhamos antes? Para um passado que não funcionava?"

ATAQUE A CRECHE
Bruno Bridi
Pai de Bernardo, 5, uma das crianças assassinadas em ataque em Blumenau (SC), na quarta (5)

"A partir de hoje a memória dele vai ser honrada dentro do meu coração, de cada um que está aqui dentro, de todo mundo, quem vive o drama na pele sabe."

BOLSONARISMO
Esther Solano
Socióloga e estudiosa do bolsonarismo, em entrevista à Folha na segunda (3)

"Esse público [feminino, religioso e conservador] se espelha muito na Michelle pelo que ela representa: uma mulher de valores, conservadora, do lar, da família, mas também uma mulher que ganha o espaço público. Além disso, uma mulher que tem um marido violento, agressivo, e muita mulher brasileira tem esse modelo de casamento."

RUA NÃO É CASA
Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo (MDB), na segunda (3), anunciando que não aceitará tendas de moradores de rua durante o dia

"Não vou deixar barraca na cidade. A cidade precisa ter organização e ordem."

APOSTAS NA MIRA
Fernando Haddad
Ministro da Fazenda, na segunda (3), sobre a taxação do mercado de apostas esportivas eletrônicas

"Não é justo você não tributar uma atividade [jogos de apostas] que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil, mas é uma realidade do mundo virtual. Se é uma realidade do mundo virtual, nada mais justo do que a Receita tributar."

CONQUISTA FEMININA
Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição
Médica e militar, primeira mulher negra a alcançar o posto de almirante da Marinha brasileira, na terça (4)

"Agora foi a minha vez. Acredito que daqui para frente outras almirantes vão surgir porque nos quadros já entra grande número de mulheres."

BANCO DOS RÉUS
Donald Trump
na terça (4), após se tornar o primeiro ex-presidente dos EUA a virar réu por acusações criminais

"Eu nunca pensei que nada assim poderia acontecer nos EUA. O único crime que cometi foi defender a nação daqueles que buscam destruí-la."

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Uma raça de cães de guarda / Gás Liquefeito de Petróleo **2.** Que não frequenta continuamente um lugar **3.** (Net) Fim de semana / O símbolo químico do túlio / O zircônio, para os químicos **4.** Imposto sobre Exportação / Parte do tronco de planta perene que se encontra abaixo do solo, ligada à raiz **5.** Manco **6.** Que não tem cheiro **7.** Mistura viscosa, pegajosa, de argila, matéria orgânica e água / Destino, geralmente mau, cheio de amarguras **8.** Substituição do idioma original por outro num filme falado **9.** Digno de consideração, de estima **10.** (Pau de) Em certas festas, poste escorregadio, em cujo topo se acham prendas para quem chegar até elas / Fernando Sabino (1923-2004), escritor **11.** As iniciais do escritor tcheco Kafka (1883-1924), de "A Metamorfose" / Grito que expressa dor / (Stop) Nas corridas, parada nos boxes para manutenção **12.** Misturar desordenadamente **13.** (Pop.) Senhor / Mulher que rouba.

VERTICAIS
1. O antônimo de fácil / Traço de união **2.** No lugar em que / O sincronizado é uma modalidade olímpica / Quilômetros por hora **3.** Pode ser lacrimogêneo, de mostarda etc. / Habituais, usuais / As vogais de bravo **4.** (Open) Um torneio de tênis / Adulterar (vinho) **5.** Pneu sobressalente / Um tipo de protetor **6.** Em que não houve reflexão, cálculo ou premeditação / (Quím.) Sódio **7.** Gonçalves Dias (1823-1864), poeta / Que existe há muito tempo / Abreviatura inglesa para Doutor em Filosofia **8.** A iluminação que vem do Sol / Transmite os caracteres hereditários / Tecer **9.** A estrutura feita para permitir a entrada e saída do interior dos automóveis / Porção de algo para ser analisado ou provado.

HORIZONTAIS: 1. Dogue, GLP **2.** Inassíduo, **3.** FDS, Tm, Zr, **4.** IE, Cepa, **5.** Capenga, **6.** Inolente, **7.** Lama, Sina, **8.** Dublagem, **9.** Honrado, **10.** Sebo, FS, **11.** FK, Ai, Pit, **12.** Emaranhar, **13.** Nhô, Ladra. **VERTICAIS: 1.** Difícil, Hífen, **2.** Onde, Nado, Kmh, **3.** Gás, Comuns, Ao, **4.** Us, Calabrear, **5.** Estepe, Labial, **6.** Impensado, Na, **7.** GD, Antigo, Phd, **8.** Luz, Gene, Fiar, **9.** Porta, Amostra.

SUDOKU

texto.art.br/fsp
DIFÍCIL

			8			2	4	
				1				6
	2	5					8	
			6		1	8	2	
		4	2		5	7		
	7	1	9		8			
	4					1	9	
5				8				
	3	9			6			

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	6	7	8	9	3	2	4	5
4	9	8	5	1	2	3	7	6
3	2	5	7	6	4	9	8	1
9	5	3	6	7	1	8	2	4
6	8	4	2	3	5	7	1	9
2	7	1	9	4	8	5	6	3
8	4	6	3	5	7	1	9	2
5	1	2	4	8	9	6	3	7
7	3	9	1	2	6	4	5	8

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **9.abr.1923**

Italianos do partido fascista fazem festival aéreo em SP

Um festival com aviadores italianos do partido fascista daquele país foi realizado no aeródromo Brasil, em São Paulo, neste domingo (8).

A programação foi toda organizada a atrair no mais alto grau a atenção do púbico. A começar pelos voos acrobáticos, passando pela simulação de bombardeio e a terminar com o audacioso salto de 3.000 m em paraquedas.

O evento reuniu enorme multidão. O entusiasmo levou a invasões ao campo de voo, impedindo até a realização de algumas das provas.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

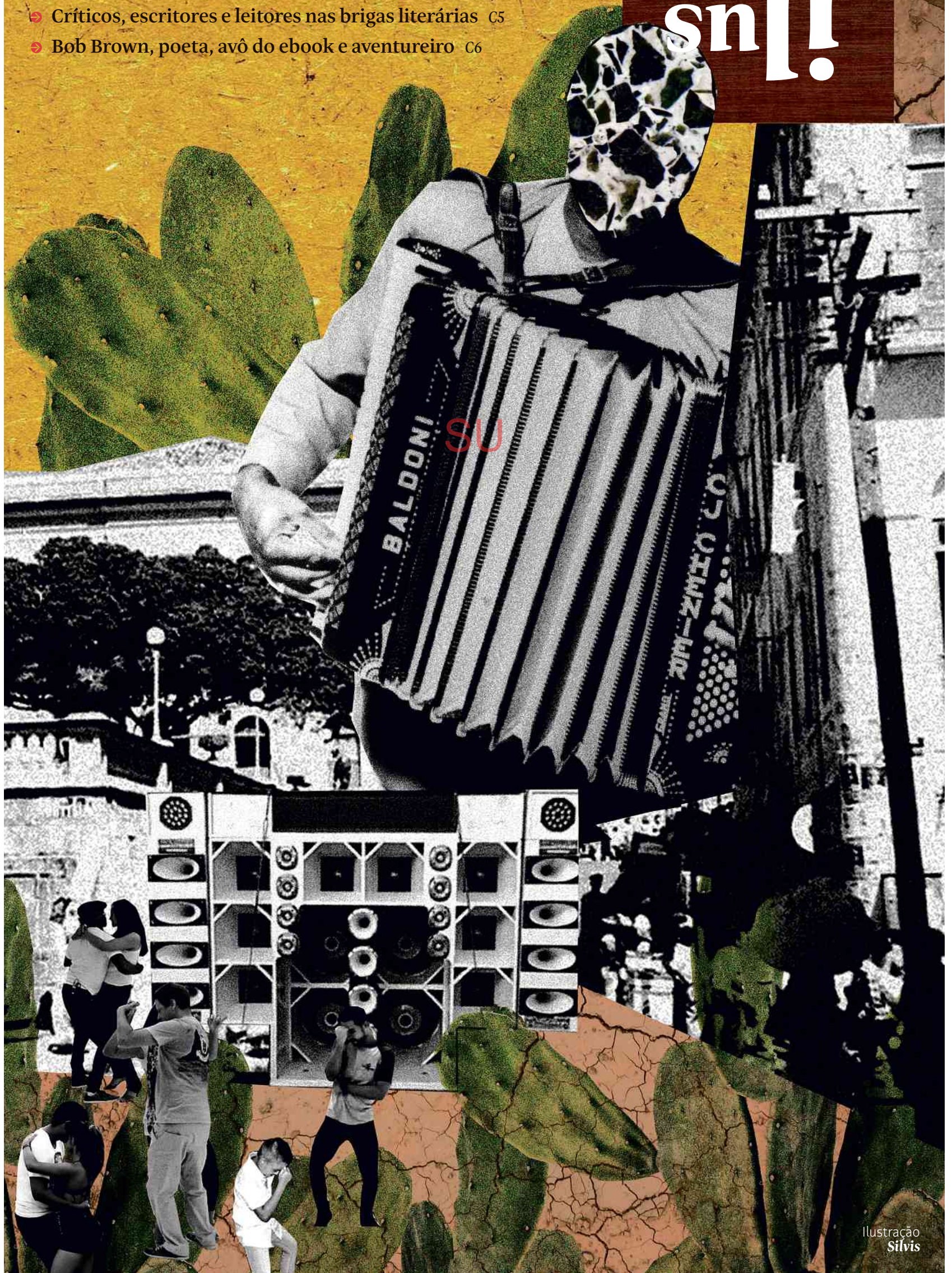
A QUESTÃO DO ASPHALTO

Pela Sociedade

FOLHA DE S.PAULO ★★★
DOMINGO, 9 DE ABRIL DE 2023 C1

Forró de cabo a rabo

Música de Fortaleza, berço de Wesley Safadão, se tornou uma indústria multimilionária que reúne parte significativa dos cantores de maior sucesso do Brasil e projeta o forró como o único gênero capaz de peitar a hegemonia do sertanejo C4

Ilustração *Silvis*

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

Rafael Lazarini
Está todo mundo lutando pela atenção das pessoas

[RESUMO] Vice-presidente para a América Latina da Live Nation, produtora do Rock in Rio e dos shows da banda inglesa Coldplay, executivo carioca se prepara para a quinta edição do Rio2C, evento que reúne 1.200 palestrantes na capital fluminense na próxima semana

Por ***Teté Ribeiro***

O presidente do Rio2C, Rafael Lazarini Marcio Mercante/Divulgação

Os dois empregos de Rafael Lazarini têm títulos em inglês. Ele é "head" de desenvolvimento de negócios da Live Nation Entertainment e "CEO" do Rio2C —trocadilho em inglês que se pronuncia "Rio to see", ou "Rio para ver".

*

A Live Nation Entertainment é uma empresa americana, com sede em Beverly Hills, na Califórnia. Mas o Rio2C é um evento que ele mesmo criou, "o maior encontro de criatividade do hemisfério sul", como define, cuja próxima edição ocorre entre a próxima terça (11) e domingo (16).

*

O nome em inglês é proposital. A ambição de Rafael era, desde o começo, fazer do Rio2C um encontro internacional. Os diferentes palcos em que serão realizadas as diversas palestras na Cidade das Artes, na Barra da Tijuca, também têm nomes em inglês. E nem tudo é palestra, haverá também workshops, masterclasses e pitchings. Sim, tudo em inglês. "Esse anglicismo é muito comum na área da tecnologia, na computação e no showbusiness, né?", diz Rafael.

*

O tema desta edição, a propósito, é "soft power", ou poder suave, um termo inventado no final dos anos 1980 por um cientista político norte-americano chamado Joseph Nye, que significa a maneira que um país, uma cidade ou um estado influenciam o comportamento das pessoas.

*

Nas palavras do próprio criador do conceito, "poder é a capacidade de influenciar os outros para que façam o que você quer. Basicamente, há três maneiras de se fazer isto: uma delas é ameaçá-los com porretes; a segunda é recompensá-los com cenouras; e a terceira é atraí-los ou cooptá-los para que queiram o mesmo que você. Se você conseguir atrair os outros, de modo que queiram o que você quer, vai ter que gastar muito menos em cenouras e porretes".

*

"Os Estados Unidos já entenderam essa questão do soft power há muito tempo. Não é por acaso que a indústria do entretenimento se chama 'indústria'. E foi com Hollywood que o país espalhou a sua influência pelo mundo, muito tempo atrás. Agora, estamos vendo a Coreia e a China fazerem a mesma coisa", afirma Rafael.

*

"A gente tem que investir no soft power brasileiro, e o Rio tem uma vocação natural para isso, já que é a cidade onde acontecem dois grandes eventos populares, que são o Carnaval e o Réveillon. Além do Rock in Rio, claro", diz.

*

O evento carioca criado por Rafael é inspirado no SXSW, sigla de South by Southwest, um dos festivais mais relevantes da atualidade para as indústrias do cinema, da música e da tecnologia e que ocorre desde 1987, sempre em março, em Austin, a capital do Texas.

*

O nome do festival americano é uma brincadeira com o título de um filme de Alfred Hitchcock, de 1959, "North by Northwest", que no Brasil foi traduzido como "Intriga Internacional".

*

Mas, ao contrário do Rio2C criado no Rio por Rafael Lazarini, o SXSW começou como um evento modesto criado por um jornalista, um editor e o publisher do jornal da cidade, The Austin Chronicle, junto de um músico e empresário, que pretendiam reunir pessoas interessadas em procurar novos caminhos para as artes e as novas tecnologias.

*

Deu tão certo que nunca mais parou de crescer e se tornou um dos polos da cultura e da tecnologia dos nossos tempos. Desde o começo deste século, artistas que se apresentaram no festival de Austin viraram sucessos instantâneos. Foi o caso das bandas The Strokes, Franz Ferdinand e The White Stripes, entre muitos outros.

*

Neste ano foi realizada a 37ª edição do festival americano, agora oficialmente conhecido como o maior encontro de inovação do mundo. Rafael Lazarini acompanha o SXSW há muitos anos e decidiu criar a sua versão, o Rio2C, pulando o começo da história do festival americano. Quis chegar chegando. Daí o nome em inglês.

*

"A gente quer fincar nossa bandeira como um evento internacional, quer fazer parte do calendário dos encontros mundiais de inovação e criatividade. O Rio2C é um evento brasileiro, feito por brasileiros, mas com ambição internacional", diz.

*

Rafael começou a sua carreira de executivo do showbusiness antes mesmo de pensar se queria ser um executivo e de chamar o showbusiness de showbusiness. "Comecei fazendo festas na época do colégio. Curtia uma badalação e achava legal reunir as pessoas."

*

Percebeu cedo que essa vontade de juntar gente podia se transformar numa maneira divertida de ganhar dinheiro. "Abri minha primeira empresa aos 18 anos, com quatro amigos de faculdade", conta. Cursou engenharia, mas nunca trabalhou nem um dia nessa área.

*

No começo dos anos 2000, foi contratado pela Petrobras, na época a maior patrocinadora nacional da cultura e do esporte, como uma espécie de consultor da estatal, que queria ampliar o alcance da marca e que os patrocínios tivessem retorno, que o público lembrasse da Petrobras quando fosse a um show, a uma peça de teatro ou a um jogo de futebol.

*

"A experiência na Petrobras me fez enxergar a imensa oportunidade que existe no Brasil para produzir grandes eventos no ramo do entretenimento", conta Rafael, que decidiu que precisava se especializar nesse ramo e dominar o assunto completamente.

*

Deixou o emprego e foi fazer um mestrado em gestão de mídia e entretenimento na UCLA, a Universidade da Califórnia em Los Angeles. Emendou com um segundo mestrado em gestão de entretenimento na USC, a Universidade do Sul da Califórnia, na mesma cidade.

*

Foi contratado por uma empresa americana de marketing chamada Rogers and Cowan, na Califórnia, que tinha David Beckham como um de seus clientes. O jogador de futebol inglês tinha se mudado para Los Angeles para jogar num time local, o LA Galaxy, e queria fazer um projeto para divulgar o esporte nos EUA, país que sempre associou o futebol a um jogo de meninas.

*

"Como o assunto era futebol, eu fui chamado para o time", diz Rafael, rindo. "E sugeri que a gente replicasse um dos vários projetos de jogadores brasileiros bem-sucedidos que vieram de comunidades. Deu super certo, foi um sucesso."

*

Na volta ao Brasil, foi contratado por Eike Batista, na época em que era considerado um dos homens mais ricos do mundo. "Foi uma fase incrível da minha vida. Era tudo muito rápido nas empresas do Eike. Compramos os direitos do [torneio de tênis] Rio Open, 50% do Rock in Rio, fizemos uma sociedade para trazer o Cirque du Soleil para a América Latina", lembra.

*

Mas, aos poucos, foi ficando claro para Rafael que aquele império todo era uma ilusão, e ele aceitou um convite de Roberto Medina para levar o Rock in Rio para os Estados Unidos. "E lá fui eu de volta para a cidade em que já tinha morado, mas dessa vez com mulher e filho", conta. O Rock in Rio acabou acontecendo em Las Vegas, em 2015.

*

No ano seguinte, Rafael, que teve mais um filho na temporada angelena, voltou com a família para o Rio com o cargo com nome em inglês e com a missão de gerenciar a expansão da Live Nation na América Latina. A empresa americana, que já opera na Argentina, no Chile e no México, além do Brasil, é acionista da Rock World, que faz o Rock in Rio nos anos pares, e a partir deste 2023 vai inaugurar o festival The Town, nos anos ímpares, na cidade de São Paulo.

*

A primeira edição do The Town ocorre entre os dias 2 e 10 de setembro, no Autódromo de Interlagos, e terá nomes como Foo Fighters, Bruno Mars, Queens of the Stone Age e Garbage, entre outros. Os ingressos começam a ser vendidos no próximo dia 18.

*

A Live Nation, que também acaba de assumir a produção do Lollapalooza, anunciou planos de construir uma arena com capacidade para 20 mil pessoas no Anhembi.

*

"Está todo mundo lutando pela atenção do público, o bem mais valioso da nossa era", diz o executivo. "Estamos na era das grandes experiências. E eu quero fazer parte dessa história", afirma.

SU

O fole roncou

[RESUMO] Fortaleza se consolida como polo da indústria da música, não só com cantores, como Wesley Safadão e Xand Avião, mas também com compositores, tecnologias de produção e divulgação numa engrenagem de profissionais que movimenta um mercado de milhões de reais. Dos pen-drives e paredões de som aos produtores e divulgadores, a capital cearense impulsiona o forró ao ponto de o gênero ser o único capaz de peitar a hegemonia do sertanejo Brasil afora

Por ***Felipe Maia***
Jornalista, DJ e etnomusicólogo pela Université Paris Nanterre

Ilustração ***Silvis***
Designer e artista visual

Michael Wesley chegou a Fortaleza com o sonho de se tornar uma estrela da música. Acostumado a fazer shows pelo interior do Nordeste, dono de levada habilidosa no violão e caneta afiada para letras de dor-de-cotovelo e festança, fixou endereço na cidade porque sabia que não era somente a capital do Ceará.

Nos últimos anos, Fortaleza se consolidou como um dos polos da indústria da música, gerando artistas, sucessos e tecnologias de espetáculo em ritmo frenético, para um mercado de milhões de reais, tudo à base de forró. Michael Wesley, com 100 mil seguidores no Instagram, é uma pequena figura desse ecossistema.

Na cidade, o gênero antes enraizado nas tradições campesinas do semiárido se transformou em idioma e commodity. A engrenagem forrozeira passa por compositores numa labuta diária, produtores especializados em música e dança, sistemas de som ambulantes —os paredões— e palcos de estruturas mastodônticas, além de empresas com centenas de funcionários, influenciadores digitais e, claro, músicos.

De esquinas suburbanas aos bares descolados da praça do Leão, na zona central, passando por carros de janela aberta e eventos com Wesley Safadão e João Gomes, não há canto da cidade que passe incólume às batidas que emulam zabumbas e foles de sanfona, hoje parte fundamental da linguagem musical brasileira.

Entre as mais tocadas no Spotify, o forró é o único gênero nacional capaz de peitar o sertanejo. Só João Gomes, com "Meu Pedaço de Pecado", e Barões da Pisadinha, com "Recairei", passaram quase dois anos nas paradas.

É a mesma visão da Pró-Música, a Associação Brasileira dos Produtores de Discos. Eles dizem que, à exceção de Luísa Sonza e Xamã, apenas os cearenses Matheus Fernandes e Xand Avião conseguiram fazer frente ao sertanejo em 2022, com "Balanço da Rede", xote com toque de pisadinha.

"Todo dia chega um compositor novo a Fortaleza querendo acertar uma música, e acho que aqui o contato com a galera é mais fácil", diz Michael Wesley. Acertar uma música, no jargão, é colocá-la na boca de alguém e no topo das listas de mais tocadas, ao lado de nomes como Anitta e Gusttavo Lima. Já galera são turmas que se encontram para criar. É a primeira etapa da linha de produção do forró —a reunião de compositores para fazer o próximo hit.

Operários, eles são artistas desconhecidos. O trio Jean Carlos, Elias Costa e Maiky Muniz, por exemplo, não é chamariz em cartaz de show, mas suas letras e melodias arrasam quarteirões com gente como Nathanzinho. "A vida do compositor começa depois que você acerta a primeira música", diz Carlos. No celular, ele dá play em um áudio enviado por Marília Mendonça, em 2017, como agradecimento pela composição de "Transplante", que tem cerca de 180 milhões de visualizações no YouTube e rendeu, segundo Carlos, mais de R$ 1 milhão em direitos autorais.

Carlos se reúne com o filho Elias e o amigo Maiky diariamente para compor. Em média, criam quatro músicas por semana. Quando o tema está finalizado, fazem uma gravação rudimentar pelo celular e a enviam para os guieiros.

Os músicos gravam uma versão polida por R$ 100 cada em estúdios caseiros. A faixa-guia é enviada para selos e artistas do Brasil, como um produto. Leva quem pagar mais, respeitando as porcentagens nos ganhos.

Naquele fim de tarde, Maiky mostra aos colegas "Assunto Delicado". A melodia no violão cru guarda a essência da música que, num arranjo eletroeletrônico, chegou ao topo das paradas em agosto do ano passado nas vozes de Xand Avião e Guilherme & Benuto.

É um exemplo da potência do forró de Fortaleza, com músicas e compositores que avançam pelo Brasil. O polo goiano, neste caso, opera como o terminal de uma via de mão dupla no encontro cada vez mais comum de forró e sertanejo. "Mas da mesma forma que a gente não consegue fazer sertanejo no nível deles, eles não fazem forró como a gente", diz Carlos.

"Assunto Delicado" foi feita no imóvel que, desde o fim de 2021, é a sede local do maior streaming de áudio brasileiro, o Sua Música. O edifício, com três estúdios, é ponto de encontro de produtores, instrumentistas e cantores, onde também trabalham equipes de marketing e negócios.

No hub criativo, o produtor Lucas Emanuel é um dos cabeças da seção de estúdios. Todo dia, ele recebe cerca de 40 novas músicas. Tão ou mais que produzir as faixas, dando forma a esboços, sua função é de curador.

"A gente sempre procura algo marcante. Tem que ter algum elemento que fique gravado na memória de quem ouve", diz ele. "Tem momentos que a gente percebe que algo está saturado, aí vamos atrás de outra coisa. Por exemplo: música com 'sentada' e 'revoada' já está saturado."

O produto só é finalizado quando encontra uma voz. Emanuel e outros produtores musicais da plataforma trabalham em parceria com artistas e produtores executivos para achar o melhor encaixe. Se o compositor pode ser visto como um vendedor independente, o Sua Música seria um shopping onde cantores buscam novidades desses comerciantes —esquema similar a outros selos do forró.

O Sua Música surgiu a partir de uma comunidade criada no Orkut em 2009, e Roni Maltz é o atual CEO. Hoje, une à plataforma online uma distribuidora e faz agenciamento artístico.

Continua na pág. C5

Em Fortaleza, o forró, gênero antes enraizado nas tradições campesinas do semiárido, se transformou em idioma e commodity

É o único gênero nacional capaz de peitar o sertanejo. João Gomes, com 'Meu Pedaço de Pecado', e Barões da Pisadinha, com 'Recairei', passaram dois anos no topo das paradas

A associação de máquina e alto-falantes com a música vem da transformação de ambos, em curso desde o início dos anos 1990, com a virada dos trios de forró para as grandes bandas

SU

Continuação da pág. C4

"Hoje, temos mais de 16 mil artistas na plataforma, 600 na distribuidora e dez no Sua Música Records", diz Darlison Azevedo, coordenador de conteúdo da empresa. A evolução de uma página de fórum para agente do mercado ajuda a explicar a transformação do gênero. O forró já fazia parte da identidade de Fortaleza nos anos 2000, quando as bandas apinhavam pela capital. Para fazer frente à concorrência, os conjuntos precisavam de repertórios vastos que passassem das 12 músicas autorais por CD.

"O Aviões do Forró pegou sucessos nacionais e botou na pegada deles. Aí gravaram CDs dos shows e distribuíram de graça. Era a auto pirataria, que na prática levava mais gente às apresentações", diz Junior Vidal, supervisor de marketing do Sua Música.

Além de mercadológica, a proposta do Aviões trazia uma novidade estilística, com adição de sopros e metais em produções mais sofisticadas.

Confiar nas bilheterias como núcleo dos negócios ainda impera no forró, mas a pandemia catalisou ganhos no mundo digital e na publicidade —como no funk e em outros gêneros. Os grandes forrozeiros hoje usam o Sua Música como tubo de ensaio e a atualização de repertório mensal vira trimestral

Quando um álbum é disponibilizado na plataforma, artistas e equipes observam quais novidades têm maior alcance e as colocam à prova no palco. Se a canção já está na boca do povo, é hora de gravar clipes e investir.

O TikTok, onde uma dancinha pode determinar um novo hit, entrou na dinâmica. Se foi bem no palco ou nas redes sociais, a música chega a serviços como YouTube e Spotify, os últimos da cadeia. Mas nem sempre o que está no Sua Música vai para as plataformas internacionais.

A discografia de Wesley Safadão é quase toda de álbuns ao vivo, mas seu catálogo nas plataformas globais é diferente do presente no Sua Música, onde estão os chamados CDs promocionais —discos ao vivo que aproximam ainda mais palco e ouvintes.

"É a experiência do show, com aquele 'alô' para alguém, algo muito importante, e o repertório atualizado, que o público vai encontrar no show", diz Eduardo Barreto, gerente de marketing da WS, empresa que cuida de toda a carreira do forrozeiro.

A importância do ao vivo se mede também pelo número de projetos criados a partir da associação entre performance e streaming, entre elas apresentações que se tornaram franquias —como Garota VIP, WS Experience e Aviões do Forró Sunset—, festas temáticas, shows em diferentes cidades e locações, além de cruzeiros. Tudo vira CD ou vídeo que mantêm a roda do forró de Fortaleza girando.

No caso dos medalhões do gênero, os altos contratos de shows entram em jogo. É o caso de Wesley Safadão, que recebe em torno de R$ 500 mil por cada apresentação.

Outro elemento importante é a penetração do gênero em diferentes estratos sociais. "O forró era muito marginalizado, mas hoje é a música de Fortaleza independentemente de sua classe social", diz Barreto.

A agenda da capital cearense tem sempre forró. Há eventos de grife, como a Garota White —show de Safadão em que só se pode usar branco— e também botecos e casas que cobram de R$ 5 a R$ 10 por entrada. O forró se renova mesmo sem novas bandas, já que carros de som e paredões espalham as novidades musicais.

"Meu nome é Tico, meu sobrenome é Som", diz Francisco Carlos Santiago, o Tico Som. Dono de uma das principais oficinas de som automotivo de Fortaleza, Santiago abriu seu primeiro negócio na área em 1992 e com o passar dos anos se transformou em sinônimo dos potentes alto-falantes ambulantes que embalam carros não só no Ceará, mas por todo o Brasil. "Mais de 90% do que toca nos paredões daqui é forró", diz ele.

Essa associação de máquina e música é resultado da transformação de ambos, em curso desde o início dos anos 1990, com a virada dos trios de forró para as grandes bandas, caso do Mastruz com Leite.

Para Santiago, o forró mudou por causa do paredão e vice-versa. "A partir de 1997, entra o paredão, aí começamos a tirar melhores frequências da música e a criar caixas que favorecessem o forró", afirma ele. "Isso foi feito de maneira empírica, por meio do erro e do acerto. Não foi planejado."

Um paredão custa em média R$ 30 mil, mas há desde pequenos sistemas para porta-malas a dispositivos acoplados a lanchas. Os clientes variam de aficionados a artistas do forró, como Zé Vaqueiro, que também buscam conselhos do especialista sobre o que faz sucesso nos carros.

Nos últimos anos, um novo tipo de profissional ganhou espaço nesse mercado —os divulgadores.

Espécie de curadores, eles mantêm atualizados os donos de paredão, bares e casas de festa de Fortaleza e país afora com as novidades.

Um dos nomes mais conhecidos a fazer essa ponte é o cearense Francisco da Silva Maraj, que atende pela alcunha Black CDs. Ele recebe o material bruto de shows e seleciona o que entra no repertório, adicionando vinhetas ou mesmo modificando o som para que tenha mais intensidade nos paredões e caixas de som.

Mensalmente, Marajó acrescenta canções a seu catálogo, que pode ser adquirido por cerca de R$ 30 em pen-drives ou links para download com pastas que chegam a 15 gigabytes. Antes, isso era feito com CDs.

"Há 15 anos, eu mesmo gravava quatro, cinco shows por fim de semana, e muitas vezes me chamavam para gravar eventos particulares, porque queriam aquilo registrado", afirma Marajó. "Hoje, a gente faz dinheiro com mixagens, divulgação de CDs e venda de pen-drive."

Alguns nomes representam o presente e apontam o futuro próximo do forró —é impossível tecer previsões a longo prazo em um gênero tão vivo.

Nascido em São Paulo e criado em Campina Grande, na Paraíba, autointitulado Rei dos Paredões, o forrózeiro Japãozinho é um deles. Nativo do mundo digital, ele está sempre em busca de atualização pelas casas de show de capitais do Brasil e mantém um pé nos interiores.

"Sempre tive o sonho de ver minha música tocando nos paredões", diz o cantor, que fez sucesso com "Carinha de Neném", que tem mais de 85 milhões de visualizações no YouTube. Ciente da importância do streaming, ele não diminui o peso das novidades trazidas pelas ruas e pequenas cidades do Ceará —caso do fenômeno da pisadinha ou forró de favela, subgênero ultra romântico que ganha força nas periferias de Fortaleza.

"Se não ligam o paredão, meu som não toca. Ao mesmo tempo, faço 250 shows por ano", diz. "Vivemos uma mistura de ritmos, o que faz com que pessoas do Sul, acostumadas a samba e pop, ouçam forró. Hoje, o forró é mestiço e quebrou preconceitos." ←

O repórter viajou a Fortaleza a convite do Sua Música

Contendas literárias

Nas disputas entre críticos e escritores, quem sai ganhando são os leitores

Juliana de Albuquerque
Doutora em filosofia e literatura alemã pela University College Cork e mestre em filosofia pela Universidade de Tel Aviv

Soube recentemente que Philip Roth tomou Irving Howe como modelo para desenvolver um dos personagens de "A Lição de Anatomia" (1983), o crítico literário Milton Appel, desafeto do protagonista, Nathan Zuckerman.

Howe foi um dos críticos que mais celebraram a estreia de Roth em "Adeus, Columbus" (1959), afirmando que as histórias da coletânea expunham algumas das questões que tanto afetavam os judeus americanos daquela geração. Anos mais tarde, no entanto, com a publicação de "O Complexo de Portnoy" (1969), Howe se transformaria em um crítico ferrenho do autor, acusando-o de ter escrito um livro que, embora não fosse antissemita, era cheio de desprezo pela vida judaica.

Claudia Roth Pierpont, autora de "Roth Libertado", comenta que os primeiros leitores de "A Lição de Anatomia" ficaram desconcertados com as semelhanças entre Howe e Appel, achando que Roth talvez tivesse ido longe demais ao atribuir a Zuckerman uma raiva que, na verdade, era sua. John Updike chegou a afirmar que, ao atingir a maturidade, um artista deveria se mostrar capaz de deixar de lado as intrigas do passado.

Questionado sobre o veneno que destilou contra Howe ao conceber o personagem, Roth teria respondido: "Eu estava retratando um escritor —e o que é mais característico do que sentir raiva de um crítico?".

Apesar de soar caricata, a observação de Roth faz sentido. Afinal, as biografias dos nossos autores prediletos estão repletas de episódios em que eles aparentam estar em pé de guerra com os críticos.

Essas disputas, contudo, nem sempre ficam restritas ao debate literário, podendo evoluir para a agressão verbal ou até mesmo culminar em violência física. Na década de 1930, o New York Times noticiou que Ernest Hemingway havia atacado Max Eastman. Os dois foram aos tapas dentro do escritório do editor Max Perkins após trocarem provocações sobre o que Eastman havia escrito em uma resenha de "Morte à Tarde" (1932), que sugeria, entre outras coisas, que Hemingway não aparentava ser alguém seguro da própria masculinidade e que, dessa sua característica, resultava um estilo literário que fazia os demais escritores influenciados por ele também fingirem possuir "um peitoral cabeludo".

Existem também disputas que têm por objetivo o silenciamento e o assassinato de uma reputação. Na década de 1960, quando Hannah Arendt publicou "Eichmann em Jerusalém", Irving Howe, novamente ele, e Lionel Abel organizaram um evento em Nova York para condenar a obra da filósofa que, na ocasião, estava fora da cidade. Segundo o poeta Robert Lowell, que esteve presente durante a discussão: "O encontro mais parecia um julgamento ou o apedrejamento de um membro proscrito da família".

Em 1903, Rainer Maria Rilke enviou uma carta ao então jovem poeta Franz Xaver Kappus advertindo-o de que ele deveria, sempre que possível, evitar entrar em contato com textos produzidos por críticos e estetas, pois, segundo Rilke, a arte é um trabalho solitário, somente capaz de ser compreendido através do amor.

O que os críticos escrevem, no entanto, "ou são considerações parciais, petrificadas, que se tornaram destituídas de sentido em sua rigidez sem vida ou são hábeis jogos de palavras, nos quais hoje uma visão sai vitoriosa, amanhã predomina a visão contrária".

Concordo. Mas as disputas entre críticos e escritores sempre acabam chamando a atenção do público, que, geralmente, tenta se mobilizar a favor ou contra uma das partes, como se estivesse presenciando uma batalha do bem contra o mal, quando o correto seria acompanhar a desavença como quem assiste a um espetáculo de luta livre.

Isto é, permanecendo consciente de que, embora os lutadores aparentem estar no ringue para lutar até as últimas consequências, tudo não passa de uma encenação. Afinal, se nos mantivermos atentos, perceberemos que, não importa o nível do debate, escritores e críticos, ainda que não estejam totalmente cientes disso, também estão interagindo conforme uma elaborada coreografia.

Nunca deixei de ler algo por conta da crítica, mas aprendi com ela a enxergar as limitações dos meus autores prediletos. Acho isso importante, porque nenhum artista é completo e, assim, paradoxalmente, à medida que percebemos as suas deficiências, vislumbramos também o que empresta valor à sua obra.

Enfim, nas disputas entre críticos e escritores, quem sai ganhando somos nós, leitores, porque somos lembrados que nem o autor tem a última palavra sobre o que escreve, nem o crítico é infalível, sendo este, portanto, incapaz de esgotar todos os modos de se apreciar um texto.

[...]

Se nos mantivermos atentos, perceberemos que, não importa o nível do debate, escritores e críticos, ainda que não estejam totalmente cientes disso, também estão interagindo conforme uma elaborada coreografia

| **DOM.** Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, Juliana de Albuquerque, **Glenn Greenwald**

Bob Brown em 1930
Man Ray/Centro Georges Pompidou

As viagens de um poeta aventureiro

[RESUMO] Primeira antologia brasileira de poemas de Bob Brown (1886-1959) retira da obscuridade a obra do aventureiro, poeta vanguardista, fazendeiro, jornalista de economia e inventor de máquina de leitura que, ao lado de sua esposa, morou no Brasil de 1919 a 1927 e realizou expedições na Amazônia, onde conheceu a riqueza arqueológica dos povos indígenas

Por **Claudio Leal**
Jornalista e mestre em teoria e história do cinema pela USP

O livro "Revolução Ocular do Globo", publicado pela Syrinx em 2022, com poemas do americano Bob Brown traduzidos por Gabriel Kerhart, retira da obscuridade a obra de um vanguardista apaixonado pela Amazônia e impregnado de cultura indígena. No poema-autorretrato "Eu Não Morro!", Brown define o Brasil como "meu pé que finca" e a China, "meu pé que brinca".

A primeira antologia brasileira privilegia os livros "1450-1950" (1929) e "The Readies" (1930), mas também acolhe "My Marjonary" (1916) e "The South American Cook Book" (1939). Bichos geográficos, Bob e sua esposa, Rose, percorreram mais de cem cidades do planeta e dedicaram fidelidade às florestas tropicais.

A tradução criativa de Gabriel Kerhart corresponde às transgressões tipográficas de Bob Brown, escritor que editava seus poemas visuais sob a forma caligráfica e "rupestre", em cujos livros estão inoculadas agilidade plástica, síntese ideogramática e visão multicultural. Kerhart levou Brown à linguagem contemporânea do grafite, realizando assim uma das mais originais aventuras de tradução no Brasil. Os poemas vanguardistas de Brown foram grafitados em muros e, em seguida, fotografados. O que nos chega às mãos não se contenta em ser livro. Brown é lido no mundo.

Robert Carlton Brown nasceu em Oak Park, subúrbio de Chicago, em 1886, e morreu em Nova York, em 1959. De uma ponta a outra da vida, assumiu as máscaras de aventureiro, poeta vanguardista, inventor de máquina de ler, colecionador, fazendeiro e jornalista de economia. Enquanto moraram no Brasil, de 1919 a 1927, com recaídas nas décadas de 1930 a 1950, ele e a esposa, Rose Brown, ziguezaguearam entre São Paulo, Rio de Janeiro e os rios da floresta amazônica.

Ele editou o boletim financeiro Brazilian-American e, à primeira vista, demonstrou mais interesse em conhecer a arte indígena e a culinária popular que a literatura brasileira. Esforçou-se para aprender português e celebrou a existência da palavra "saudade". Gourmand, salivava por charque e galinha ao molho pardo.

No auge do modernismo de 1922, Brown residia no Brasil, mas se desconhece algum encontro seu com os escritores igualmente fascinados pela antropofagia. Aliás, seu interesse pelo tema era mais literal, como revela em um poema antirreligioso. "Eu tenho pensado/ Um bocado/ Sobre missionários/ Sendo cozidos em/ Panelas Pretas/ Por homens pretos/ E eu sempre chego à conclusão/ Por que não?"

Ainda hoje, o poeta é um desconhecido do mundo intelectual brasileiro. Fotografado nos anos 1930 por Man Ray, circulou no círculo de expatriados americanos em Paris. A amizade ou o simples diálogo com expoentes da vanguarda no século 20 —Gertrude Stein, Ezra Pound, Marcel Duchamp, H.L. Mencken e William Carlos Williams— não resultaram em uma difusão maior de sua obra, apesar dos esforços do poeta Jonathan Williams, editor dos Jargon Books.

> **Em 1965, o poeta concreto Augusto de Campos teve bons olhos para os poemas óticos de Bob Brown e elogiou a 'ausência de formalismo versificante' nos manuscritos e desenhos de '1450-1950', comparando-o ao humor e à liberdade plástica de um contemporâneo brasileiro, o poeta Oswald de Andrade**

Em 1965, no suplemento literário de O Estado de S. Paulo, o poeta concreto Augusto de Campos teve bons olhos para seus poemas óticos e elogiou a "ausência de formalismo versificante" nos manuscritos e desenhos de "1450-1950", comparando-o ao humor e à liberdade plástica de um contemporâneo brasileiro, o poeta Oswald de Andrade do "Primeiro Caderno do Aluno de Poesia" (1927).

"Seus pés são figurados um na China e outro no Brasil. O Brasil pau-brasil de Oswald? Trinta anos depois, Oswald ressuscitado, não podemos também faltar à ressurreição de Brown. Seus poemas óticos precisam ser vistos", recomendou Campos, com pioneirismo, no ensaio incorporado ao livro "À Margem da Margem", de 1989.

Nos Estados Unidos, Bob Brown passou a ser conhecido como "avô do ebook", na definição de Jennifer Schuessler, do jornal The New York Times. Em 1930, sob influência da escrita automática dos surrealistas e do estilo de Gertrude Stein, Brown apareceu com o projeto de uma máquina elétrica de leitura, em que os textos eram introduzidos em bobinas e lidos em um visor.

O inventor desejava ler um livro de centenas de milhares de palavras em dez minutos. Stein, sua entusiasta, conheceu o protótipo da maquineta futurista. Na antologia "Revolução Ocular do Globo", Gabriel Kerhart incluiu o primeiro capítulo de "The Readies", ligado à invenção visionária.

"Sou a favor de novos métodos de leitura e escritura e acredito que o leitor-antena, quando compra algo para ler, merece encher os olhos", defendeu Bob Brown, ao desenvolver uma linguagem poética telegráfica, banhado em Apollinaire. "Modernas transportadoras de palavras são necessárias agora, leituras serão feitas por máquinas; tipos microscópicos em fitas móveis correndo sob uma grelha equipada com uma lupa e trazendo o tamanho da vida no pássaro olho do leitor."

A primeira biografia de nível de Brown só apareceria em 2016. "The Amazing Adventures of Bob Brown: a Real Life Zelig who Wrote His Way Through the 20th Century" (as incríveis aventuras de Bob Brown: um Zelig da vida real que escreveu seu caminho através do século 20), de Craig Saper, compara o poeta camaleônico ao personagem do filme de Woody Allen, por ser capaz de se adaptar a diferentes situações.

Saper se apoia sobretudo nos relatos de viagens do casal pela Amazônia. O livro deixa lacunas sobre o cotidiano de Bob e Rose no Brasil. Sabe-se que tiveram casas em São Paulo, Rio e a mais idílica em Petrópolis ou que investiram em plantações. De resto, há mistério quanto à vida social do escritor e correspondente estrangeiro, que esteve próximo do jornalista Herbert Moses.

Os vestígios da trajetória brasileira de Bob Brown repousam em coleções de jornais do Rio. Na hemeroteca da Biblioteca Nacional, seus rastros surgem nas páginas de classificados. Em 13 de abril de 1941, no Correio da Manhã, ele tentava passar adiante uma propriedade rural, a fazenda Alto da Serra, em Petrópolis: "35.000 metros quadrados, com força hidráulica, fonte boa, quatro casitas e lugares para 40 mais. Robert Carlton Brown, Hotel dos Estrangeiros – Fone 25-7230".

No Jornal do Brasil, em 18 de maio de 1941, seria a vez de oferecer por cem contos os 45 mil metros quadrados de "magnífico terreno panorâmico" em Petrópolis. Nos dias 18, 20, 21 e 22 desse mês, a maior obsessão de Brown emergiu em anúncios no JB, Correio da Manhã e Jornal do Commercio. "Compra - Coisas indígenas e artísticas do Amazonas, costumes curiosidades colares e utensílios índios legítimos. Também fotografias. Robert Brown, Hotel dos Estrangeiros".

Duas raras entrevistas do escritor, ausentes em sua biografia, foram concedidas a jornais hoje extintos. Em 23 de setembro de 1941, no Diário da Noite, o repórter descreveu seu português "trescalando alemão", carregado de erres. Em uma fotografia, ele aparece no quarto nº 4 do segundo andar do Hotel dos Estrangeiros, no Flamengo. "O sr. Brown abre-nos a porta, risonho e afável, gordo, corado, a fronte e a camisa umedecidas pelo suor, apesar da baixa temperatura."

Em torno da cama, a desordem de malas e cerâmicas. "Meu marido cada dia aumenta a bagagem, e quer tudo bem arrumado, para não se quebrar. Então, ninguém conseguiu ainda lugar bastante para tantos objetos diferentes", avisou Rose Brown.

"Encostados pelas paredes, arcos indígenas, montes de flechas, cestos de palha, esteiras. Pelo chão, baús velhíssimos, com grandes fechos de ferro, móveis antigos, e uma profusão de pacotes de formatos diversos, em papel de jornal. Nas prateleiras de uma estante, uma quantidade de peças curiosas da cerâmica dos povos que primitivamente habitaram as selvas amazônicas", detalhou o jornalista.

O poeta abriu o guarda-roupa e, em vez de ternos de bom corte, apareceram cerâmicas marajoaras e santarenas, algumas delas mutiladas ou aos cacos. Bob Brown mostrou autorizações do governo brasileiro para levar as peças aos Estados Unidos.

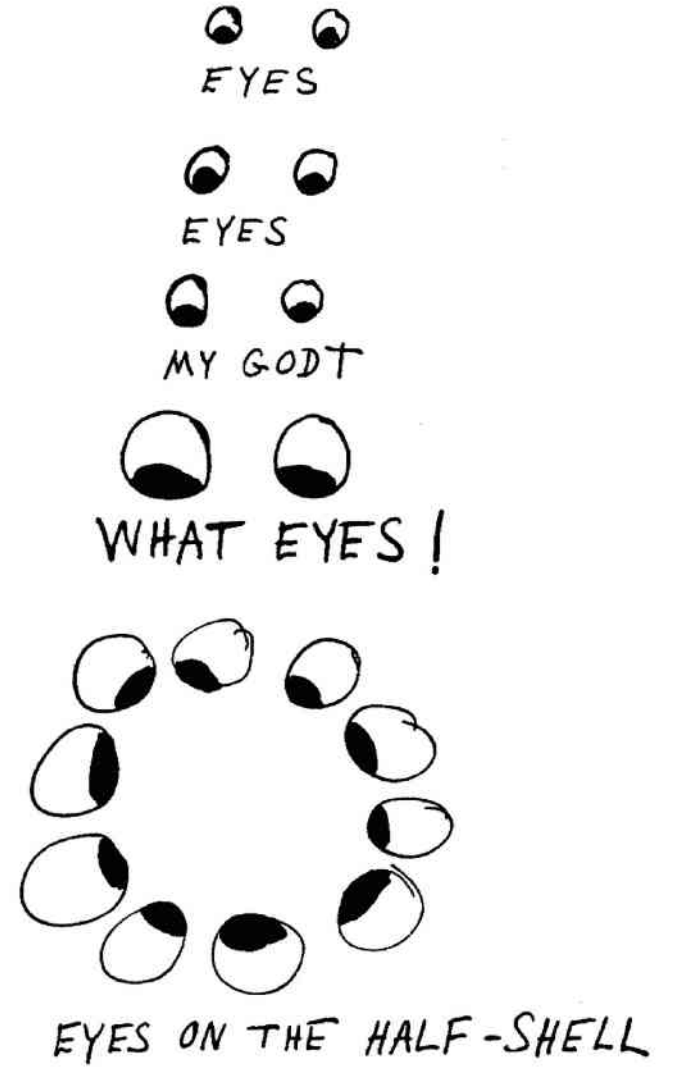
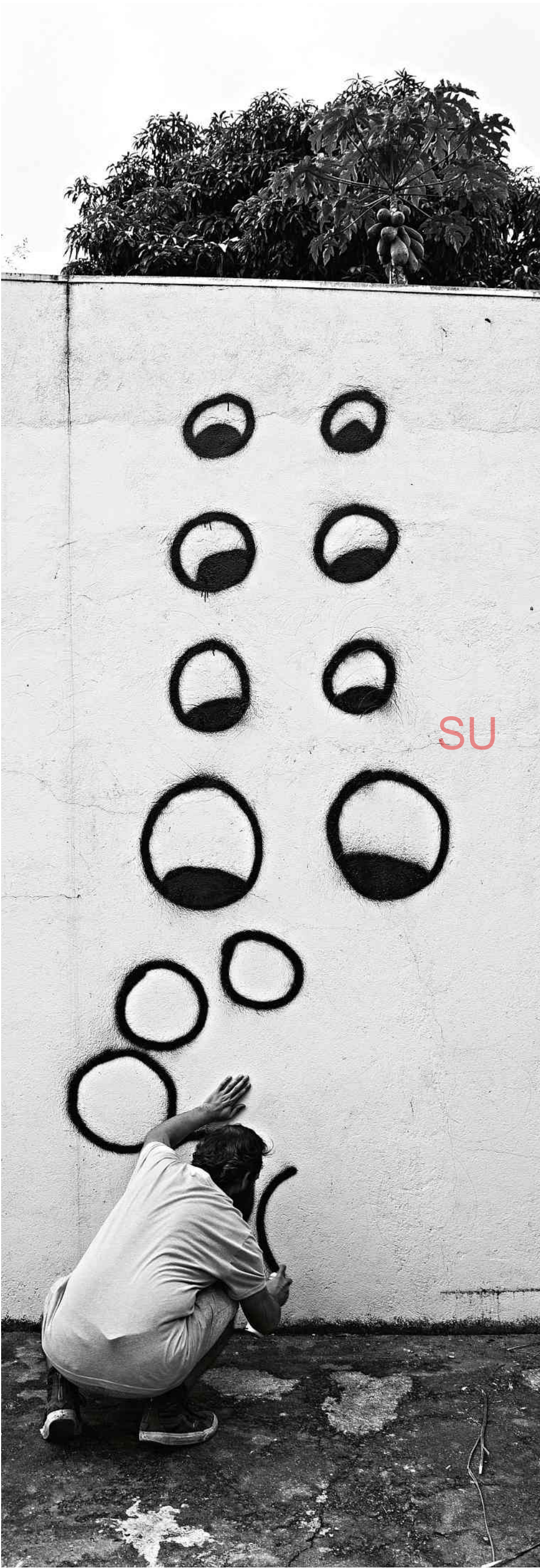
"Minha mulher e eu fizemos uma excursão de cinco meses pelo rio Amazonas e alguns dos seus afluentes, a fim de colher dados para um livro. Mas vimos coisas tão bonitas e curiosas, ficamos tão encantados com os hábitos e as tradições locais, que compreendemos que aquele trabalho só não bastaria para satisfazer o interesse dos nossos patrícios norte-americanos. Projetamos então realizar também algumas conferências, acompanhadas por uma exposição do material que levamos", explicou Brown.

"Nossa ideia maior é fazer com que uma das grandes empresas de Hollywood mande fazer um filme natural de grande metragem na Amazônia. Já tomamos algumas providências e estamos certos de que a ideia vingará. Os americanos apreciarão muitíssimo o assunto. O Brasil tem nessa região material exuberante para interessar todos os povos."

O livro de viagens à floresta, escrito com Rose, seria lançado em 1942. Jamais editado no Brasil, "Amazing Amazon" mereceu uma resenha do New York Times. O biógrafo Craig Saper elogia o caráter incomum do guia dos Brown, que chegaram a almoçar peixes pescados pela janela de um hotel, sem escapar do exotismo nas refeições: "Vem à mesa capivara, veado, pato selvagem e outras caças ocasionais, mas só comemos frango duas ou três vezes por semana, porque o preço é proibitivo".

Na longa jornada amazônica de 1941, Bob Brown torrou o dinheiro acumulado com o argumento do filme "Nobody's Baby" (1937), de Gus Meins, e o adiantamento da editora para a pesquisa de "Amazing Amazon". Em Hollywood, o casal escreveu cinco tratamentos de histórias brasileiras, absorvendo o movimento tenentista e o projeto da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Três anos depois, Bob e Rose regressaram ao Rio e abriram mais uma vez o guarda-roupa antropológico.

Continua na pág. C7

À esq., o tradutor Gabriel Kerhart grafita poema de Bob Brown; acima, poema visual do autor Reprodução

Continuação da pág. C6

Em 19 de novembro de 1944, o Diário Carioca ouviu os "jornalistas e arqueólogos" recém-chegados de uma viagem de coleta de cerâmica indígena no vale amazônico. Antes de atravessar a fronteira brasileira, o casal percorrera México, Peru e Equador em busca de heranças artísticas dos povos maia e asteca. Nas mesas, esparramaram uma coleção de "bonecos pretos". "São dos mochicas e chimus, da costa norte do Peru", ele explicou.

"Como puderam trazê-los intactos através de tão grandes distâncias?", indagou o repórter. "Trouxe-os ao colo como 'sábios', e isso passando pelo Yurimaguas, pelas cabeceiras do Huallaga e do Marañón [rios peruanos] até Iquitos", contou Rose.

Bob exalou alegria no retorno ao Brasil e recordou sua presença na exposição do centenário da Independência, em 1922, como membro da Comissão Americana. "Nesta terra passamos alguns dos anos mais felizes da nossa vida. É como se fosse nossa segunda pátria, ou nosso segundo 'home'", acrescentou Rose. "Queríamos rever os sítios onde em 1940-41 estivemos escrevendo o livro 'Amazing Amazon'. Paramos, então, em Santarém, por algum tempo, pois, a nosso ver, é a cidade mais interessante da Amazônia".

Ao longo da coleta, eles se impressionaram com a riqueza arqueológica de Santarém (PA) e até fizeram escavações. "Bob ficou fascinado com as buscas que, quase diariamente, davam ótimos resultados, trazendo novos frêmitos de entusiasmo. Me deleitei com a tarefa de recompor os objetos partidos e ambos mal percebemos que o tempo voava", ela declarou. "O trabalho deles [indígenas da região] é amadurecido e seguro. Nota-se que tinham um método de aprendizagem e cuidadoso treinamento. Não possuíam tornos, modelavam formas e figuras à mão. Eram verdadeiros escultores e não repetiam peças."

"No gênero, os seus trabalhos podem ser comparados, do modo mais favorável, aos de quaisquer outros da época, não só com os das Américas como com os do resto do mundo", completou Bob Brown, mostrando um belo vaso.

O poeta levou as cerâmicas de Santarém a Hollywood para que fossem integradas ao cenário de um filme ambientado na Amazônia. A Segunda Guerra Mundial esvaziou o projeto, e ele se contentou em expor sua coleção em um museu de Los Angeles. "Essa foi a primeira exposição brasileira vista em Los Angeles. Os arqueólogos do museu e nossos amigos artistas exilados de Paris estudaram as peças e ficaram encantados com o padrão do seu super-realismo, aguçando-lhes a curiosidade de conhecerem o lugar de onde provinham."

O coração de Bob Brown se reanimou ao saber do projeto de um filme de Orson Welles no Brasil, em 1942. Sem sucesso, tentou colaborar com a equipe. Nessa altura, ele pensava em criar um museu interamericano para promover a arte dos povos indígenas.

A maior parte de sua coleção acabou adquirida pela Fundação Brasil Central, criada em 1943, e mais adiante entrou no acervo do Museu Nacional. Os tesouros arqueológicos de Rose e Bob Brown foram certamente destruídos pelo incêndio de setembro de 2018, mas uma parte da arte indígena coletada no Brasil e Peru persiste no Museu Nacional do Índio Americano, em Nova York, que comprou as peças de Brown em 1942.

Esses lotes incluem cachimbo e esculturas dos mundurukus, do Pará, uma figura de macaco de uma etnia do rio Xingu, além de vaso, ralador de alimentos e escultura de cabeça humana dos ashaninkas, da região de Loreto, no Peru.

Os Brown decidiram viver seus anos finais no Brasil. Em 1946, puseram à venda uma propriedade na rua Teresa, 153, em Petrópolis. Com cinco livros ambientados no país, um deles sobre a história do imperador dom Pedro 2º, Rose morreria em 1952, no Rio.

Em depressão, Bob passou a escrever cartas para a esposa morta, na esperança de uma ressurreição literária, como conta seu biógrafo. Sem a companheira de aventuras, Bob Brown regressou à vanguarda do Greenwich Village, em Nova York, e se casou com uma velha amiga. "Revolução Ocular do Globo" agora finca seus dois pés no Brasil. ←

Revolução Ocular do Globo
Autor: Bob Brown. Editora: Syrinx. Tradutor: Gabriel Kerhart. R$ 69 (208 págs.)

Dificuldade de amar em português

Gramaticalmente correto, o 'tchi amo' brasileiro é tônico, não átono

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Devo ao padre Joaquim Lourenço, um franciscano velhinho que foi meu professor entre 1984 e 1986, muito do que eu sei sobre língua portuguesa. Foi ele que me ensinou que as palavras tinham uma sílaba tônica —e que um bom método para a encontrar consiste em chamar a palavra como se chamássemos um amigo.

Ó mááááquina indica que a palavra máquina é esdrúxula. Ó apiiiiito revela que a palavra apito é grave. Ó caféééé mostra que a palavra café é aguda.

Meu amor pela língua é sincero e desinteressado, embora eu viva dela. E, apesar de ser um amor obsessivo, não sou um desses comichosos da gramática e picuinhas da língua.

Não sei se as palavras "comichosos" e "picuinhas" são frequentes no português do Brasil, mas felizmente são expressivas a ponto de não deixarem dúvidas sobre o que significam.

Sérgio Rodrigues, que leio sempre com prazer nesta **Folha**, *costuma exasperar-se com os comichosos e os picuinhas.*

Foi por ele que soube que uma página de internet dedicada ao português desaconselha o uso da expressão "te amo" porque "não se pode começar frase com pronome oblíquo átono".

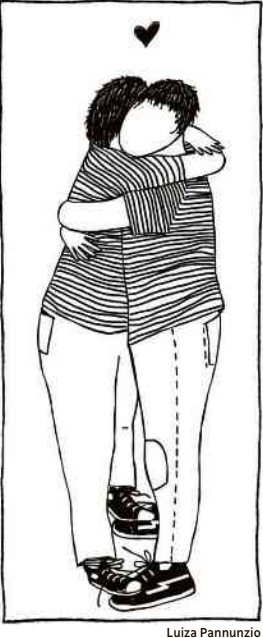
Ora, a formulação "te amo" é uma excelente resposta brasileira à dificuldade de amar em português. No português de Portugal nós dizemos "amo-te", uma palavra essa sim verdadeiramente átona que, dita com o sotaque europeu, parece mais um rosnado do que um arrebatamento apaixonado.

Boas alternativas são difíceis de encontrar. Em tempos propus a substituição de "amo-te" por "estimo-te intensamente", esperando que a alteração do t animasse a declaração, até por remeter para o som festivo das latas que se costumam atar ao carro dos recém-casados.

A minha sugestão não foi bem-sucedida. Ninguém aceitou passar a estimar intensamente, e o problema é tão grave que, muitas vezes, por falta de alternativas satisfatórias, falantes de português decidem cair nos braços da língua inglesa, caso de Marisa Monte quando celebremente declarou "amor, I love you".

Mas a opção brasileira por "te amo" merece encorajamento, e não repúdio. Ao contrário do que sugere a página citada por Sérgio Rodrigues, a expressão "te amo" não começa com um pronome átono. Ou melhor, talvez comece se for eu a proferi-la com o sotaque português. Mas um brasileiro não diz "te amo". Diz "tchi amo". E "tchi" não é átono, é tônico. Tônico como um gin tônico, tanto que parece o som de um copo a bater no outro.

"Tchi amo" é uma declaração de amor e um brinde. Ainda agora o amor começou e quem o declara já está a brindar a ele. É uma excelente alternativa. Pelo menos, muito melhor do que "estimo-te intensamente".

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Filme norueguês que tentou ir ao Oscar vira série na Netflix

Marinheiro de Guerra
Netflix, 16 anos
Um marinheiro norueguês está num navio mercante no meio do oceano Atlântico, quando estoura a Segunda Gerra Mundial. A embarcação passa a ser alvo de submarinos alemães. Enquanto isto, sua mulher, que ficou em Bergen, também sofre as consequências do conflito. Baseado em fatos reais, o longa de Gunnar Vikene representou a Noruega na última disputa pelo Oscar de melhor filme internacional. Agora é transformado numa minissérie em três episódios, com meia hora a mais de material extra.

Sayen
Amazon Prime Video, 14 anos
No sul do Chile, um jovem da etnia mapuche luta para vingar a avó, morta por mercenários a soldo de uma mineradora.

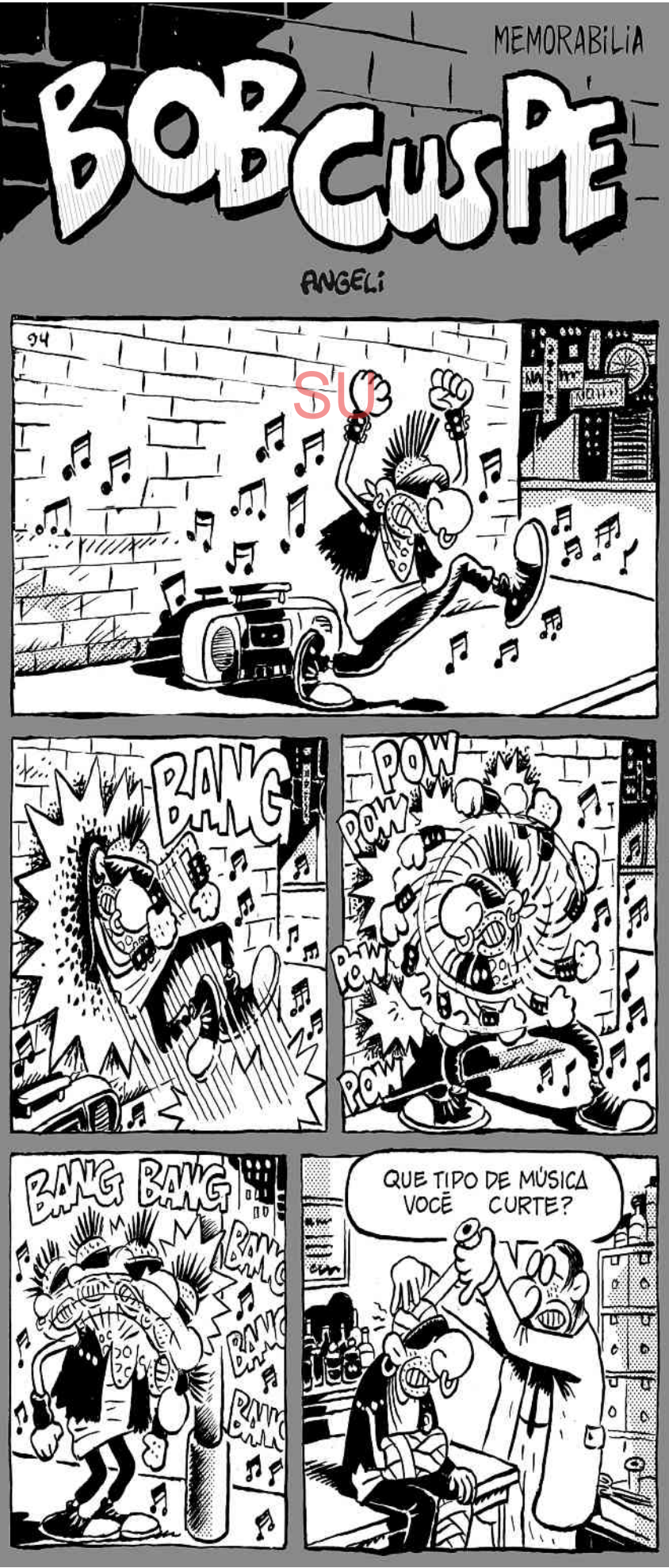
The Voice Kids
Globo, 14h10, livre
Depois de comandar a mais recente temporada de "The Voice Brasil", Fátima Bernardes é a nova apresentadora da versão infanto-juvenil da competição musical. O júri agora é formado por Carlinhos Brown, IZA e Mumuzinho.

Maratona de Páscoa
History, a partir de 16h
Para marcar a data, o canal exibe os especiais "Mistérios de Jerusalém" (16h, 10 anos), "Os Mistérios de Maria" (17h, livre), o inédito "Guadalupe" (19h, livre) e a estreia da série "Boto Fé" (20h20, 10 anos), sobre a religiosidade do país.

Canta Comigo
Record, 18h, livre
Rodrigo Faro comanda a quinta temporada do concurso, em que cantores precisam empolgar um júri formado por cem pessoas. Quanto mais jurados se levantarem, mais pontos para o candidato. O vencedor ganha R$ 300 mil.

#AvisaQuandoChegar
Lifetime, 22h45, 14 anos
Estreia da série sobre mulheres que foram sequestradas, atacadas ou mortas quando estavam sozinhas. Dois episódios inéditos todo domingo.

Canal Livre
Band, 0h, livre
O programa discute os rumos da educação básica no Brasil, tendo como convidados o especialista em educação Alexandre Schneider e o psiquiatra Daniel de Barros.

QUADRÃO | *Angeli*

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, **Laerte**

Folha debate filme que adapta conto de Milton Hatoum

SÃO PAULO A **Folha** realiza sessão gratuita e debate sobre o filme "O Rio do Desejo" (2022) na próxima terça-feira (11), às 19h20, no Espaço Itaú Augusta.

Dirigido por Sérgio Machado, o longa adapta o conto "O Adeus do Comandante", de Milton Hatoum.

Na história, Dalberto disputa com os irmãos a paixão de Anaíra no Rio Negro.

Com mediação do jornalista Walter Porto, editor de livros da **Folha**, participam do debate Sérgio Machado e Milton Hatoum. Os ingressos são gratuitos, ficam disponíveis com uma hora de antecedência e devem ser retirados na bilheteria do cinema.

Filme com Johnny Depp vai abrir o Festival de Cannes

SÃO PAULO O Festival de Cannes vai ser aberto com "Jeanne du Barry", protagonizado por Johnny Depp.

Este será o primeiro filme protagonizado pelo ator após a briga judicial com a ex-mulher, Amber Heard. Ele estava afastado das telas há cerca de três anos.

Dirigido por Maïwenn, "Jeanne du Berry" conta a história da jovem francesa Jeanne, que arquiteta escalada social como amante do rei Luís 15, papel de Depp.

O festival revela a seleção oficial no dia 13 de abril. O evento já confirmou "Killers of the Flower Moon", de Martin Scorsese, e do novo "Indiana Jones".

'Star Wars' ganha três filmes e volta de atriz de trilogia

SÃO PAULO Daisy Ridley foi confirmada em novo filme da franquia "Star Wars". O anúncio aconteceu na sexta (9) durante a Star Wars Celebration, em Londres.

O filme será dirigido por Sharmeen Obaid-Chinoy, da minissérie "Mrs. Marvel", e tem roteiro de Steven Knight, conhecido pela série "Peaky Blinders". O longa-metragem deve tratar de acontecimentos após o nono episódio, "A Ascensão Skywalker", de 2019.

Outros dois filmes foram confirmados no evento. Enquanto um é dirigido por James Mangold, do próximo "Indiana Jones", o outro é comandado por Dave Filoni, que produz a série "The Mandalorian".

As obras ainda não têm previsão de lançamento.